

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Organização social e movimentos sociais rurais

Ivaldo Gehlen
Daniel Gustavo Mocelin
Organizadores

2ª edição revisada e ampliada


UFRGS
EDITORA

 **SEAD**
UFRGS
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Augusto Jaeger Jr.

Carlos Pérez Bergmann

José Vicente Tavares dos Santos

Marcelo Antonio Conterato

Marcia Ivana Lima e Silva

Maria Stephanou

Regina Zilberman

Tânia Denise Miskinis Salgado

Temístocles Cezar

Alex Niche Teixeira, presidente

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

Organização social e movimentos sociais rurais

Ivaldo Gehlen

Daniel Gustavo Mocelin

Organizadores

2ª edição revisada e ampliada

© dos autores
1.ª edição: 2009

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:
Laura Wunsch, Gabriela Trindade Perry, Tanara Forte Furtado e Marcello Ferreira

Revisão: Equipe de Revisão da SEAD
Capa: Ely Petry
Editoração eletrônica: Bruno Assis

Curso de Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural (PLAGEDER)
Coordenação Pedagógica: Rumi Regina Kubo
Coordenação de Tutoria: Laura Wunsch
Coordenação Núcleo EAD: Tânia Rodrigues da Cruz
Secretário: Jorge Luis Aguiar Silveira

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.



BACHARELADO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL
PLAGEDER



O68 Organização social e movimentos sociais rurais [recurso eletrônico] / organizadores Ivaldo Gehlen [e] Daniel Gustavo Mocelin ; coordenado pela SEAD/UFRGS . — dados eletrônicos. — 2. ed. rev. e ampl. — Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
124 p. ; pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui bibliografia e glossário.

1. Sociologia rural. 2. Desigualdade social. 3. Mobilidade social. 4. Estratificação social. 5. Organização social – Associativismo rural. 6. Movimentos sociais rurais. I. Gehlen, Ivaldo. II. Mocelin, Daniel Gustavo. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. IV. Série.

CDU 316.334.55:316.44

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0432-7

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
---------------------------	----------

UNIDADE 1

DESIGUALDADE, ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL	13
---	-----------

INTRODUÇÃO.....	13
1.1 DESIGUALDADE SOCIAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	14
1.1.1 Diferença e desigualdade social	14
1.2 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	16
1.2.1 O que é estratificação social?	17
1.2.2 Formas históricas de estratificação social.....	20
1.2.3 Teorias da estratificação social	22
1.2.3.1 TEORIA MARXISTA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.....	22
1.2.3.2 TEORIA WEBERIANA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	26
1.2.3.2.1 CLASSES.....	27
1.2.3.2.2 ESTAMENTO	27
1.2.3.2.3 PARTIDO	28
1.2.4 Critérios de estratificação social.....	29
1.3 MOBILIDADE.....	33
1.3.1 Por que estudar a mobilidade social.....	34
1.3.2 Tipos de mobilidade social.....	34
1.3.3 Sociedade hierarquizada e sociedade não-hierarquizada.....	36
1.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO	37
1.5 BIBLIOGRAFIA	37
1.5.1 Bibliografia básica da Unidade 1.....	37

UNIDADE 2

ATORES SOCIAIS	39
-----------------------------	-----------

INTRODUÇÃO.....	39
2.1 ATORES SOCIAIS COMO CIDADÃOS DESIGUAIS	40
2.2 ATORES SOCIAIS COMO IDENTIDADES SOCIOCULTURAIS DIFERENTES	43
2.3 O LÓCUS DE AÇÃO DOS ATORES SOCIAIS.....	46
2.4 ATORES SOCIAIS, PRODUTORES DE FORMAS SOCIAIS ESPECÍFICAS DE USOS DA TERRA.....	47
2.5 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO	52
2.6 BIBLIOGRAFIA	53
2.6.1 Bibliografia básica da Unidade 2.....	53

UNIDADE 3

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO RURAL 55

INTRODUÇÃO.....	55
3.1 ASSOCIAÇÕES.....	56
3.2 COOPERATIVAS.....	58
3.3 SINDICATOS.....	59
3.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	62
3.5 BIBLIOGRAFIA.....	63
3.5.1 Bibliografia básica da Unidade 3.....	63

UNIDADE 4

MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.....65

INTRODUÇÃO.....	65
4.1 O QUE É MOVIMENTO SOCIAL?.....	68
4.2 EIXOS TEMÁTICOS NOS ESTUDOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.....	81
4.3 ORIGEM E TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.....	83
4.4 MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.....	88
4.4.1 Movimentos de luta pela terra.....	88
4.4.2 Movimentos de mulheres rurais.....	92
4.4.3 Movimento sindical rural.....	94
4.4.4 Movimento de jovens rurais.....	95
4.5 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	98
4.6 BIBLIOGRAFIA.....	99
4.6.1 Bibliografia básica da Unidade 4.....	99

UNIDADE 5

CONHEÇA O SIGNIFICADO DA DISCIPLINA..... 103

INTRODUÇÃO.....	103
5.1 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	106
5.2 O MÉTODO.....	108
5.3 PROPOSTA PARA A PRÁTICA DE ESTUDO E PESQUISA DA DISCIPLINA.....	111
5.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	113
5.5 BIBLIOGRAFIA.....	113
5.5.1 Bibliografia básica da Unidade 5.....	113

GLOSSÁRIO.....115

NOTAS SOBRE OS AUTORES..... 122

A disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais (DE-RAD107)**, componente curricular do Curso Superior a distância Bacharelado em Desenvolvimento Rural – Plageder/UFRGS, parte do pressuposto de que vivemos nosso cotidiano numa sociedade complexa sobre a qual muito se tem discutido e para cuja compreensão se têm criado muitas teorias nos últimos duzentos anos. Apropriar-nos de uma pequena parte do conhecimento produzido para que ela ajude a pensar e tomar decisões relativas ao desenvolvimento rural e à organização da vida social local constitui-se no principal desafio desta disciplina. Os conteúdos selecionados estão focados, sobretudo, em conceitos teóricos, pois sua apropriação correta pode ser transformada em ferramenta eficiente de planejamento e de imaginação, bem como de operacionalização de estratégias de transformação da realidade, fortalecendo a cooperação e a divisão de responsabilidades.

No planejamento da disciplina, partiu-se da ideia de que a apropriação de alguns conceitos sociológicos e o seu correto exercício, em interação com conhecimentos próprios do campo do desenvolvimento rural, poderiam ser transformados em ferramenta eficiente de planejamento e de imaginação, favorecendo a operacionalização de projetos e de estratégias de transformação de realidades rurais locais e regionais. Destaca-se que a própria incursão da Sociologia no Brasil tem forte articulação com as questões rurais, uma vez que muitos dos primeiros trabalhos de Sociologia com ênfase teórica e empírica tiveram origem no campo da Sociologia Rural, ainda nos anos 1940-50.

Mesmo que o desenvolvimento rural – foco do Plageder – seja um campo de atuação mais recente, os avanços teóricos e conceituais e as contribuições metodológicas produzidas pela Sociologia Rural no Brasil, nas últimas décadas, compõem um vasto arcabouço intelectual que pode contribuir com a formação de gestores rurais. A proposta de uma disciplina de caráter sociológico, no currículo de um curso de graduação tecnológica para o planejamento e a gestão rural, buscou promover junto aos estudantes – futuros profissionais – a reflexão sobre aspectos locais e regionais, especialmente no que se refere a

questões tais como estratificação espacial e econômica, atores e identidades sociais, organizações sociais, associativismo rural e movimentos sociais rurais, enfatizando os avanços, as particularidades e as contradições inerentes a diversificados contextos.

Por meio da introdução de conceitos sociológicos fundamentais, busca-se aprimorar a capacidade de abstração dos estudantes sobre problemas sociais e favorecer a sua reflexão mediante conceitos que permitam certo “distanciamento” sobre os aspectos sociais mais concretos das realidades por eles vivenciadas. A disciplina considera como pressuposto que a sociedade em que vivemos é dinâmica, isto é, está em transformação resultante das ações de seus membros ou atores sociais. São objetivos principais da disciplina:

1. apresentar conceitos teóricos básicos da sociologia, tais como: estratificação social e mobilidade social; atores sociais como cidadãos e como identidade sociocultural; organizações sociais: associações, sindicatos e cooperativas; movimentos sociais, especialmente rurais; e
2. exercitar a aplicação dos conceitos teóricos para a interpretação de fenômenos socioeconômicos típicos da realidade cotidiana em que vivem os atores sociais agricultores e gestores rurais, com vistas a auxiliar a elaboração de estratégias de desenvolvimento rural.

No planejamento da disciplina, foram escolhidas quatro dimensões temáticas consideradas fundamentais para a formação de gestores de desenvolvimento rural, a saber: 1) estratificação e mobilidade social no campo; 2) atores sociais e identidades socioculturais e socioprofissionais; 3) organizações sociais e associativismo rural; e, 4) movimentos sociais rurais. Essas quatro dimensões foram apresentadas neste manual na forma de Unidades de ensino distintas, mas articuladas com base em conceitos sociológicos como desigualdade, diferença e cidadania, concepções que atuaram transversalmente, interligando as temáticas gerais.

Cabe lembrar que a proposta curricular do Plageder visa condensar a capacidade de interpretação histórica e sociocultural de realidades rurais com práticas de intervenção organizacional e administrativa – planejamento e gestão. Assim, um dos mais decisivos esforços na elaboração da disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais** foi pensá-la com base no perfil profissional proposto por um curso voltado, sobretudo, para a formação de

gestores de desenvolvimento rural. Foi necessário, portanto, partir da ideia de que o objetivo não era formar sociólogos, e sim formar gestores rurais.

Entre os objetivos do Plageder, destaca-se como diretriz geral *capacitar profissionais com perfil crítico e inovador para atuarem em questões relativas ao desenvolvimento, ao planejamento e à gestão rural em nível local e regional*. Os referenciais teóricos e metodológicos da Sociologia evidentemente favorecem a capacidade de compreender e analisar a realidade local e regional destacada nessa diretriz. A proposta de formar um profissional “crítico” e “inovador” deixa explícito que o mesmo deva ser capaz de compreender as realidades socioeconômicas e socioculturais para propor soluções novas e criativas para o desenvolvimento sustentável das comunidades, a contento dos diversos aspectos sócio-históricos e culturais atuantes no nível local e regional. Nesse sentido, não se trata apenas de formar um tipo de tecnólogo agrícola, com alto grau de especialização e expertise em procedimentos, operações e técnicas rurais, mas, para muito além disso, o Plageder se propunha sim a formar um profissional capaz de diagnosticar as realidades locais, considerando os grupos que as formam e identificando as potencialidades que poderiam ser desenvolvidas, articulando atores e organizações locais, mobilizando culturas, identidades, vivências, populações, recursos e tecnologias.

As ideias antes mencionadas apontam igualmente para outra diretriz do Plageder, que *é formar profissionais capazes de assessorar as coletividades locais e regionais na busca de soluções compatíveis com as necessidades e particularidades das sociedades nos espaços territoriais, bem como na formulação e assessoramento de políticas públicas*. Compreender as características socioeconômicas de uma localidade, a formação identitária dos atores e grupos sociais que a constituem, a forma como se dá a distribuição da renda e da terra entre esses, as relações de poder, as organizações comunitárias e os movimentos sociais presentes são ferramentas-chave para a possibilidade de assessorar planos e projetos de desenvolvimento. Por isso, foi central oferecer aos estudantes do curso a possibilidade de refletir sobre sua realidade imediata à luz de conceitos sociológicos fundamentais como atores sociais, identidade, desigualdade e diferença.

A Sociologia é uma área de conhecimento que apresenta ferramentas importantes para contribuir com tais profissionais, uma vez que proporciona métodos e técnicas que permitem, por exemplo, identificar entre os atores e grupos sociais que compõem as comunidades, diferentes concepções de desenvolvimento, “conscientizando” o próprio futuro gestor de que as comuni-

dades podem ser diferentemente afetadas por questões ambientais ou projetos concorrentes de desenvolvimento. Quando o gestor de desenvolvimento rural reconhece as diferenças entre os grupos sociais que compõem uma localidade ou região e que as comunidades apresentam relações muito particulares com a cultura e o território, ele desenvolve habilidades para compreender e interpretar, de maneira crítica e autônoma, o desenvolvimento agrário e rural.

Dessa forma, as atividades de ensino da disciplina, bem como os exercícios práticos propostos, foram elaboradas buscando incitar e promover o confronto de aspectos teóricos e conceituais com a realidade local e regional. Com base nesse tipo de abordagem, pretende-se fornecer também embasamento sociológico à atuação dos futuros profissionais do desenvolvimento rural, haja vista a necessidade dos mesmos compreenderem processos históricos e socioculturais inerentes ao seu futuro campo de atuação, ampliando, desse modo, o escopo da sua ação para além da intervenção técnica, ou seja, considerando igualmente os elementos socio-históricos constitutivos das realidades particulares vivenciadas.

Assim, planejar uma disciplina de Sociologia para a grade curricular de um curso que não tem por finalidade formar sociólogos envolveu antecipar a importância da apropriação de ferramentas teórico-conceituais e metodológicas próprias das Ciências Sociais, na futura prática profissional de gestores de desenvolvimento rural. A análise do planejamento e da aplicação do ensino da Sociologia, em um contexto transdisciplinar,¹ enfatizou aspectos que vão desde a visão que se tem sobre a prática pedagógica em Sociologia até a seleção dos conteúdos, a definição da metodologia de ensino e a importância de articular o conteúdo a ser ministrado considerando tanto o perfil do estudante como o perfil do profissional que se quer formar. A partir de conhecimentos teóricos e práticos, é possível construir novos saberes sobre uma realidade particular em que de alguma forma se deseja intervir.

Nesse processo, são fundamentais a ação, a reflexão e o diálogo para a construção do conhecimento e de processos de desenvolvimento. Buscou-se, portanto, sugerir aos alunos do Plageder que a ação sobre uma realidade se faz não apenas com base na vontade espontânea do gestor, mas sim com base na investigação sobre uma determinada realidade social, com a intenção de obter um entendimento adequado sobre ela, de modo a embasar futuras interven-

1 A transdisciplinaridade refere-se a novos saberes produzidos entre disciplinas. Um dos fundamentos do conhecimento transdisciplinar é o aproveitamento de conhecimentos e métodos de áreas distintas, para promover um tipo de conhecimento ou uma prática mais abrangente.

ções. O diálogo teórico e prático permite que se proponham ações e projetos sobre uma dada localidade, que se considerem as características socioeconômicas e socioculturais dessa, que se inclua nos projetos o debate com os sujeitos locais sobre as propostas de transformações, a fim de incentivar ações efetivas de desenvolvimento rural, evitando, sobretudo, a imposição unilateral de processos de transformação social.

O presente manual constitui-se em um roteiro básico de estudo, sendo imprescindível realizar outras leituras, especialmente as aconselhadas ou sugeridas pela disciplina no ambiente de aprendizagem virtual Moodle, em cada Unidade, bem como a realização dos exercícios propostos e a participação em debates e outros eventos que tratem da temática. O aprendizado sobre a realidade rural é um processo contínuo, pois ela se transforma permanentemente, e nossas necessidades e maneiras de interpretar e de compreender os fenômenos do campo também mudam. Esperamos que os conceitos teóricos apresentados na disciplina sejam úteis como instrumentos de análise para pensar a realidade rural e para promover ações eficazes de planejamento e desenvolvimento social e econômico local.

*Daniel Gustavo Mocelin
Ivaldo Gehlen*

DESIGUALDADE, ESTRATIFICAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL¹

Nilson Weisheimer, Analisa Zorzi e
Francisco dos Santos Kieling

INTRODUÇÃO

Na Unidade 1, busca-se situar o debate sobre estratificação social na perspectiva da análise das desigualdades sociais. Para isso, em um primeiro momento, apresenta-se a distinção entre duas categorias que são tratadas em geral como equivalentes: desigualdade e diferença social.

Em um segundo momento, propõe-se problematizar a estratificação social propriamente dita, a relevância de seu estudo para a compreensão da realidade que nos cerca, formas e critérios comumente utilizados para se estratificar uma população e alguns exemplos históricos que ilustram modos distintos de hierarquias sociais.

Ainda dentro desse segundo ponto, são apresentadas duas perspectivas distintas sobre a estratificação nas sociedades, as teorias de Marx e de Weber. Você perceberá que, apesar de possuírem semelhanças significativas, elas se distinguem em pontos cruciais em relação à análise da forma, das origens e dos processos relacionados à estratificação social na realidade moderna. Além

¹ Os dados da Unidade 1 foram revisados, em agosto de 2017, pelo Bolsista de Iniciação Científica Márcio de Mello Rodrigues, graduando em Ciências Sociais na UFRGS.

disso, são apontados alguns exemplos de indicadores de estratificação que relacionam a discussão teórica à perspectiva de análise das desigualdades.

Ao final da Unidade, é apresentado o debate sobre mobilidade social, a importância específica de se estudarem os processos de mobilidade entre estratos sociais. Para isso, são apresentados os tipos de mobilidade e os fatores relacionados ao fenômeno.

1.1 DESIGUALDADE SOCIAL E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

1.1.1 Diferença e desigualdade social

O debate relacionado à diferença social e à desigualdade social leva em conta alguns aspectos importantes na especificação de cada definição. Portanto, as designações dessas categorias não são sinônimas. No entanto, podemos observar que algumas diferenças sociais passam a representar elementos de desigualdade social na dinâmica das relações sociais construídas entre os indivíduos.

Norberto Bobbio, cientista político italiano, sugere uma reflexão sobre as desigualdades consideradas naturais e as desigualdades consideradas sociais. Conforme esse autor, duas pessoas podem ser diferentes por terem características físicas e ou biológicas diferentes; por exemplo, um homem se diferencia de uma mulher pela característica biológica sexo. Essa diferença pode ser considerada natural, por ser inerente ao sujeito. Em contrapartida, a diferença de sexo pode ser ressignificada nas relações sociais e tornar-se um elemento de diferenciação e de desigualdade social. Nesse sentido, quando falamos de diferenciação social entre os sexos, estamos nos referindo às relações de gênero.

Para exemplificar essa formulação, Bobbio (1997, p. 25) busca um trecho de Jean-Jacques Rousseau em seu *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, no qual ele afirma que existe uma

(...) distinção entre desigualdades naturais e desigualdades sociais, ou seja, entre as desigualdades produzidas pela natureza e as desigualdades sociais, produzidas por aquela mescla de re-

lações de domínio econômico, espiritual e político que forma a civilização humana.

Essa definição supõe que os atributos, tanto da ordem da natureza quanto da ordem do social, passam a ter valor na dinâmica das relações sociais. Uma característica física, biológica, como é o sexo, transforma-se em algo negativo ou positivo na construção das interações sociais, que não está dada, mas resulta das relações socialmente construídas. Podemos falar também nas diferenças sociais relacionadas à construção identitária dos sujeitos no interior dos grupos sociais. Nesse caso, também há uma relação entre identidade social e a posição ocupada pelo sujeito na estrutura social da sociedade. No entanto, ressaltamos mais uma vez que essa relação é construída nas interações sociais.

Torna-se necessário, então, entender a diferença entre cidadania e identidade social: a primeira remete à questão da desigualdade social relacionada ao espaço público, e a segunda, à questão da diferença social relacionada ao espaço privado.

Nas sociedades modernas e democráticas, a cidadania torna-se um direito e não uma concessão. Ela é uma garantia legal e institucionalmente estruturada por relações sociais definidas no espaço público. Na era moderna, a cidadania passa a ser uma condição de liberdade coletiva e individual, na qual se estabelece a igualdade formal entre os cidadãos, que usufruem dessa condição nos espaços públicos de interação, mediante a sua disposição de aderir a valores socialmente compartilhados e a obedecer a normas e a regras de convivência.

As relações de trabalho são exemplos de interações estabelecidas a partir do advento das sociedades industriais. Nesse sentido, o trabalho passa a ser um elemento importante que garante aos indivíduos sua liberdade para transitar no território, para expressar sua convicção religiosa, para ter acesso ao conhecimento e a alguns bens comuns. O indivíduo passa, então, a ter liberdade para vender sua força de trabalho a fim de garantir a reprodução social de sua família.

Em contrapartida, a identidade social do indivíduo está relacionada à existência privada. Isso significa que a identidade sociocultural refere-se à totalidade cultural da qual o indivíduo faz parte. Assim, entre os ciganos, ou entre os caboclos, ou entre os zulus, ou entre os poloneses, cada um se define pela semelhança, pelos gostos, pelo cheiro, pelos hábitos, validados pelos que per-

tencem ao mesmo universo da vida privada ou à mesma cultura, possuem o mesmo cheiro, pensam de forma a se entenderem por gestos, meias palavras. As leis são de sangue e, em geral, não escritas.

Na atual dinâmica social, algumas identidades socioculturais se sobrepõem a outras. Esse é o caso da dita civilização que tem como centro a tradição romano-cristã e os fundamentos que compõem o que entendemos hoje por cidadania, que, a partir de uma visão eurocêntrica, subvaloriza as identidades indígenas e africanas. Em nome dessa civilização ocidental cristã, subjuga-se essas identidades como se ocupassem posição inferior no estrato social. Portanto, nesse caso, a diferença se constituiu também em critério de desigualdade social. Os valores de cidadania se impuseram como se constituíssem uma única identidade universal e, com isso, deveriam fazer parte da vida privada de cada um. A cidadania se sobrepôs à identidade, ao trabalho, à cultura.

Portanto, o debate sobre as definições de diferença e desigualdade sociais é de extrema relevância para o entendimento das dinâmicas sociais que envolvem a construção da estrutura social da sociedade e para seu entendimento por meio da estratificação social, já que, como ficará claro ao longo do texto, na sociedade em que vivemos, os indivíduos se diferenciam não só em relação à sua identidade sociocultural, senão também em relação à cidadania. Assim, há uma forma de desigualdade no acesso a bens, oportunidades, trabalho e recursos entre os indivíduos.

1.2 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Na medida em que as sociedades humanas se desenvolveram, elas tenderam a se complexificar. A complexidade de uma sociedade pode ser identificada por sua diferenciação interna, de modo que podemos afirmar que as sociedades complexas são internamente diferenciadas. Quando essas diferenças sociais são usadas como fundamento para a distribuição desigual de recursos e poder, fundando relações de dominação e atribuindo às pessoas e aos grupos sociais posições numa hierarquia social, deparamo-nos com a produção de desigualdades sociais.

As desigualdades podem ser entendidas como produtos da distribuição diferenciada de recursos socialmente valorizados, tais como conhecimento,

renda monetária, propriedade, prestígio e poder político. Um dos mecanismos utilizados pelos cientistas sociais para investigar essas desigualdades são as teorias e esquemas de estratificação social. Estes oferecem subsídios para descrever a maneira como os recursos se concentram entre diferentes grupos e classes sociais.

1.2.1 O que é estratificação social?

Embora seja possível construir uma extensa ordenação dos graus e recursos aos quais os indivíduos têm acesso e sobre os quais têm controle, tais como renda monetária, propriedades, poder e prestígio, a abordagem adotada pela Sociologia é a de analisar essa distribuição como uma manifestação coletiva, por meio do estabelecimento de um conjunto de estratos sociais, representativos de grupos e classes específicas. Isso permite que a sociedade possa ser estudada a partir da constituição da desigualdade entre grupos sociais dispostos de maneira hierarquizada, formando camadas distintas e superpostas. Nesse sentido, o sociólogo britânico Anthony Giddens (2005, p. 234) escreveu de maneira bastante simples que “a estratificação social pode ser definida como as desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas”. Resumindo, podemos dizer que estratificação social é um recurso heurístico que auxilia no estudo das diferenças e das desigualdades entre pessoas e grupos em uma dada sociedade ou em uma parte dela, permitindo identificar a posição que cada um ocupa na estrutura social, de acordo com um critério estabelecido teoricamente.

O objetivo da pesquisa que se utiliza da estratificação social é especificar a forma e os contornos desses distintos grupos sociais para descrever os processos por meio dos quais se faz a alocação dos indivíduos em diferentes condições sociais de existência, a fim de revelar os mecanismos institucionais por meio dos quais são geradas e mantidas as desigualdades sociais (GRUSKY, 1996).

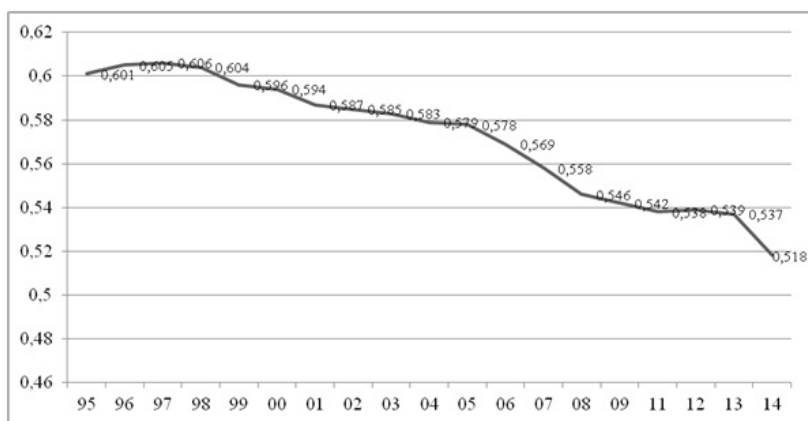
Um dos indicadores mais famosos criados para a medição da desigualdade em relação a um recurso específico é o Índice de Gini, explicado abaixo.

INFORMAÇÃO

O índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini. Ele serve como um instrumento para medir o grau de concentração de um recurso material específico (renda, terra, etc.). Os dados mais usados são aqueles referentes à distribuição de renda de um determinado grupo. Ele aponta a relação existente entre a apropriação de recursos dos mais pobres e a dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 (zero) a 1 (um). O valor 0 representa a situação de igualdade, ou seja, todos concentram a mesma quantidade do recurso específico em questão. O valor de 1 está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém todo o recurso. Na prática, o Índice de Gini compara a apropriação de recursos dos 20% mais pobres e com a dos 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, feito pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o recurso mensurado foi a renda familiar. Naquele estudo, o Brasil obteve um índice de 0,591. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda. A definição do Índice de Gini, de acordo com o PNUD, estabelece que ele mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0 a 1: 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor); e 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um detém toda a renda da sociedade, e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

É pertinente demonstrar como esse indicador comporta-se na atual realidade brasileira, uma vez constatada a sua importância para traçar um cenário socioeconômico e evidenciar a apropriação de renda, e como se modificou entre 1995 e 2014 (Figura 1). Também convém observar que no meio rural o índice se comporta de maneira mais concentrada, exemplo no ano de 2000 (Tabela 1).

Figura 1 – Evolução do índice de Gini no Brasil (1995-2014)



Fonte: IPEA/Jornal Nexso, Dez Índices Econômicos e Sociais, 2016

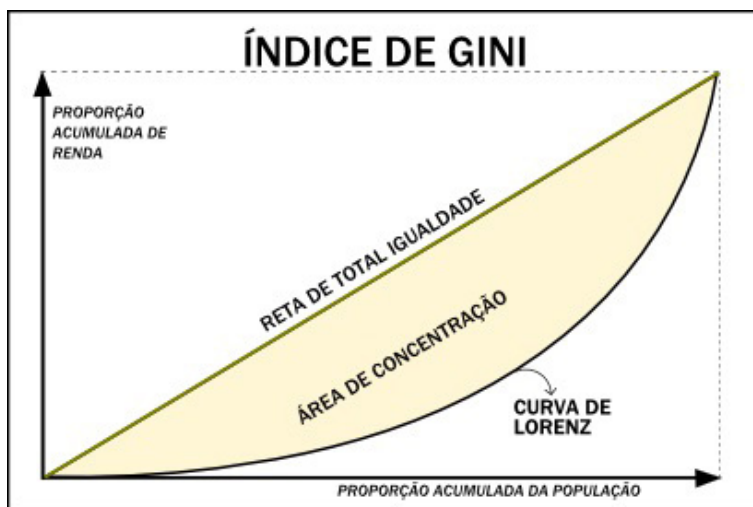
Tabela 1 – Índice de Gini da propriedade da terra no Brasil

Grandes Regiões	2000
Norte	0,714
Nordeste	0,780
Sudeste	0,750
Sul	0,707
Centro-Oeste	0,802
BRASIL	0,802

Fonte: INCRA/ MDA, O Brasil desconcentrando terras, 2001.

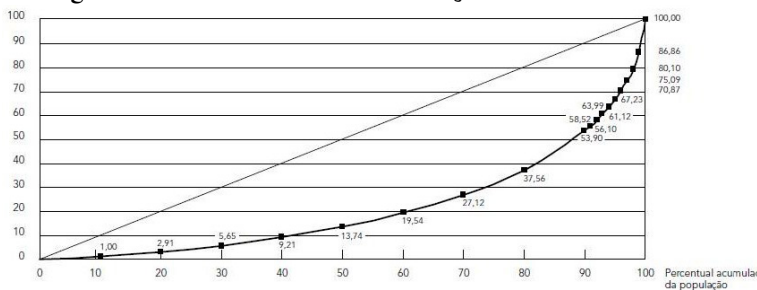
A representação gráfica do Índice de Gini é obtida por meio da curva de Lorenz. Essa é construída a partir da ordenação da população pela renda. No eixo horizontal, fica a porcentagem acumulada da população, enquanto no vertical fica a porcentagem acumulada da renda, permitindo identificar qual a parcela da renda total acumulada pelas diversas camadas da população. Quando todos os indivíduos ganham a mesma parte da renda total, ou seja, no caso de perfeita igualdade, o gráfico seria representado pela reta de 45 graus (valor abstrato de referência). Quanto mais distante a curva dessa reta, maior a desigualdade.

Figura 2 – Representação abstrata da Curva de Lorenz



Fonte: <http://brasilecola.uol.com.br/geografia/indice-gini.htm>.

Figura 3 – Curva de Lorenz da distribuição da renda no Brasil



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF/IBGE 2002-2003).

ANOTE

Valer-se da análise da estratificação social torna-se importante na medida em que se reconhece uma distribuição desigual dos recursos socialmente valorizados, com indivíduos, famílias e grandes grupos sociais tendo mais acesso a tais recursos e desfrutando de um volume maior que outros de propriedade, de poder e de prestígio. Com efeito, as posições dos sujeitos em relação ao acesso desigual dos recursos e recompensas constituem a base dos esquemas de estratificação social. Assim, podemos dizer que estratificação permite o estudo das desigualdades sociais, mas estas não se reduzem à estratificação social. Existem outros mecanismos que produzem desigualdades e que não correspondem a estratos sociais; entre elas, temos as que se estabelecem entre homens e mulheres, denominadas desigualdades de gênero; aquelas que se verificam, por exemplo, entre brancos, negros e indígenas, denominadas desigualdades étnicas e raciais; e aquelas que se evidenciam entre jovens, adultos e idosos, denominadas desigualdades geracionais. Contemporaneamente, esses tipos de desigualdades podem ser verificados em diferentes estratos sociais e determinar até mesmo a posição dos sujeitos em relação ao estrato, porém esses tipos de desigualdades não correspondem às formas de estratificação predominantes nas sociedades modernas.

1.2.2 Formas históricas de estratificação social

Historicamente, a humanidade conheceu basicamente quatro sistemas de estratificação social: a escravidão, a casta, o estamento e a classe (GIDDENS, 2005). Esses diferentes sistemas de estratificação social encontram-se sistematizados no quadro que segue.

Quadro 1 - Sistema de estratificação, vantagens, tipos de estratos e formas de mobilidade

Sistema de estratificação	Vantagens maiores	Estrato superior	Estrato inferior	Forma de mobilidade
Escravidão	Força de trabalho	Senhores de escravos	Escravos	Apropriação forçada – guerra
Casta	Pureza étnica	Brâmanes	Intocáveis	Hereditariedade
Estamento	Terra e força de trabalho	Clero e Nobreza	Servos	Hereditariedade
Classes	Meios de produção	Capitalistas	Proletários	Competição mercantil

Fonte: Adaptado de Outhwaite e Bottomore (1996, p. 271).

A forma mais antiga de estratificação sistemática conhecida é a **escravidão**. Essa se caracterizou pela extrema desigualdade social, uma vez que estabelecia que certos indivíduos eram propriedade de outros. Os escravos constituíam o estrato social mais baixo. Nesse sistema de estratificação, a mobilidade se realizava pela apropriação forçada de indivíduos e grupos por meio da conquista e da escravização dos povos derrotados em batalhas, assim como a rara conquista da liberdade também ocorria por meio de vitórias em guerras de libertação.

A **casta** é uma forma de estratificação social que se vincula às culturas do subcontinente indiano e se fundamenta no reconhecimento de *status* e prestígio atribuídos por hereditariedade, típicos das prescrições da crença hindu. Apresentava o tabu de que, se o indivíduo não fosse fiel aos rituais e aos deveres de sua casta, renasceria em uma posição inferior na próxima encarnação.

Os **estamentos** fazem parte das formas tradicionais de organização social que incluem o feudalismo europeu e outras formações sociais pré-capitalistas. Nessas sociedades estamentais, os estratos formam-se por meio da imposição de obrigações e regras morais que reproduzem os ofícios de geração a geração. Neles, temos o clero, a nobreza e a plebe, cujos pertencimentos sociais eram estabelecidos pelo nascimento, ou seja, eram atribuídos hereditariamente.

Por fim, as **classes** correspondem ao sistema de estratificação das sociedades modernas, que emergiram com a formação e a expansão do capitalismo. Podemos definir uma classe social como um amplo grupo de pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção, e às quais corresponde

a uma dada posição em relação ao mercado de bens e capital, como, por exemplo, a de comprador ou vendedor de força de trabalho.

Logo, o fato de ser ou não proprietário dos meios de produção (como terras, fábricas, máquinas e equipamentos, tecnologias, fontes de energia, etc.) e o volume dessa posse determinará a posição de classe do indivíduo, sua fonte de renda, seu acesso ao conhecimento e seu estilo de vida. Esse último – diferentemente do que ocorre nas sociedades formadas por castas, consideradas como de estrutura social fechada – pode ser considerado um sistema de estratificação aberto, uma vez que é possível aos indivíduos ascender ou descender nos estratos sociais, conforme suas capacitações, méritos pessoais ou sociais e conjunturas sociais amplas.

1.2.3 Teorias da estratificação social

Qualquer critério de estratificação social que venhamos a adotar terá que ter necessariamente uma fundamentação teórica que oriente sua construção. Nos tempos atuais, tornou-se convencional entre os pesquisadores estabelecer uma distinção entre sistema de classes moderno e as posições, ou estamentos, encontradas em sociedades pré-capitalistas ou em sociedades agrícolas avançadas, nas quais as relações mercantis se encontravam apenas parcialmente desenvolvidas.

Em todos esses casos, as ideias desenvolvidas por Karl Marx e Max Weber formam a base da maioria das análises sociológicas sobre as classes e a estratificação social. Devido à importância e ao alcance de suas contribuições, apresentaremos a seguir a contribuição de Marx e seu método dialético e, na sequência, a teoria weberiana de estratificação, que corresponde ao método compreensivo.

1.2.3.1 TEORIA MARXISTA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Em seu percurso intelectual, Karl Marx integrou criticamente as contribuições da Filosofia clássica alemã, do Socialismo utópico francês e da Economia Política inglesa. Na articulação dessas três fontes, produziu um método de análise e interpretação da sociedade de sua época. Sua contribuição às Ciências

Sociais, a partir dessas vertentes, resulta no materialismo histórico e dialético, elementos principais e conjugados de caráter teórico-prático de análise do capitalismo (IANNI, 1979).

Marx dedicou a maior parte de sua obra ao que estamos tratando como estratificação social, sobretudo se consideramos que esse autor buscou interpretar a gênese e o desenvolvimento do modo de produção capitalista com base nas desigualdades entre as classes sociais. Contudo, surpreendentemente, ele não produziu uma única obra em que apresente de modo sistemático seu conceito de classe social.

Conforme nos relata Giddens (2005, p. 234-5), o manuscrito no qual Marx trabalhava na época de sua morte foi interrompido justamente no ponto em que ele apresenta a pergunta: “O que constitui uma classe?”. Dessa forma, esse conceito nos chega, ao longo de sua vasta obra, em diferentes passagens que, embora dispersas, são razoavelmente precisas em seu entendimento e se vinculam à sua concepção de sociedade.

Para Marx, a sociedade humana comporta uma dupla dimensão, cujas partes chamou de infraestrutura e de superestrutura. A infraestrutura da sociedade corresponde à sua base material, cuja centralidade está no processo de trabalho, o qual implica a articulação entre as forças produtivas (trabalho e meios de produção) e o conjunto das relações sociais de produção. É no nível da infraestrutura que se determina o conteúdo de um modo de produção social, o que é feito pelo tipo de relação social predominante. Assim, por exemplo, as relações de produção fundadas no trabalho escravo caracterizam o modo de produção escravista; as relações de produção assentadas na servidão definem o modo de produção feudal e as relações de produção com base no trabalho assalariado marcam o modo de produção capitalista.

A uma infraestrutura corresponderá sempre uma superestrutura, que é expressão dessas relações de produção. A superestrutura comporta o conjunto das representações sociais, como as jurídicas, políticas e religiosas, que justificam e visam preservar as relações sociais em seu *status quo*. Nesse nível da realidade social, situa-se o conjunto de valores morais, éticos e estéticos de uma sociedade, bem como as diferentes formas de produção dos conhecimentos: científico, filosófico e ideológico.

Entre os níveis da infraestrutura e o da superestrutura, existe uma relação dialética, ou seja, uma relação de mútua determinação entre essas partes.

Contudo, em última instância, é no nível da infraestrutura que se determinam as dinâmicas de transformação social. Com efeito, a classe social dominante no âmbito da infraestrutura será também a classe dominante no nível da superestrutura social. Marx argumenta que as transformações sociais não devem ser interpretadas a partir das ideias dos homens, mas tendo em vista os conflitos gerados entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção.

Destaca-se que Marx não aborda a produção em geral, mas se refere sempre à produção em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas da humanidade. Aqui, a primeira questão importante é não fazer uma leitura reducionista das categorias usadas por esse autor, ou seja, não reduzi-las a uma leitura econômica da sociedade, evitando, assim, tomar o conceito de modo de produção apenas como o processo de produção de bens materiais.

Buscamos, com isso, chamar sua atenção para que você perceba que modo de produção é um conceito teórico que inclui, além da produção de bens materiais, outros níveis de realidade social, tais como o jurídico, o político e o ideológico. Portanto, o modo de produção é um conceito que permite se pensar a totalidade social.

O que define o caráter de um modo de produção é a articulação existente entre as *forças produtivas* e as *relações sociais de produção*. Essa articulação visa assegurar a própria reprodução do modo de produção. Com isso, podemos dizer que os modos de produção até hoje existentes se definem pela presença de classes sociais complementares e antagônicas, que resultam da articulação entre determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e suas correspondentes relações sociais de produção. No capitalismo, esse processo implica

- (a) que todo produto social toma a forma de mercadoria;
- (b) que a própria força de trabalho é uma mercadoria; e
- (c) que o capital, que é uma relação social, se cristaliza nos meios de produção, os quais são também mercadorias.

Essa relação social de produção possibilita a extração da mais-valia como apropriação privada do valor gerado pelo trabalho socialmente realizado e potencializa a circulação do capital em base ampliada. Com efeito, conforme ex-

põe Marx (2004, p.37), o que define o capitalismo não é simplesmente a produção de mercadorias, mas, precisamente, o fato de que

(1) as mercadorias são produto do capital; (2) a produção capitalista é a produção de mais-valia; e (3) é, no fim de contas, a produção e a reprodução do conjunto das relações, e através disso, que este processo imediato de produção se caracteriza como especialmente capitalista.

Conforme essa teoria, o que determina o caráter das relações sociais é a forma que assume a propriedade dos meios de produção. As classes sociais resultam justamente da posição do indivíduo nessa relação social. As classes sociais são grandes agrupamentos humanos que se definem a partir da posição ocupada pelos indivíduos nas relações sociais de produção como proprietários ou não proprietários dos meios de produção. Essas duas situações correspondem no capitalismo às duas classes fundamentais: os capitalistas, ou burgueses, e os trabalhadores, ou proletários.

O fundamento dessa proposição reside em que, para Marx (1985), o homem é a personificação do processo de trabalho que realiza. Em termos sociológicos, isso implica reconhecer que é sua posição no processo de trabalho que o produz como ser social. Dito de outro modo, é sua posição na divisão social do trabalho como proprietário ou não dos meios de produção que determina sua classe social e, conseqüentemente, seu poder econômico.

Sendo assim, o pertencimento a uma classe social corresponde a um determinado modo de vida, a uma forma de manifestar sua própria vida por meio do trabalho. A cada uma das classes sociais corresponde uma forma de obtenção do valor produzido pelo trabalho: a do capitalista é o lucro; a do trabalhador, o salário. Na agricultura, um terceiro agente aparece como classe social: o proprietário fundiário; este acessa o valor sob a forma de renda da terra.

Com o desenvolvimento das forças produtivas liberadas pelo capitalismo, a humanidade presenciou uma geração de riqueza jamais vista nas formações sociais anteriores. Entretanto, o acesso dos trabalhadores às riquezas produzidas por seu próprio trabalho é extremamente reduzido. Eles continuam em condições de vida precárias enquanto a riqueza é acumulada em volumes cada vez maiores pelos proprietários dos meios de produção que exploram o trabalho alheio.

Marx empregou o termo *pauperização* para descrever o processo pelo qual a classe trabalhadora em geral fica cada vez mais pobre em comparação com a classe capitalista, sendo que a desigualdade daí resultante não afeta apenas as relações econômicas mas incide também no nível da superestrutura da sociedade.

1.2.3.2 TEORIA WEBERIANA DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A teoria weberiana da estratificação social foi produzida em diálogo com a análise desenvolvida por Marx, porém Weber a modificou. Assim como Marx, Weber também considerava que a sociedade se caracterizava por conflitos quanto à distribuição dos recursos e ao poder. Contudo, Weber defendia que essa polarização ia além das relações econômicas. O autor buscou apresentar uma abordagem multidimensional da sociedade e, por isso, argumentava que a estratificação social não era centrada na questão econômica, mas envolvia ainda outros dois aspectos: *status* e poder.

Segundo Weber, a sociedade está estratificada de maneira multidimensional, e suas bases são a economia, o *status* e o poder. O fundamento de sua proposta é que não há uma única causa para esses processos e que as dimensões materiais e simbólicas têm igual influência. Para Weber, a compreensão desses fenômenos está nos sentidos subjetivos atribuídos pelos agentes à sua posição na hierarquia social.

A base de sua análise é a assimetria de poder na sociedade. O autor entende o poder como “a possibilidade de que um homem ou um grupo de homens realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participem da ação” (WEBER, 1979, p. 211). O poder pode ter uma base econômica ou fundar-se em códigos de honra de uma determinada sociedade.

Quando a ação se desenvolve no âmbito do mercado, o objetivo é o poder econômico; portanto, é na ordem econômica que se define a **classe**. A forma como as honras são distribuídas na sociedade estabelece uma distinção de outra natureza: define a composição dos **estamentos**. A organização para a obtenção de poder social, independente do conteúdo da ação comunitária, é o **partido**. Conforme argumenta Weber, classes, estamentos e partidos são expressões do fenômeno da distribuição do poder dentro de uma dada sociedade.

1.2.3.2.1 CLASSES

Para Weber, o conceito de classe designa um conjunto de indivíduos que se encontram na mesma situação de classe. O que define a situação de classe dos indivíduos é sua posição nas relações de mercado. A situação de mercado corresponde, por sua vez, a todas as oportunidades de trocar objetos por dinheiro, oportunidades as quais, pelo conhecimento que os participantes têm, orientam, na relação de troca, sua competição de preços. Com efeito, os indivíduos participam dessas relações de troca na condição de proprietários ou vendedores de bens econômicos. *Situação de classe*, nesse sentido, é, em última análise, *situação de mercado* (WEBER, 1979, p. 214).

Dispor de propriedade e não ter propriedade “são, portanto, as categorias básicas de toda situação de classe” (WEBER, 1979, p. 213). A mesma situação perante o mercado colocaria os indivíduos sujeitos às mesmas exigências econômicas, o que influenciaria de forma causal tanto os padrões materiais de sua existência quanto o tipo de vida que eles poderiam levar.

Como exemplo de classes, Weber cita os proprietários de terra ou de escravos, os industriais, os trabalhadores qualificados e os profissionais liberais (no caso destes últimos, o conhecimento é considerado sua propriedade). São todos grupos positivamente privilegiados devido à sua situação no mercado, isto é, a de possuidores de algum tipo de propriedade que tem valor. Os trabalhadores não qualificados, por sua vez, formariam as classes negativamente situadas no mercado (QUINTANERO et al., 2001).

Desse modo, podemos identificar uma estratificação de classes: (a) a classe operária, definida pela ausência de propriedade; (b) a classe lucrativa e comercial, definida pela valorização de bens e serviços no mercado; (c) as classes sociais, quando os indivíduos se movem livremente dentro de uma série de situações de classes semelhantes. Já os escravos não seriam considerados uma classe, porque não poderiam usar em proveito próprio os bens e serviços no mercado e configurariam uma condição de estamento (WEBER, 1979).

1.2.3.2.2 ESTAMENTO

As diferenças entre estamentos são originadas pelo sistema de honorarias. Com efeito, a situação estamental do indivíduo é determinada pelo *status* que

ele possui e que estabelece sua posição na hierarquia social. Essa honraria pode estar relacionada a qualquer qualidade partilhada por uma pluralidade de indivíduos. Ela ocorre em função do juízo que os outros fazem dele ou da posição social, atribuindo-lhe um determinado grau (positivo ou negativo) de prestígio, respeito ou consideração. Sua situação estamental pode inclusive estar vinculada a uma situação de classe. Nesse caso, tanto os proprietários como os não proprietários pertencem ao mesmo estamento. Entretanto, a igualdade estamental entre proprietários e não proprietários é precária (WEBER, 1979).

No contexto de estratificação por estamentos, o grupo social será construído por certo número de indivíduos que partilham do mesmo *status* social. Os grupos têm consciência de sua posição comum e tendem ao autofechamento, isto é, impedem a entrada no grupo de indivíduos de outras situações de *status*.

Além disso, tais grupos manifestam um estilo de vida próprio que os diferencia dos demais e reforça as restrições ao contato com outras coletividades. Esse é o caso das castas, que se estruturam tendo por fundamento o pertencimento étnico, o qual é reforçado por prescrições religiosas (WEBER, 1979). Quanto ao efeito geral da ordem estamental, o autor destaca: “o impedimento do livre desenvolvimento do mercado ocorre primeiro para os bens que os estamentos subtraem diretamente da livre troca pela monopolização” (WEBER, 1979, p.226):

(...) enquanto as “classes” se estratificam de acordo com suas relações com a produção e a aquisição de bens, os “estamentos” se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representados por “estilos de vida” especiais.

1.2.3.2.3 PARTIDO

A existência dos partidos se dá pelo signo do poder, uma vez que são instrumentos para disputá-lo. Segundo Weber (1979), os partidos são organizações que pressupõem comunidades socializadas, ou seja, onde há alguma ordem racional e um quadro de pessoas para ser influenciado ou recrutado pelo partido:

A estrutura sociológica dos partidos difere de forma básica segundo o tipo de ação comunitária que buscam influenciar (...) e também diferem segundo a organização da comunidade por classes ou estamentos (WEBER, 1979, p. 227-228).

Os partidos aparecem frequentemente vinculados a interesses de classes, estamentos ou outros grupos, como corporações. Eles podem representar interesses desses grupos, mas nem sempre poderão ser compreendidos como partidos de classes ou grupos sociais, segundo observou Weber; geralmente são do tipo misto e, por vezes, nem uma coisa nem outra, constituindo-se como um clube de interesses, ou interessados em usufruir o poder. Além disso, qualquer associação voluntária que se proponha a apoderar-se do controle direto de uma dada organização, a fim de promover determinada política no interior desta, pode ser entendida como um partido no sentido sociológico do termo.

ANOTE

Comparando as propostas de Marx com as de Weber, podemos observar que ambas concordam quanto à importância das posições de classe dos sujeitos. Weber, porém, propõe que, além da classe, outras dimensões de estratificação influenciam a vida das pessoas. Enquanto Marx concentra a estratificação na posição de classes, Weber chama atenção para a interação existente entre *classes*, *status* e *partido* como aspectos da estratificação. Com isso, além de fatores objetivos, como a posição da pessoa no processo de produção, ele introduz, nos critérios de estratificação, aspectos subjetivos atribuídos pelos indivíduos, como, por exemplo, o prestígio social. Por esse motivo, diversos sociólogos acreditam que Weber fornece bases mais flexíveis para a análise das formas de estratificação social. Outros, porém, afirmam que essa abordagem acentuadamente subjetivista não distingue com suficiente precisão a posição dos sujeitos nos diferentes estratos sociais, conduzindo a critérios incertos e misturando os julgamentos dos pesquisadores com os das pessoas entrevistadas.

1.2.4 Critérios de estratificação social

Conforme afirmamos anteriormente, as diferenças sociais existem devido à natureza complexa da sociedade. É preciso identificar, explicar e compreender tais diferenças como expressões teóricas dessa realidade. A estratificação social é uma forma utilizada pelos cientistas sociais para estudar esse processo.

Desse modo, os critérios de estratificação utilizados implicam uma tomada de posição teórica do pesquisador.

Geralmente, busca-se estabelecer algum tipo de escala em que se possa distribuir a população, mas também se pode realizar tal distribuição com base em critérios nominais. Se optarmos por considerar as diferenças de tamanhos das propriedades rurais numa análise da realidade social, devemos propor uma estratificação em escala numérica.

De modo alternativo, podemos buscar estabelecer estratos sociais relacionados com os tipos de ocupação em que se distribui uma população; ou ainda, relacionados com o *status* conquistado pelos indivíduos por meio do trabalho e de sua comprovada capacidade. Vejamos alguns exemplos na tabela 2, abaixo.

Tabela 2 – Estratificação social por escala: tamanho de propriedade fundiária (área total em ha)

Estratos Área Total (ha)	Nº Imóveis	%	Hectares	%	Área Méd. (ha)
Até 10	1.338.771	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a 100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	75.158	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1.000	36.859	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a 2.000	32.264	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
Total	4.238.447	100	420.345.362	100	99,2

Fonte: INCRA, II PNRA.

Observação: Situação em agosto de 2003.

No exemplo apresentado pela tabela acima, o critério para estratificar as propriedades rurais foi o tamanho da propriedade. A partir desse critério, foram estabelecidos os indicadores: “até 10 ha”, “de 10 a 25 ha”, e assim sucessivamente, em oito faixas, até “mais de 2.000 ha”. A partir dessa estratificação, tem-se a distribuição de propriedades rurais no Brasil, por área, no ano de

2003. Pressupõe-se que essa estratificação possa indicar o acesso de famílias de agricultores à terra, ou seja, que ela possa ser um indicador de diferencial de riqueza entre os agricultores no país.

A primeira faixa apresenta o número de propriedades com até 10 ha, o percentual destas no total de estabelecimentos rurais no país, o número de hectares ocupados por essas propriedades, o percentual dessa área e a superfície média delas. A faixa seguinte concentra aqueles estabelecimentos com área entre 10 ha e 25 ha, e assim sucessivamente até o último estrato, que apresenta as propriedades com mais de 2.000 ha.

Esses dados nos permitem concluir que, apesar de concentrarem mais de 30% dos imóveis rurais no país, as propriedades com até 10 ha ocupam menos de 2% da área não urbana. Enquanto isso, os estabelecimentos rurais com mais de 2.000 ha, que representam menos de 1% dos imóveis do país, ocupam mais de 30% da área. Além disso, podemos verificar quão intensa é a concentração de terras no país, o que representa uma situação de desigualdade no acesso ao recurso em questão.

Na tabela 3, abaixo, é apresentada a estratificação dos imóveis rurais do estado do Rio Grande do Sul. Com base nesse critério (área do imóvel), foram estabelecidas quatro categorias representativas dos indicadores específicos: “grande”, “média”, “pequena” e “minifúndio”.

Tabela 3 – Número de imóveis rurais e área total – RS

Rio Grande do Sul	Imóveis	%	Área (ha)	%
	615.819	100	22.561.112,80	100
Grande	9.735	1,6	8.000.385,00	35,5
Média	29.927	4,9	5.078.140,00	22,5
Pequena	170.976	27,8	5.853.412,30	25,9
Minifúndio	393.285	63,9	3.516.367,80	15,6
Não Classificado	11.896	1,9	112.807,60	0,5

Fonte: INCRA/DF/DFC – Apuração especial n. 00588 – SNCR, dez. 2005.

Observação: Grande: a partir de 2.001 ha; Média: de 101 a 2.000 ha;

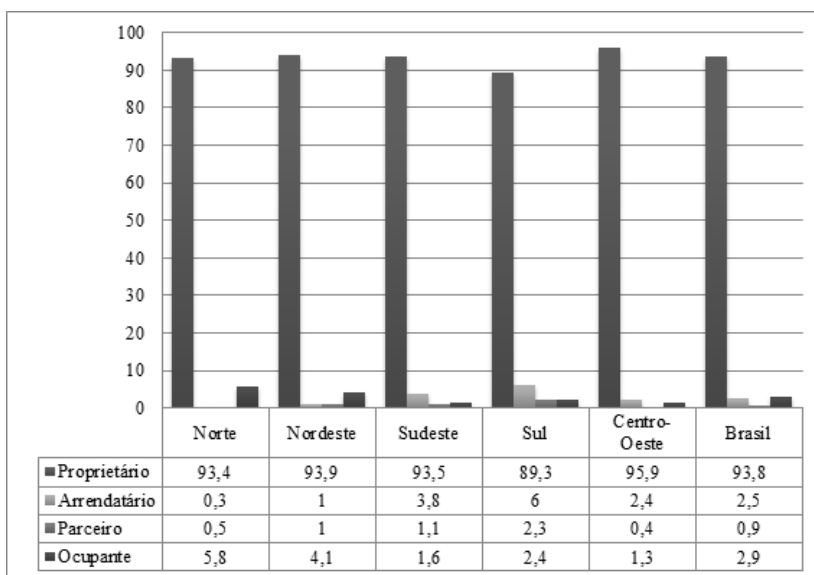
Pequena: de 11 a 100 ha; Minifúndio: até 10 ha.

De acordo com esses dados, as grandes propriedades representavam, em 2005, 1,6% dos estabelecimentos rurais do estado e ocupavam 35,5% da área. Enquanto isso, os minifúndios somavam 63,9% dos imóveis rurais e representavam uma superfície de 15,6%. É interessante notar que, mesmo utilizando

outras formas de apresentação dos dados, a conclusão a que se pode chegar comparando a tabela 3 com a tabela 2, acima, é a mesma: existe uma concentração de terras bastante significativa no país e no estado do Rio Grande do Sul.

A Figura 4, abaixo, apresenta um exemplo de estratificação social nominal, segundo a condição do produtor (proprietário, arrendatário, parceiro, ocupante).

Figura 4 – Distribuição da área total dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição do produtor – Brasil e Grandes regiões, 1995 – 1996 (em %)



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário.

Elaboração: DIEESE.

Nesse terceiro exemplo, a estratificação foi realizada a partir do critério “condição do produtor”, que deu origem aos indicadores “proprietário”, “arrendatário”, “parceiro” e “ocupante”. A segmentação dos produtores rurais foi realizada também a partir do critério “região geográfica”. Desse modo, é possível identificar, no quadro geral do Brasil, qual região apresenta maior índice de proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes. Os dados apresentados na Figura 4 mostram quão alto já era o índice geral de produtores rurais proprietários de suas terras no Brasil (93,8%). Indicam ainda que o maior índice

de produtores ocupantes de terras está na região Norte (5,8%) e que o maior índice de produtores arrendatários está na região Sul (6,0%).

Existem outras formas de estratificação. Uma delas é a que usa como critério o tipo de ocupação para o qual se estabelece uma série de indicadores. São exemplos, entre outros, de tipos de ocupação: trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e de pesca; trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (Censo Demográfico 2000). Outra forma de estratificação é baseada na diferenciação entre grupos pelo critério de *status*. Exemplo de estratificação pelo critério de *status*, segundo Pastori, *apud* Turilo Ferrari (1983, p. 442): Alto; Médio-Superior; Médio-Médio; Médio-Inferior; Baixo-Superior; Baixo-Inferior.

Existem, portanto, diferentes maneiras (ocupação e *status*) de estratificar uma população, que dependem de indicadores e fatores relacionados ao contexto social e econômico da realidade a ser estudada e estratificada.

1.3 MOBILIDADE

Analisar uma sociedade a partir de um modelo de estratificação social permite averiguar “fotograficamente” como os recursos sociais disputados estão distribuídos. Esse modo de captar uma dada realidade favorece o conhecimento das desigualdades estruturadas num determinado momento histórico. Complementarmente, os estudos sobre mobilidade social favorecem uma análise “cinematográfica” da distribuição e apropriação dos recursos sociais, ou seja, favorecem a análise dos deslocamentos de indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo.

Essas investigações “buscam mensurar o grau de fluidez da estrutura social, bem como identificar os padrões e a movimentação envolvidos na distribuição e redistribuição de atributos específicos” (SCALON, 1999, p. 18). Dessa forma, podemos definir mobilidade social como o movimento de indivíduos e grupos de um estrato social a outro, de uma posição de classes ou *status* a outro, ou mesmo como uma mudança de ocupação ou profissão. Em qualquer desses casos, a mobilidade social implicará o deslocamento entre posições socioeconômicas diferentes.

Devemos, portanto, de acordo com Stavenhagen (2004, p. 240), reconhecer que “a mobilidade social implica um movimento significativo na posição econômica, social e política” de um indivíduo ou grupo. Essa mobilidade pode ser observada de modo individual ao longo da vida de uma única pessoa, ou pode ser vista de modo coletivo, como a mobilidade realizada por uma família, um grupo social, uma região ou mesmo uma nação inteira. Isso implica reconhecer que há diferentes tipos de mobilidade social. Antes de identificarmos esses diferentes grupos, vale a pena deter-nos um instante nas razões pelas quais se estuda a mobilidade social.

1.3.1 Por que estudar a mobilidade social

Ao estudarmos a estratificação social, devemos considerar não apenas as posições econômicas, de *status* e de poder, mas também o que ocorre com indivíduos, famílias e outros grupos sociais. Os sociólogos estudam não somente os diferentes fatores que contribuem para a mobilidade social, como também o ritmo de tais mudanças, e comparam diferentes contextos a fim de conhecer os tipos de sociedades de nosso tempo.

1.3.2 Tipos de mobilidade social

Como já mencionamos, existem diferentes tipos de mobilidade social, denominados: mobilidade vertical; mobilidade horizontal; mobilidade intergeracional; e mobilidade intrageracional.

A **mobilidade vertical** refere-se às mudanças de subida ou descida de um estrato social a outro, quando um indivíduo passa de uma classe social para outra, de uma posição de prestígio ou poder para outra. Essa forma de mobilidade pode ser ascendente, quando o indivíduo sobe na hierarquia social, ou descendente, quando ele passa a ocupar uma posição inferior.

Exemplificando: quando um agricultor que não tem terra e trabalha em regime de parceria na área de terceiro consegue capitalizar-se e adquire uma área de terra sua, passando a ser o proprietário desse meio de produção, observamos uma mobilidade vertical ascendente. Por outro lado, quando um agricultor, por diferentes motivos, descapitaliza-se a ponto de ter de vender

sua propriedade e ter que trabalhar como assalariado, deparamo-nos com uma situação de mobilidade vertical descendente.

A **mobilidade horizontal** refere-se a um deslocamento significativo dentro do mesmo nível social, isto é, que não implica a alteração da situação de estrato social. Refere-se principalmente a deslocamentos geográficos entre bairros, cidades ou regiões, que podem ser identificados como movimentos migratórios. Muitas vezes, a mobilidade vertical e a horizontal se combinam.

Exemplificando: quando um trabalhador da construção civil que ganha dois salários mínimos muda de ocupação e passa a trabalhar como segurança em um posto de gasolina ganhando a mesma quantia, temos uma mobilidade horizontal; quando um agricultor vende sua propriedade de terra e vai para a cidade trabalhar como comerciante, temos uma mobilidade horizontal combinada com a vertical, que será ascendente ou descendente, conforme os resultados dos rendimentos monetários, do *status* e do poder que isto lhe proporcionar.

A **mobilidade intergeracional** refere-se à mobilidade social que ocorre entre gerações diferentes. Aqui se trata de analisar até que ponto os filhos ingressam na mesma profissão de seus pais e avós. Essa mobilidade geracional pode também combinar-se com a vertical.

Exemplificando: quando a filha de um operário alcança uma educação universitária e se forma em medicina, ocorre uma mobilidade geracional ascendente; quando o filho de um agricultor familiar busca suceder o pai na gestão da propriedade familiar, não temos uma mobilidade geracional. Por outro lado, quando o filho de um proprietário de meios de produção passa a atuar como assalariado no mesmo ramo de atividade, temos uma mobilidade geracional combinada com uma mobilidade vertical descendente.

A **mobilidade intrageracional** é aquela em que podemos observar as alterações de classe, *status* e poder ao longo da vida de um indivíduo ou entre membros de uma mesma geração; ou seja: quando ocorre uma mudança de carreira profissional que produz o deslocamento individual entre estratos sociais diversos. Podemos, assim, verificar até que ponto o indivíduo se deslocou para cima ou para baixo na hierarquia social ao longo de sua carreira profissional.

Exemplificando: imaginemos uma família de poucos recursos que tenha três filhos. Quando concluem o ensino médio, dois deles param de estudar e se inserem no mercado de trabalho como comerciários, enquanto o terceiro entra na universidade, vindo a graduar-se em engenharia civil e a empregar-se em

um posto de comando numa grande empresa. Um dos dois primeiros, vendo o exemplo do irmão, retoma os estudos na área de processamento de dados e monta sua própria empresa de prestação de serviços. Ao compararmos as trajetórias dos três, constatamos que se estabeleceu entre eles uma mobilidade intrageracional.

1.3.3 Sociedade hierarquizada e sociedade não-hierarquizada

Vimos que todas as sociedades possuem algum sistema de estratificação social. Havendo estratificação, é possível esperar que haja possibilidade para a mobilidade social nos termos expostos acima. Isso nos permite classificar as sociedades conforme as condições em que indivíduos e grupos sociais experimentam tal mobilidade. Numa sociedade não-hierarquizada, existem desigualdades sociais, mas pessoas e grupos têm a possibilidade de transitar entre os estratos sociais tanto de forma ascendente quanto de forma descendente.

Numa sociedade hierarquizada, pessoas e grupos estão hierarquizados em estamentos sem possibilidade de ascenso ou descenso social, e o *status* da pessoa é determinado ao nascer, mantendo-se inalterado por toda a vida. Por isso, chama-se sociedade hierarquizada aquela em que há mobilidade social somente dentro do mesmo estamento, jamais de um para outro. Trata-se, então, de um tipo de sociedade de casta em que a posição social dos sujeitos não muda, ou seja, há um *status* atribuído por hereditariedade. Essa é, por exemplo, a situação que existia no Brasil até o final do século XIX, quando foi abolida a escravidão.

EM SÍNTESE

Neste texto, propusemo-nos estudar as teorias sobre estratificação e mobilidade social. Para tanto, trouxemos o debate sobre as definições de diferença e desigualdade sociais para o entendimento da desigualdade na estrutura social. Verificamos que a estratificação social é um critério usado pelos sociólogos para analisar as desigualdades sociais entre pessoas e grupos em uma sociedade, permitindo identificar a posição que cada uma delas ou cada um deles ocupa na estrutura social. Identificamos os diferentes tipos históricos de estratificação: escravidão, casta, estamentos e classes. Conhecemos as teorias da estratificação social de dois autores clássicos da Sociologia. Karl Marx e Max Weber; Vimos ainda os principais critérios para estabelecer uma estratificação social que corresponda às posições de classe ou de *status*. Também tomamos contato com o debate sobre a mobilidade social relacionada ao deslocamento entre estratos sociais. Definimos os diferentes tipos de mobilidade: a vertical, a horizontal, a intergeracional e a intrageracional.

1.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Construa um quadro com indicadores de estratificação de seu município, tendo como referência o texto desta Unidade e adotando os seguintes procedimentos:

- (1) defina estratificação social;
- (2) aponte o referencial teórico utilizado;
- (3) estabeleça um critério de estratificação social a ser adotado, bem como os respectivos indicadores; e
- (4) apresente a distribuição da população de seu município segundo os estratos que você sugeriu.

1.5 BIBLIOGRAFIA

1.5.1 Bibliografia básica da Unidade 1

- BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.
- COSTA, C. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005. v. 1.
- COHEN, B. *Sociologia Geral*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.
- GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GRUSKY, D. Estratificação social. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 270-273.
- IANNI, O. (Org.). *Marx*. São Paulo: Ática, 1979. (Grandes Cientistas Sociais, n.10)
- MARTINS, J. de S. (Orgs.). *Sociologia e sociedade*. Rio de Janeiro: LCT, 2004. p. 281-296.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Difel, 1985.
- MARX, K.. *O capital*. São Paulo: Centauro, 2004. Livro I, v. 4.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, Ton. (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- QUINTANERO, T.; BARBOSA, Maria L. O.; OLIVEIRA, Márcia G. de. *Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- SCALON, C. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: IUPERJ-UCAM, 1999.
- STAVENHAGEN, R. Classes sociais e estratificação social. In: FORACCHI, M.; TRUJILLO FERRARI, A. *Fundamentos de Sociologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1979. 530p.

ATORES SOCIAIS

Ivaldo Gehlen

INTRODUÇÃO

Nesta segunda Unidade, serão aprofundados conceitos introduzidos na primeira Unidade, particularmente o de ator social, relacionando-o com cidadania e com identidade sociocultural. Serão também apresentados alguns conceitos auxiliares, na perspectiva desta disciplina, tais como exclusão social, preconceito, estigma, patrimônio sociocultural, entre outros. O foco será a sociedade, em sua acepção conhecida como sociedade civil, mediante (i) manifestações de interesses articulados pelos atores sociais e (ii) manifestações de valores éticos e socioculturais da vida cotidiana expressos coletivamente, e que constituem a cidadania e as identidades.

Os atores sociais manifestam interesses sociais, econômicos, políticos, culturais, além de outros, de forma articulada, via de regra expressos por meio de formas perceptíveis, legítimas e geralmente regidas por legislação, normas, estatutos ou regimentos. Outras vezes, a manifestação coletiva dos atores sociais não é rígida burocraticamente, como, por exemplo, um movimento social, ou o comportamento dos que ocupam uma mesma posição na estratificação social; mas deve obedecer a uma ética consensualmente aceita.

As identidades socioculturais, também por vezes denominadas simplesmente de sociais, expressam, sobretudo, valores de convivência, de segurança, de bem-estar. As pessoas podem viver longe e, no entanto, formar uma espécie de comunidade, pois compartilham valores existenciais e de orientação que dão

um sentido específico a suas vidas. Habitualmente, esses valores são legitimados pela tradição, pelos costumes que definem uma espécie de cultura específica. Todos sabem como agir em tais ambientes, independentemente das posições sociais que cada um ocupa na estratificação social, na totalidade à qual pertence.

Os atores sociais ocupam diferentes posições sociais (estratos), que expressam desigualdade social, e suas atitudes são regradadas normativamente por valores éticos compartilhados; mas vivenciam, ao mesmo tempo, valores culturais específicos ou identidades que expressam as diferenças.

Conceituar sociologicamente ator social implica identificá-lo numa relação alterativa, validada pelo(s) outro(s) e situá-lo(s) numa realidade social mediada por relações e por concepções de mundo, por estilos de vida, por atividades, pela natureza, pela religião, enfim, pela realidade complexa que os cerca.

O texto que se segue é uma espécie de guia para introduzir esta temática. Todos nós, indistintamente, nos movemos e nos orientamos na vida cotidiana por esses dois sistemas de valores ou por essas duas dimensões de referência – valores éticos e valores culturais –, tendo ou não consciência disso.

2.1 ATORES SOCIAIS COMO CIDADÃOS DESIGUAIS

A cidadania remete-nos à condição da existência social referenciada numa relação estabelecida com uma totalidade, por vezes também chamada de sociedade global, que pode ser de abrangência local (o município), regional (o estado), nacional (a nação) ou universal. Esta última abrangência, a da cidadania universal, está crescentemente presente no debate político e em alguns movimentos sociais. É global no sentido histórico de referir-se a uma determinada totalidade social, à qual cada um pertence, pelas normas estabelecidas.

Nos contextos filosóficos, a cidadania refere-se a um ideal normativo substancial de pertença e participação numa comunidade política. Ser um cidadão, neste sentido, é ser reconhecido como um membro pleno e igual da sociedade, com o direito de participar no processo político. Como tal, trata-se de um ideal distintamente democrático. As pessoas que são governadas por monarquias ou ditaduras militares são súditos e não cidadãos (KYMLICKA, 2007, p. 2).

Na Grécia Antiga, a cidadania era definida e validada pelo lugar ocupado na Cidade-Estado; no Império Romano, era atribuída pelo imperador a uma parte da sociedade e válida até os confins do Império; na sociedade medieval, havia dupla possibilidade de ser cidadão: nos feudos, como concessão do Senhor, com validade no território local, e nos burgos (*villes*, cidades), como concessão do poder local. Mas também começa a se construir o conceito de cidadania como direito e como condição de liberdade (igualdade formal) a ser gozada no território citadino.

Durante a Idade Média, na Europa, avançou a construção do conceito de igualdade social, fundado na tradição judaico-cristã, que o vincula ao conceito de liberdade individual e de mérito pessoal (princípio da salvação), embora, na prática, persistissem as estratificações sociais de dominação, de desigualdade social. A separação entre o saber teórico e o saber prático em relação às atividades ligadas à produção de bens materiais e aos serviços inviabilizava a invenção e a inovação tecnológica nesses tipos de atividades. Aos poucos, esse divórcio gerador de dicotomia foi superado por um novo paradigma teórico-científico e, portanto, metodológico, de produção e validação do conhecimento, centrado na capacidade do ser humano e na realidade. A superação dessa dicotomia foi condição necessária para o desenvolvimento de tecnologias que propiciaram aumento crescente na produtividade do trabalho, dando origem à Revolução Industrial. Com a Revolução Industrial, também se atribuiu um novo significado à noção do tempo, o qual passou a reger grande parte da vida cotidiana das pessoas. Criou-se o tempo útil, medido pelo relógio e valorado pelo salário. Com isso, universaliza-se de forma imperativa o controle social pelo uso desse tempo, por meio da medição (horificação) das atividades socialmente convenionadas, especialmente as que são conceituadas como trabalho.

No coração desta mutação qualitativa está o tempo restrito, imposto pelo produtivismo, primeiro na Inglaterra, depois em todo o continente. O divórcio entre tempo de trabalho e tempo livre se somou àquele entre lugar de trabalho e domicílio. A hora de trabalho tornou-se aos poucos a unidade de referência, depois a medida de produtividade, simbolizada em seguida pelo relógio, que vigia à porta de entrada das usinas (NEUFVILLE, 1996, p. 46, tradução nossa).

A burguesia, classe que emerge dos mercadores e que se consolida por meio da mobilidade social proporcionada pela indústria e pelo comércio de mercadorias, aos poucos conquistou o poder político e nele se consolidou mediante a acumulação de capital, resultante do controle da produção de mercadorias e do comércio de produtos materiais e simbólicos, como, por exemplo, o dinheiro. A politização do conceito judaico-cristão de igualdade fez parte de sua estratégia de se tornar dominante e hegemônica, atribuindo-lhe uma conotação positiva e universalizando-a, no sentido de conceber todos como formalmente iguais. Porém, cada sujeito devia merecer esse atributo, impondo-se o tempo de trabalho produtivo como estratégia meritocrática para que se cumprisse essa condição. Por consequência, a cidadania política passou a ser a condição de inclusão social, merecida individualmente, tendo como contraponto a exclusão social, provocada pela falta de méritos para usufruir os direitos inerentes a esse estatuto. Por isso, atualmente, nas sociedades influenciadas pela noção ocidental de cidadão, a cidadania é, antes de tudo, uma questão de direitos mais do que de obrigações ou deveres. Concomitantemente a esse processo, desenvolve-se o conceito de privado, apropriado pela burguesia e ainda fortemente sustentado pelas classes dominantes, que defendem o direito de sobrepor os compromissos ou direitos privados aos direitos políticos e sociais que configuram a vida pública.

A cidadania é um direito público, universal, porém sob contrato negociado. A moeda de troca passa a ser o trabalho ou, mais recentemente, uma atividade qualquer, desde que socialmente reconhecida (desportista, ator, escritor, etc.), e ao compromisso político corresponde a liberdade, inclusive religiosa, no território, na totalidade de pertencimento que normalmente corresponde à nação. Alguns direitos universalizam-se, como acesso ao saber, à alimentação, à saúde, à liberdade política. O cidadão moderno de direito, no território nação, é, portanto, uma construção histórica.

Pelo contrato, o cidadão tem direito a reproduzir-se numa família, por meio dos recursos disponibilizados pela sociedade à qual pertence. Por isso, o desempenho competente de uma atividade – identidade socioprofissional – que garanta o sustento é um dever, e o Estado deve prover a essa oportunidade, mas cada um é livre para negociar sua atividade e, por vezes, seu valor, para decidir suas preferências políticas (voto), para definir se vai, e com quem, constituir família. O Estado não é seu dono, mas seu tutor; ou, segundo tendência

recente, o Estado, por meio dos governos, coordena, organiza e gerencia os direitos e deveres ou compromissos dos cidadãos.

A participação política é vista como uma atividade ocasional, por vezes desagradável, que é necessária para assegurar que o governo respeite e apoie a liberdade das pessoas para se entregarem aos seus projetos e interesses pessoais. O pressuposto de que a política é primariamente um meio para proteger e promover a vida privada está subjacente à maior parte das perspectivas modernas da cidadania. Esta atitude reflete o empobrecimento da vida pública de hoje, em contraste com a cidadania ativa da antiga Grécia (KYMLICKA, 2007, p. 3).

Ao assegurar os direitos civis, políticos e sociais a todos, o Estado garante a seus membros a possibilidade de participarem plenamente na vida societária. O desafio para o cidadão moderno é construir alternativas de participação, tanto no trabalho quanto na vida pública, societária, num esforço coletivo de relativização do privado. O desafio é fazer emergir um cidadão que se oriente pelo convívio com os que são cultural ou etnicamente diferentes e que, ao mesmo tempo, reconheça as competências profissionais, priorizando conceitos de sustentabilidade para o equilíbrio social, cultural, ambiental, econômico, político e institucional; ou seja: fazer emergir um cidadão múltiplo, que se faça representar de múltiplas formas. Para isso, está em processo a criação, por consenso, de um espaço público que se fundamente nas noções, ainda em construção, de política pública e de política social.

2.2 ATORES SOCIAIS COMO IDENTIDADES SOCIOCULTURAIS DIFERENTES

A identidade sociocultural remete-nos à condição de existência privada, referenciada na relação com o meio (intra), com o chamado local, que possui abrangência e conteúdos não padronizados; por isso, precisa ser definido em cada situação, salvo quando se refere a conceitos já consagrados, como comunidade, município, estado, nação etc. É privado no sentido de referir-se a determinada totalidade cultural, aquela à qual os atores sociais têm pertencimento.

Assim, entre os ciganos, ou entre os caboclos, ou entre os indígenas, ou entre os japoneses, ou entre os poloneses, etc., cada um se define pela semelhança, pelos gostos, pelo cheiro, pelos hábitos, validados pelos que se orientam ou se referenciam pelo mesmo conjunto ou sistema de valores socioculturais. Normalmente, possuem o mesmo cheiro, entendem-se por gestos ou meias palavras; enfim, orientam-se por costumes ou hábitos particulares, que possuem não raras vezes legitimidade social coercitiva. Não há normatização burocrático-legal: as leis são “de sangue”, não escritas, mas passadas pelos costumes ou oralmente. Pertencer a uma identidade não é uma concessão, nem uma questão de direito formal, mas de vida, de existência em si mesma.

Na América Latina, muitas identidades socioculturais, sobretudo as de indígenas e as de africanos escravizados, foram massacradas pela imposição, por parte dos colonizadores europeus, dos valores da cidadania acima descrita, em substituição aos valores identitários. Em nome dessa civilização ocidental cristã, impôs-se aquela cidadania, subjugando essas identidades como se ocupassem posição inferior na estratificação social. De fato, a civilização colonizadora impôs o não-pertencimento ou a não-adesão aos valores civis ou identidades socioculturais dos colonizadores como critério de desqualificação social, ou seja, de desigualdade social. Portanto, nesse caso, adotar orientação de uma conduta privada do sistema de valores socioculturais não somente significa ser diferente mas também constitui um critério de desigualdade social. Os valores de cidadania se sobrepuseram, numa tentativa autoritária, higienizadora e genocida de construir uma única referência identitária universal. Há grupos identitários específicos que não se constituem em identidade territorializada ou comunitária, mas se referenciam culturalmente por valores comuns que orientam suas condutas, embora dispersos difusamente. Atualmente, adquirem bastante visibilidade os que se organizam e se expressam em movimentos sociais, que congregam várias identidades em relação a vivências sexuais, às opções religiosas, à adoção de costumes coletivos, sobretudo entre jovens, a um patrimônio cultural historicamente construído, como, por exemplo, os quilombolas. Sempre que valores políticos ou de cidadania se sobrepõem de forma absoluta e destrutiva a valores culturais ou religiosos, desrespeitando as diversidades socioculturais, geram-se regimes de governo autoritários, ditatoriais, em geral sanguinários.

Além da imposição violenta ou moral, outro recurso utilizado para a sobreposição da cidadania a identidades, principalmente em sociedades democráticas, é a criação e difusão de preconceitos raciais, culturais ou religiosos. Esses preconceitos aos poucos são naturalizados e se transmutam em estigma, como explica Gehlen (1998, p. 138), com base na concepção de Goffman (1976):

O estigma atribuído aos excluídos transforma as vítimas nos primeiros responsáveis pelo seu fracasso. A sociedade culturalmente dominante estabelece os *atributos* (“naturais”), que assumem normatividade de conduta, “consensuais”, estabelecendo categorias e hierarquias sociais. Estigmatizando algumas categorias, afirma-se a ordem social dominante. Responsabilizam-se essas categorias sociais estigmatizadas, excluídas, pela própria condição, culpabilizando-as pela incapacidade de resposta ao modelo, ou ao trabalho, no caso dos caboclos. Com isso, o processo social excludente apresenta as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real.

O convívio entre pessoas que se autodefinem pertencentes a identidades socioculturais diferentes é sempre tenso e exige um esforço de aceitação e respeito, a começar pelo reconhecimento do outro. Nas sociedades democráticas, esse princípio precisa ser respeitado para o convívio comum. Por vezes, é necessário criar, ao menos temporariamente, políticas inclusivas ou compensatórias específicas para determinados grupos sociais – no caso brasileiro, em geral identificados com identidades socioculturais ou mesmo com expressão étnica. Isso é feito, por um lado, com vistas à dignidade humana; por outro lado, também para promover mobilidade social ascendente, objetivando a diminuição da desigualdade social. Portanto, este tema permanece atual e presente, inclusive nos meios de comunicação social. Vale a pena aguçar o olhar para perceber que vivemos numa sociedade não somente marcada pela desigualdade social mas também fundada numa complexidade de identidades representadas, que deixam seus contributos na vida cotidiana.

2.3 O LÓCUS DE AÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

O local pode ser identificado por suas características de cidadania e definido territorialmente ou por valores cívicos de reconhecimento público. Também pode ser entendido como o lócus associado a valores identitários, porém definidos territorialmente.

O local e a comunidade geralmente são identificados por suas características de cidadania, pelo trabalho, pela participação na vida local por meio da reprodução de valores democráticos naquele território, pelos valores cívicos de reconhecimento público, cultivados pelos laços sociais e afetivos nas relações sociais. O local também pode ser reconhecido como lócus identitário, por vezes multifacetado, expressando as diferenças, porém definido territorialmente, onde se cultivam tradições culturais específicas e, por vezes, se elaboram sínteses universais.

Diante da globalização do consumo de bens materiais e culturais e da cidadania, as identidades também têm algumas oportunidades de afirmar e publicar seus conteúdos específicos, podendo constituir uma melhor referência para o sentido do cotidiano das vidas das pessoas. As conquistas tecnológicas nos últimos dois séculos propiciaram oportunidades quase sem limites de dominação pelo controle do trabalho. As novas tecnologias de comunicação, de informação e de produção agora oferecem novas chances para superar os limites do espaço-tempo. Contraditoriamente, recriam as condições para a interação intra e interidentidades em determinado território, possibilitando abrir-se para o reconhecimento de outras identidades e a aceitação das diferenças no âmbito local.

A construção do desenvolvimento sustentável tem por base o local e o patrimônio sociocultural (qualificação dos atores sociais, identidades socioculturais etc.) das comunidades. O patrimônio sociocultural de uma comunidade ou sociedade local pode ser compreendido como sendo o conjunto de características, intrínsecas a uma comunidade, que podem contribuir (ou frear) as ações em prol de seu desenvolvimento. Por isso, o local é o território onde se desenvolve uma determinada economia local, com suas relações específicas, superando o rural e o urbano, e estabelecendo articulações internas de respeito e valorização da diversidade e de acordos solidários de cidadania, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

2.4 ATORES SOCIAIS, PRODUTORES DE FORMAS SOCIAIS ESPECÍFICAS DE USOS DA TERRA

A terra não é apenas um espaço necessário à produção agropecuária. Ela possui um significado político muito importante, definido culturalmente, ou seja, pelos interesses de grupos sociais ou comunidades identitárias. Portanto, há uma dimensão do conteúdo do termo *terra* que expressa relações sociais e, ao mesmo tempo, define formas de relações sociais segundo os valores de cidadania e de identidade desses grupos. Por isso, a terra é de certa forma criada segundo ideologias e segundo interesses de classe.

No Brasil, identificam-se claramente pelo menos oito especificidades ou tipos de atores sociais diferentes, cada qual definindo uma forma específica de ocupação e de uso da terra. Todas foram se criando historicamente. Umas estão em mobilidade ascendente, outras em mobilidade descendente. No quadro abaixo, mostramos essas formas sociais de maneira sintética, tendo como critérios algumas variáveis (cabeçalho superior) e alguns indicadores (no interior do quadro) fundamentais para sua análise e compreensão.

Na coluna vertical do quadro, estão os diferentes atores sociais, que conformam identidades específicas resultantes de sua construção histórica, como, por exemplo: os latifundiários, que estão em mobilidade descendente; os indígenas e os granjeiros, que se mobilizam de forma socialmente ascendente. Como se pode também notar, a relação de cada tipo com o meio ambiente difere segundo os interesses que orientam a apropriação e o uso da terra. Observe-se que o significado ou conceito de trabalho difere entre cada forma social de apropriação e uso da terra, expressando parte das respectivas identidades e possibilitando uma compreensão histórica de cada tipo de ator social.

Quadro 2 - Atores sociais rurais e formas sociais na agricultura segundo alguns indicadores (sul do Brasil)

INDICADORES/ FORMAS SOCIAIS	ORIGEM Étnico-Social	TERRA	TRABALHO	TECNOLOGIA/ RACIONALIDADE	OBJETIVO / DESTINO DO PRODUTO	IMPACTOS AMBIENTAIS	PERSPECTIVAS / OBSERVAÇÕES
LATIFUNDIÁRIA	Portuguesa (Alentejo), Hispanica.	Sesmaria, fonte de poder Patrimônio persona- lizado, absolutizado.	Serviço não nobre, mas necessário. Trabalhador = Patrimônio personalizado.	Extensiva/extrativa Tradicional / mista.	Exportação (prestígio do de fora – desqua- lifica consumi- dor nacional).	Médio: tecnologia tradicional usa fogo e desmatamento.	Especulador (subordina públi- co ao patrimônio), Em extinção.
CAPITALISTA Burguês (TRADICIONAL)	Diversa: Latifundiária, Militares, Mobilidade social Ascendente.	Mercadoria / capital, Meio de acu- mulação.	Centralida- de ética / Gera- dor de bens e de riqueza, Tempo > trabalho = Produtividade.	Convencional (moderna), Produtivista (uso intensivo de equipa- mento e insumos), Forte dependência de fora da propriedade.	Mercados diversos/ agregação de valor.	Forte: degradação. Resiste a mu- dar para sus- tentabilidade, Granjeiro inte- rage com mais sensibilidade.	Desafio: competitividade (produtividade), Ajustes tecnológicos (racionalizados).
GRANJEIRO (EMPRESÁRIO)	Mobilidade social ascendente, Diversificação, Investimento.	Capital familiar, Meio de riqueza.	Centralidade ética/ Gera- dor de bens e de riqueza, Eficiência/ Competitividade.	Racionalizada, Sustentabilida- de competitiva, (uso intensivo de tecnologias/ gestão), Dependência de informação e de comunicação.	Mercados diversos, Agroindústrias, Região como valor simbólico de mercado.	Racionalizado: Sensibilidade ambiental (tecnologias, discurso ético- sobre).	Em expansão, Compromisso com o local.

(Continuação do Quadro 2)

<p>FAMILIAR/MODERNO COLONIAL (COMERCIAL)</p>	<p>Imigração italiana, alemã, polonesa, russa, ucraniana e outras.</p>	<p>Lugar de trabalho/reprodução familiar; Patrimônio familiar.</p>	<p>Centralidade ética/condição de inclusão. a) Trabalho > tempo = produção; b) Tempo > trabalho = produtividade.</p>	<p>a) Convencional (acumulação/qualidade de vida); b) Tradicional (reprodução/qualidade de vida); c) Sustentável (qualidade de vida/reprodução).</p>	<p>a) Agroindústria/Mercado interno/exportação; b) Mercado regional/diversidade; c) Mercados locais/agroindustrial, caseira (autoconsumo).</p>	<p>Fonte: Depredatório (natureza selvagem: substituí-la). Tende a aceitar mudar para sustentabilidade.</p>	<p>Desafio: competitividade (qualidade). Em resseleção/exclusão pela qualificação e eficiência.</p>
<p>FAMILIAR TRADICIONAL/CABOCLO (SUBSISTÊNCIA)</p>	<p>Imigrantes, Miscigenada (nacional única da colonização).</p>	<p>Fonte de vida/reprodução familiar; Patrimônio social-familiar.</p>	<p>Necessário para sobreviver, Não central, Trabalho > tempo = subsistência.</p>	<p>Tradicional, braçal/animal, faxinal/pouso.</p>	<p>Subsistência, Autoconsumo, Venda/troca de excedentes.</p>	<p>Fraco: Interdependência em relação ao meio natural. Ética (religiosidade holística, cosmologia).</p>	<p>Autoreprodutividade de comprometida, Readaptar sistema produtivo.</p>
<p>INDÍGENA</p>	<p>Autóctone.</p>	<p>Fonte de vida, Patrimônio da comunidade, uso familiar (rodízio).</p>	<p>Não trabalha (segundo ótica nossa), Atividade de sobrevivência.</p>	<p>“Primitiva” (Brasil) Tradicional, braçal/instrumentos rudimentares.</p>	<p>Consumo familiar, Excedente para a comunidade.</p>	<p>Muito fraco: Forte interdependência em relação à natureza.</p>	<p>Em reconhecimento, Crescimento demográfico.</p>

(Continuação do Quadro 2)

QUILOMBOLA	Afros, escravos "livres".	Patrimônio da comunidade, uso familiar (fixo).	Necessário para sobrevivência, Discurso ético sobre valor, não na produtividade.	Tradicional braçal/animal.	Consumo familiar, Excedente para troca e venda.	Fraco: Interdependência em relação à natureza (mística).	Em reconhecimento/afirmação, Possível expansão e inclusão.
ASSALARIADOS	Diversa.	Lugar de trabalho cativo.	Produzir bens, Tempo > trabalho = produtividade.	Subordinado ao contratante.	Para contratante.	Depende de quem contrata.	Profissionalização Estável.
OUTRAS: biscateiros, andarilhos	Diversa (excluídos).	Espaço de Sobrevivência.	Atividade eventual para sobreviver, Troca de favores.	Dependente de quem solicita.	Para quem solicita.	Depende (em geral fraco).	Diminuição da possibilidade de reprodução.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Toda transformação estrutural gera novas referências de valores de condutas dos atores sociais, sejam éticos, sejam morais, sejam sociais. Sempre recriam sonhos e idealizações, por vezes utopias, do futuro. Se nos debruçarmos com criticidade e com seriedade sobre o que está em processo atualmente, talvez percebamos que temos a oportunidade de participar de profundas transformações que estão alterando o *modus vivendi* contemporâneo e que marcarão esta e futuras gerações. Percebe-se claramente uma proeminência da dimensão cultural que valoriza as diferenças em vez de aniquilá-las. O social se expressa por meio das organizações, da solidariedade, que se utiliza de tecnologias interativas.

Essas transformações alteram o conteúdo dos territórios de pertencimento, pela valorização do ator social, pelas novas formas de inclusão e de pertencimento. Essa valorização de organizações societárias com base principalmente nas atividades, restringe a função da família, para a qual diminuem cada vez mais as funções que lhe eram imputadas no passado, projetando-se sua sobrevivência restrita a ser o *locus* identitário e igualitário.

O desenvolvimento local, porém, pode ser concebido apenas em seu veio de cidadania, sendo, nesse caso, necessário compreender suas possibilidades e seus contributos cívicos (para a cidadania), como participação local em atividades multifacetadas: culturais, econômicas, políticas, religiosas, sociais e outras. Porém, pode também ser concebido como o resultado de um engajamento dos cidadãos em identidades (étnicas, por exemplo) que buscam construir ou resgatar suas matrizes originais, seu bom-viver, seu equilíbrio, sua estabilidade, por meio do convívio criativo, multifacetado, entre diferentes, porém iguais.

As transformações em andamento, principalmente nos campos citados do conhecimento científico, das comunicações e das informações, afetam fortemente o modo de vida humano e, por consequência, as relações sociais, induzindo a repensar o paradigma de relação, entre os humanos, com a natureza e com o religioso. No rural, o impacto é marcante tanto no que se refere às relações quanto no que se refere às atividades profissionais, exigindo novas posturas e competências. A necessidade crescente de interatividade induz o desisolamento, a ruptura de cercas simbólicas, a criação de instituições de cooperação, a formação de redes de comunicação e de intercâmbio. Nessa perspectiva, as organizações desses atores sociais passam a ter funções de articulação e de qualificação das relações, ou seja, de negociação, objeto de estudo da próxima Unidade.

2.5 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Exercícios para reflexão, estudo ou debate.

(1) O Rio Grande do Sul está entre os estados brasileiros com maior diversidade sociocultural identitária, também por muitos denominada étnica. Procure, então, responder as seguintes questões, tendo por base a leitura do texto:

- O que é uma identidade sociocultural?
- O que diferencia o sujeito identitário do sujeito cidadão?
- Qual é a principal identidade (no sentido de representatividade estatística ou numérica) de seu município de origem, ou do município em que você reside atualmente, ou então de sua região?
- Quais são os principais valores (aqui “valores” pode também ter sentido negativo) que caracterizam os que se autodefinem como pertencentes a cada uma dessas identidades?
- Qual ou quais identidades (grupos) estão em mobilidade ascendente/descendente?

(2) Identifique uma identidade sociocultural que você julgue significativa ou interessante, do município ou da região em que você vive, e escreva sobre ela:

- Seu histórico de origem e formação, ou de implantação.
- Sua representatividade na região, no estado e no país (ótimo se você conseguir dados, mesmo que aproximados; caso contrário, descreva essa representatividade).
- Os principais valores que identificam e atribuem especificidade: culinária, hábitos de lazer, de trabalho, aspectos culturais ou folclóricos, arquitetura, etc.
- Observando os que pertencem a ela, como eles são classificados a partir do conceito de atores sociais? Ocupam diferentes lugares? Quais? Há alguns dentre eles que recentemente tiveram mobilidade social? Qualifique essa mobilidade.

2.6 BIBLIOGRAFIA

2.6.1 Bibliografia básica da Unidade 2

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. rev. São Paulo: Globo, 2000.

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre a terra no meio rural do Sul. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, PPG em Sociologia/UFRGS, v. 6, p. 154-176, 1994.

_____. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P. A. et al. (Org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

NEUFVILE, S. Travail et loisirs, histoire d'un divorce. *Alternatives économiques*, Paris, n. 139, p. 46, jul./ago, 1996.

ZARTH et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

KYMLICKA, W. Cidadania, identidade e diferença. *A Tempo/Sem Tempo*, nov.2007. Disponível em: <<http://worldroom.wordpress.com/2008/10/10/a-temposem-tempo>>. Acesso em: jan. 2009. Traduzido de: Citizenship. In: CRAIG, E. (Org.). *Routledge Encyclopedia of Philosophy*. London: Routledge, 1998.

TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ASSOCIATIVISMO RURAL

Décio Souza Cotrim

INTRODUÇÃO

Nesta terceira Unidade, o foco está centrado na ação organizada dos atores sociais. Para entender seu significado de forma objetiva, é indispensável referir-se aos conceitos já aprendidos nas duas Unidades anteriores, ou seja, à construção teórica do posicionamento dos membros de uma sociedade ou totalidade nos estratos sociais, à mobilidade social, ao ator social como cidadão e como identidade sociocultural. São esses atores que constroem as organizações aqui estudadas.

O objetivo principal é o estudo da perspectiva organizativa e política na sociedade e a construção do mapa das organizações racionais dos agricultores do Rio Grande do Sul.

Na vida cotidiana, mantemos diversos vínculos organizativos que expressam nossa maneira de viver socialmente. Esses nos dão a segurança e muitas vezes a satisfação de pertencermos à sociedade local. Para exemplificar: pertencemos a organizações nas dimensões religiosa, política, cultural, econômica, acadêmica, etária, de lazer, entre outras. É importante refletir para se ter uma compreensão exata de cada uma dessas dimensões, pois elas compõem as diversas faces da vida social.

Nesta Unidade, têm-se como pressupostos os conceitos referentes à cidadania, manifestados por meio de formas organizativas diretamente vinculadas

às atividades socialmente reconhecidas dos atores sociais, incluindo-se entre estas o pertencimento a classes sociais que expressam desigualdades sociais. Nessa categoria, encontram-se centralmente incluídos os agricultores, ou seja, os atores que afirmam sua identidade socioprofissional por meio de suas atividades rurais e agrícolas.

Também serão pressupostos os conceitos de identidade sociocultural que nos remetem à noção de que pertencemos a diferentes agrupamentos, segundo a adoção de valores que dão sentido ao cotidiano da vida privada, ou seja, vivenciada em comum com os que pertencem, por identificação, por autoadesão, ao mesmo sistema de valores que atribui sentido e coerência às relações e práticas individuais e coletivas. Por isso, muitas vezes, numa mesma localidade, coexistem cidadãos que exercem as mesmas atividades com reconhecimento social, mas que têm diferentes identidades socioculturais – por vezes também denominadas étnicas.

O estudo das organizações rurais foi dividido em três tipos de arranjos coletivos amplamente difundidos no meio rural gaúcho: as associações profissionais, as cooperativas e os sindicatos. Em relação a cada organização, serão abordadas sua história, sua estrutura e as formas atuais de sua apresentação na sociedade.

3.1 ASSOCIAÇÕES

O conceito de associação refere-se a qualquer iniciativa – formal ou informal – de reunião de pessoas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados. Essa união permite a construção de condições mais amplas e melhores de chances de produção e/ou de oportunidades de renda do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a concretização de seus objetivos e de seus interesses.

Outra forma de conceituar o associativismo é defini-lo como a adesão de interesses comuns, união por meio da qual a sociedade se organiza visando à ajuda mútua para resolver problemas diversos e superar toda forma de obstáculos relacionados a seu dia-a-dia. As associações rurais organizam-se por meio de acordos, em grande parte informais, entre os agricultores; acordos nos quais a participação se efetiva pela manutenção do interesse dos participantes ou por instrumentos jurídicos simples, como o registro em cartório especial ou por

intermédio de uma *associação sem fins econômicos*, que formaliza a união, sem modificar o sistema de produção da unidade de produção familiar.

Muitas vezes, um acordo entre produtores rurais constitui o ponto central que suscita o avanço das relações associativas rurais. Por exemplo, dentro da categoria social dos agricultores familiares, no Rio Grande do Sul, observa-se, em algumas localidades, um perfil conservador quando se trata da tomada de decisão visando inovações tecnológicas no sistema de produção ou de comercialização dos produtos no mercado. A organização de associações pode constituir-se como caminho estratégico mais seguro para mudanças no âmbito de forma de produção, manejo e distribuição, de financiamento, ou mesmo de reorientação da cultura produtiva, pois as dificuldades e os sucessos são compartilhados. Operacionaliza-se o dito popular de que “a união faz a força”.

A associação profissional parece ser o instrumento de organização que traz a flexibilidade necessária para uma primeira aproximação de uma família de agricultores a uma organização ou agrupamento socioprofissional. Esse mútuo comprometimento reduz o grau de envolvimento individual e distribui responsabilidades com a totalidade das ações da unidade de produção, gerando segurança, pois atribui maior certeza às tomadas de decisões. As associações e os condomínios de produtores rurais objetivam eficiência, racionalização e poder de barganha. Essas são condições de competitividade e de afirmação de autonomia, de cidadania e de identidade.

A associação rural atualmente está estruturada, sobretudo, em organizações ligadas à produção. Têm o objetivo de ampliar as vantagens de escala dentro da economia de mercado. São exemplos as associações de máquinas, associações nas quais um grupo de agricultores adquire coletivamente um dado equipamento agrícola e organiza seu uso de forma solidária. Outra vantagem das associações rurais é a possibilidade de intercâmbio, entre os associados, de informações sobre produção e mercado. Esse tipo de organização é mais frequente em atividades agropecuárias inovadoras. Um exemplo são as associações de produtores orgânicos que buscam redesenhos de seu sistema de produção convencional para outros, de base ecológica, e necessitam de apoio tecnológico, de racionalização e de novos canais de mercado.

Existem ainda muitas outras categorias de associações rurais, tais como as associações comunitárias voltadas à construção e à manutenção de salões comunitários, as associações esportivas de times de futebol, as associações de igrejas, de jovens, de escolas, de degustação de alimentos ou bebidas (confrarias), de difusão de conhecimentos.

3.2 COOPERATIVAS

A origem histórica do cooperativismo tem como referência a Europa do século XIX, em especial a Inglaterra, onde a sociedade vivia o impacto das transformações no mundo do trabalho dentro da chamada Revolução Industrial. Foi um momento de crise que acarretou profundas modificações sociais e econômicas.

A cooperativa configura-se como uma das alternativas de organização da sociedade, pois representa a possibilidade de superação das dificuldades em torno das necessidades e objetivos comuns a uma determinada classe social. Ela exige uma mudança de postura dos atores sociais envolvidos, para saírem da posição de empregados de uma dada empresa e passarem a exercer o papel de empreendedores de sua própria organização coletiva.

Atualmente, existem em torno de 700 mil cooperativas em todo o mundo, representando diferentes categorias profissionais. Os tipos mais marcantes de cooperativas são as de trabalho, de mineração, de produção, de serviços comunitários, de crédito, de consumo, as agropecuárias, as habitacionais, as educacionais e as especiais (voltadas aos portadores de deficiências).

Os objetivos principais das organizações cooperativas estão voltados à geração de melhores condições de trabalho ou de consumo dos atores sociais envolvidos, ao aumento de sua renda e à ampliação do autodesenvolvimento de seus membros.

A cooperativa, enquanto forma de organização socioeconômica de administração autogestionada, busca trazer soluções para a geração de empregos e a redistribuição de renda. Esses grupos sociais oferecem alternativas econômicas para as famílias envolvidas, como também propiciam espaço de relacionamento social. Na cooperativa, o exercício da autogestão desenvolve os potenciais das pessoas na organização social e nas relações de solidariedade.

Grosso modo, existem múltiplas possibilidades de aplicação dos princípios cooperativistas, que podem traduzir-se em contribuições importantes para a transformação das relações de trabalho e a conseqüente melhoria da cidadania.

As cooperativas, na atualidade, ocupam os espaços que vêm surgindo com as transformações das relações de trabalho. De fato, as mudanças das empresas, a criação do processo de terceirização de parte do processo produtivo e a ampliação do terceiro setor da economia constituíram campos férteis para o crescimento de organizações cooperativas.

No rural, a concepção inicial das cooperativas foi no sentido de abrangerem a totalidade das atividades da família associada, sejam elas convencionais, sejam tradicionais. Assim, quando se ligava a uma cooperativa, a unidade de produção vinculava a esta seu sistema de produção. A totalidade dos cereais produzidos, dos animais criados, por exemplo, era comercializada pela cooperativa. Existia um processo de fidelização.

Atualmente, outro formato de cooperativa rural está sendo implantado na sociedade. São organizações por setor de produção, centradas na atividade, não existindo mais o processo de vinculação integral da família à cooperativa. Assim sendo, um grupo familiar pode estar vinculado a uma cooperativa X para a produção de leite, por exemplo, e a outra cooperativa Y para a produção de soja. As cooperativas, nessa modalidade, aproximam-se das associações rurais organizadas por atividades profissionais, porém possuem um regime jurídico que permite avanços na relação com o mercado, o que as torna mais atrativas.

Os atores sociais apresentam diferenças em seus papéis dentro de cada formato cooperativo. Quando a totalidade das atividades profissionais da família se vincula à organização, existe um determinado padrão de ações bastante diferente daquele que se observa quando ocorre o vínculo de uma só atividade com a cooperativa.

O cooperativismo convencional ou tradicional é centrado no conceito de indivíduos interdependentes que necessitam de uma representação coletiva integral para adquirir escala e vantagens no mercado; ao passo que o cooperativismo por atividades é focado nos indivíduos autônomos, interativos e profissionalizados, que têm na cooperativa uma representação parcial, vinculada a um ou mais produtos com vistas à competitividade no mercado.

3.3 SINDICATOS

O sindicalismo rural no Brasil iniciou-se em 1858 com as sociedades de auxílio mútuo. No entanto, somente em 1906, no Rio de Janeiro, ocorreu o primeiro congresso de trabalhadores, quando foi criada a Confederação Operária Brasileira. Esse processo inicial foi de montagem de alguns sindicatos e de organização do movimento sindical.

Os sindicatos agregam atores sociais que compartilham interesses políticos comuns ou de poder, principalmente frente ao Estado, sendo, assim, desde

sua origem, vinculados às atividades profissionais. Os interesses compartilhados no sindicato estão diretamente ligados à busca de direitos, de legitimidade, de reconhecimento e de valorização de um dado grupo social.

O ano de 1930, com o início do governo Vargas, baliza-se um novo período na sociedade brasileira, com a instauração da política nacionalista de fortalecimento da indústria nacional e da montagem do parque industrial de base do país. Nessa fase da política brasileira, surge também um novo momento para os sindicatos, um momento marcante na história do sindicalismo no país.

A estratégia política de Vargas foi a de manter o controle do movimento sindical, buscando incorporá-lo ao governo. Internamente, foi criado o Ministério do Trabalho como órgão responsável pelo controle das ações sindicais. O objetivo governamental era fazer dos sindicatos órgãos de conciliação entre trabalhadores e empregadores.

A construção da legislação trabalhista, por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), trouxe em seu bojo políticas públicas e regramentos importantes para a classe trabalhadora, como o salário mínimo, as férias remuneradas e o turno diário de trabalho. Esse movimento estruturou a relação sindical no espaço urbano, em especial entre os operários e os patrões da indústria nacional.

As vantagens trabalhistas, porém, não foram expandidas também para o espaço rural. A composição política do governo Vargas aceitou avanços no ambiente urbano-industrial, mas os latifundiários não permitiram essas melhorias para o rural brasileiro. Tal situação diferencial levou a União dos Trabalhadores Agrícolas no Brasil (ULTAB) e as ligas camponesas a criarem, a partir de 1955, movimentos sociais em defesa dos trabalhadores.

Esses movimentos lutavam em defesa dos pequenos agricultores e por preços mais adequados pelos arrendamentos de terras. Aos poucos, as ligas camponesas se formaram em outros locais do Brasil e começaram a multiplicar-se em todo o país.

O movimento sindical rural, por meio das ligas camponesas e dos sindicatos dos trabalhadores rurais, fundou, em 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Seu objetivo era a unificação das lutas dos trabalhadores do campo, em busca de avanços semelhantes aos obtidos pelos operários urbanos. Porém em 1964, com o Golpe Militar, setores da elite brasileira avançaram contra essas reformas, pois o movimento sindical

organizava a implantação de uma reforma de base e a formação da Unidade da Frente Popular e Democrática. Isso representou, sem dúvida, uma derrota (ou um retrocesso no processo de avanço popular) para o movimento sindical, que buscava equiparar os direitos dos trabalhadores rurais aos direitos já consolidados dos trabalhadores urbanos.

O governo militar de Castelo Branco, após a tomada do poder, enviou ao Congresso o Plano Nacional de Reforma Agrária. Essa iniciativa tinha a clara intenção de reduzir a pressão popular no campo sem modificar a estrutura fundiária brasileira. Era só mais uma forma de diminuir a euforia dos trabalhadores que sonhavam com as reformas de base no Brasil. De toda forma, com o avanço dos governos dos militares na década de 1970, os sindicatos dos trabalhadores rurais acabaram se consolidando pela ação assistencial por meio da oferta de serviços médicos e jurídicos, reduzindo as lutas por avanços sociais. De certa forma, cumpriram a demanda de atividades típicas da estrutura estatal, por meio da operacionalização das políticas públicas oferecidas naquele momento pelo Estado, principalmente a assistência médico-odontológica e o encaminhamento de documentação para a aposentadoria rural.

A partir dos anos 1980, com a abertura política, um conjunto de mudanças formatou a ação sindical. Essa recebeu a denominação de novo sindicalismo, sendo pautada por um conjunto de estratégias políticas e de formas de organização sindical opostas àquelas já existentes no modelo sindical vigente, graças a um posicionamento social e político mais radical no contexto do movimento operário socialista, à criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não organizados e à transformação de velhos sindicatos.

O movimento do novo sindicalismo gerou a retomada das lutas e da mobilização social e a emergência de lideranças e de experiências inovadoras que questionaram a tradição sindical anterior.

No Rio Grande do Sul, a organização sindical rural deu-se inicialmente por meio de movimentos de evangelização rural ligados à Igreja Católica. Na década de 1960, surgiu um movimento de criação, organização e legalização sindical chamado Frente Agrária Gaúcha (FAG), que foi responsável pelo crescimento numérico dos sindicatos e por ações de capacitação profissional dos agricultores. A década de 1970 foi marcada pela ação assistencial dos sindicatos junto a seus associados, em especial na área da saúde. Nos anos 1980, destacou-se a luta pelas reivindicações sociais, em especial a aposentadoria rural.

Depois, a partir dos anos 1990, salientou-se a centralidade do debate na organização da produção agropecuária, com claro viés econômico.

Atualmente, a legislação brasileira sobre sindicatos é bastante draconiana, pois impede a existência de mais de um sindicato por base e por atividade; ou seja, num mesmo município, somente um sindicato pode representar os profissionais que se dedicam à mesma atividade.

Para as atividades agrícolas, a lei reconhece, na atualidade, dois modelos de sindicatos: o patronal, chamado Sindicato Rural, ao qual pertencem compulsoriamente os que possuem propriedade rural de tamanho compatível ou que assalariam empregados; e o Sindicato de Trabalhadores Rurais, ao qual pertencem compulsoriamente os demais agricultores e assalariados rurais. Há divergências quanto a essa estrutura, assim como há divergências ideológicas internas em cada tipo de estrutura.

3.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

(1) Para aprofundar e aplicar seus conhecimentos, conceitue, caracterize e relacione uma das três seguintes formas de organização dos agricultores como atores sociais: cooperativismo/cooperativa; sindicalismo/sindicato; associativismo/associação.

(2) As três formas de organização que estamos estudando nesta Unidade desempenham funções específicas de representação ou de vínculos dos atores sociais. É possível que o mesmo agricultor pertença ao mesmo tempo aos três tipos. O significado do vínculo e as razões pelas quais o agricultor se vincula e participa com mais ou com menos interesse dependem de certa forma da necessidade que ele experimenta ou das vantagens que ele encontra para sua dimensão identitária socioprofissional.

Desenvolva sinteticamente essa temática de acordo com o seguinte roteiro:

(1) Conceitue o tipo de organização escolhido.

(2) Quais são as características principais desse tipo de organização? Ou, em outras palavras, o que ele tem de específico, diferente dos outros tipos?

- (3) Compare o cooperativismo e o sindicalismo em sua origem com sua situação atual: passaram por mudanças ou transformações importantes? Se tais mudanças ocorreram, qual é sua essência?
- (4) Quais são os aspectos com que o tipo de organização escolhido contribui para a realização profissional dos atores sociais que dele participam? Para responder, você pode imaginar a seguinte pergunta: no caso da não-existência dessa organização, os agricultores seriam o que são na sociedade brasileira?
- (5) Esse tipo de organização de agricultores é importante em sua região? Desde quando? Qual é o índice ou percentagem de adesão geral dos agricultores?
- (6) Procure obter informações a respeito das perspectivas desse tipo de organização dos atores rurais no sentido de mobilidade ascendente e/ou descendente e, a seguir, sintetize por escrito essas informações.
- (7) É desejável que você construa um quadro dos atores sociais do tipo de organização escolhido e que gere uma classificação: explique sinteticamente se ocorreu uma expansão, ou um crescimento, ou uma estagnação, ou uma decadência.
- (8) Escreva uma conclusão geral de sua análise.

3.5 BIBLIOGRAFIA

3.5.1 Bibliografia básica da Unidade 3

KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, p. 131-80. 1 abr. 2003.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, São Paulo, p. 27-45, abr. 2006.

IANNI, O. *Origens agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SCHNEIDER, J. O. Globalização, desenvolvimento local sustentável e cooperativismo. Disponível em: <www.unisinos.br>. Acesso em: 10 dez. 2007.

RIBEIRO, J. C. O sindicalismo de trabalhadores rurais no Brasil. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/829642>>. Acesso em: 10 dez. 2007.

MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

Daniel Gustavo Mocelin

INTRODUÇÃO

Na Unidade 4, vamos discutir teórica e conceitualmente os movimentos sociais e, particularmente, analisar aspectos do mundo rural a partir dos movimentos sociais rurais, bem como discutir alguns movimentos rurais específicos e alguns instrumentos analíticos para o estudo dos movimentos sociais no campo.

Deve-se diferenciar um movimento social de ações individuais isoladas. Contudo, a forma mais simplória de tratar os movimentos sociais é considerá-los como perturbação da ordem. O tema é referido dessa forma especialmente por quem não simpatiza com as reivindicações em pauta ou por aqueles que confundem a ideia de movimento social com um ou outro movimento em particular. O jornalismo de massa, por exemplo, tende a descaracterizar e repudiar alguns movimentos sociais e a enaltecer outros, variando sua interpretação conforme for conveniente a seus interesses. Por outro lado, militantes de um ou de outro movimento social também tendem a desqualificar os movimentos que não coadunam com suas orientações ideológicas. Em termos sociológicos, é necessário ter mais cautela interpretativa.

Todos os movimentos sociais possuem características particulares e condições específicas de ocorrência. Uma primeira incursão analítica consiste em

considerar a forma movimento social, independentemente do seu conteúdo. Devemos entender a forma como uma elaboração abstrata sobre os movimentos sociais em geral, e o conteúdo como os aspectos mais concretos, o que expressa aquilo que os inúmeros movimentos sociais têm de mais singular. Nos termos mais gerais, deve-se perceber que os agentes participantes dos movimentos sociais dão voz a projetos de identidade e são mobilizadores de símbolos e significados. No sentido mais amplo, movimentos sociais devem ser entendidos como ações coletivas orientadas para a promoção de mudanças, no todo ou em parte, em instituições, condições ou relações sociais. Tais ações coletivas, em geral, produzem um “projeto” ou uma representação de uma nova ordem social, para os participantes dos movimentos sociais. A representação de uma nova ordem social orienta os participantes do movimento social, promovendo sua mobilização e ampliando a ação coletiva do movimento social.

O movimento social logra duração e integração e constitui-se da consciência de afinidades, percebidas por atores submetidos a pressões sociais semelhantes, ou que enfrentam “obstáculos” de uma mesma natureza. Como expressões de pessoas ou de grupos de atores sociais articulados, os movimentos sociais podem propor mudanças em determinadas condições e/ou relações sociais, ou até mesmo buscar preservá-las. Você deve perceber que os movimentos sociais não se caracterizam como organizações sociais, pois não assumem caráter institucional; portanto, os primeiros não podem ser confundidos com as segundas, embora os movimentos sociais sejam organizados e possam estar na origem de instituições, organizações, clubes, partidos e associações.

Na sociedade brasileira, verificamos uma intensa contribuição dos movimentos sociais nos avanços da cidadania ou também expressos como pautas sociais e políticas. Os movimentos sociais rurais emergem no contexto em que os movimentos sociais em geral, urbanos e rurais, assumem suma importância na transformação da sociedade, especialmente no decorrer do século XX e no início do século XXI.

Os movimentos sociais rurais estão no cerne da explosão de amplo conjunto de movimentos sociais e políticos, os quais emergiram como expressão dos mais variados segmentos sociais, desde o século XIX. Esses segmentos sociais são constituídos por atores sociais distintos, possuem identidades diferenciadas, interesses particulares, mas expressam algum interesse mútuo, que

muitas vezes associa grupos e atores sociais diferenciados em nome de um objetivo comum que transcende tais grupos. Entre os movimentos sociais rurais, têm-se diversas formas de expressão de atores sociais rurais, caracterizando, por exemplo, o movimento de luta pela terra, o movimento de mulheres rurais, o movimento sindical rural, o movimento de jovens rurais.

Segundo afirma Ricci (2005, p. 1), os movimentos sociais brasileiros caracterizam-se por serem comunitaristas, pois são marcados por sociabilidade tipicamente rural, mesmo os movimentos com trajetória de lutas urbanas. Por essa razão, os movimentos de luta pela terra foram movimentos sociais com poder significativo de mobilização e de organização. Porém, outros movimentos destacam-se no meio rural, embora, muitas vezes, com menor recorrência, como, por exemplo, lutas pela sustentabilidade econômica, enfrentamentos de natureza estrutural em relação aos projetos governamentais (como o caso da transposição do Rio São Francisco, por exemplo), modelos de gestão participativa (como os processos de reassentamento rural nos casos de construção de barragens), projetos de combate à pobreza (como a construção de cisternas na região do semiárido), entre outros.

Os objetivos desta Unidade são:

- (1) subsidiar o aluno com noções básicas acerca dos movimentos sociais para favorecer conhecimento mais apurado sobre a realidade local;
- (2) refletir sobre os conceitos e a caracterização dos movimentos sociais;
- (3) discutir elementos teóricos sobre os movimentos sociais;
- (4) discutir a conceituação de movimentos sociais rurais; e
- (5) caracterizar e analisar importantes movimentos sociais rurais.

Os conteúdos programáticos desta Unidade são:

- (1) O que é movimento social?
- (2) Acepções conceituais sobre os movimentos sociais.
- (3) Teorias dos movimentos sociais.
- (4) Caracterização de movimentos sociais rurais, tais como: Movimento de Luta pela Terra; Movimento Sindical Rural; Movimento de Mulheres Rurais; Movimento de Jovens Rurais.

4.1 O QUE É MOVIMENTO SOCIAL?

Apesar de não haver uma definição consensual de movimento social, alguns autores se dedicaram a propor conceitos capazes de explicar tal fenômeno, estudando diversos movimentos sociais em seu desenvolvimento histórico, em sua composição social, em sua dinâmica interna, em sua interação com as relações de poder e em sua capacidade de imprimir novas configurações às relações sociais. Alguns conceitos de movimento social são amplos e procuram dar maior amplitude à sua aplicação a fenômenos que possam ser caracterizados e explicados enquanto movimentos sociais. Para Epstein (1995, p. 7), “os movimentos sociais constituem esforços coletivos de atores sociais e/ou politicamente subordinados para mudar suas condições de vida”.

Nos anos 1960, o estudo dos movimentos sociais ampliou-se por meio de várias teorias, devido a três fatores. O primeiro fator foi a emergente visibilidade dos movimentos sociais enquanto fenômenos históricos concretos na sociedade. O segundo fator foi o desenvolvimento de teorias sobre a ação social, com ênfase maior sobre os atores do que sobre a estrutura da sociedade. O terceiro fator a ser destacado foi o deslocamento, nas análises sociológicas, do foco de interesse analítico do “Estado-Nação” para a “sociedade civil”.

Conforme Cohen (1980), um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns dos elementos das sociedades mais amplas, assumindo, nesse sentido, caráter tanto de conservação quanto de transformação. Deve-se destacar, entretanto, que os diversos autores falam em grupo organizado, mas não se referem à institucionalização desse grupo na forma de uma organização. Para Rios (1986), os movimentos sociais são tentativas coletivas de provocar mudanças, no todo ou em parte, em determinadas instituições sociais, ou de criar uma nova ordem social.

Como foi evidenciado por Gohn (1997a, p.11), apesar do crescimento do interesse pelo debate sobre os movimentos sociais, permanecem sem resposta grandes questões sobre o assunto. Entre elas, podemos destacar lacunas ou problemas não resolvidos, tais como os conceitos de *movimento social* e de *novos movimentos sociais*, distinção da ação coletiva que ocorre no movimento social e nas organizações não-governamentais (ONGs), e o papel dos movimentos sociais no final do século XX. Não é nosso objetivo solucionar tais problemas aqui, mas, antes, propiciar uma reflexão geral sobre o assunto.

Outros autores tentam enumerar um maior conjunto de critérios para caracterizar um movimento social. Gohn (1995, p. 44) assim define movimentos sociais:

São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Uma concepção de movimento social bastante difundida é a de Melucci (1989, 1994, 2001), para quem movimentos transitam, fluem, acontecem em espaços não consolidados das estruturas, instituições e organizações sociais:

Os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido. Ao menos para mim, eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente através da qual problemas mais gerais podem ser abordados. Estudar os movimentos sociais significou para mim questionar a teoria social e lidar com questões epistemológicas tais como: o que é a ação social? Como as pessoas se interrelacionam? O que significa ser um observador? Em que sentido o conhecimento pode ser crítico? (MELUCCI, 1994: 155).

O sociólogo francês Alain Touraine (2004, p. 283) entende por movimentos sociais a ação conflitante de agentes das classes sociais lutando pelo controle do sistema histórico. Para esse autor, o conceito de movimento social não se distingue de um sistema de ação histórico e de classes sociais, mas se refere a uma situação histórica determinada que tende a mudar em razão das resoluções de pautas anteriores ou por mudanças nas estratégias de reivindicação e na organização desses movimentos.

ANOTE

Movimento social existe quando um grupo de atores sociais está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns dos elementos das sociedades mais amplas. Movimento social asusme, nesse sentido, caráter tanto de conservação quanto de transformação.

Touraine (1977 e 1989) define os movimentos sociais como ações coletivas associadas à luta por interesses, à organização social, a mudanças na esfera social e cultural. Na acepção desenvolvida pelo autor, essa mobilização ocorre contra um opositor, que resiste, seja esse opositor quem for, identificando, genericamente, movimento social por meio da simultaneidade de um conflito social e de um projeto cultural. Para Touraine, movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva. Os movimentos sociais falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social, de independência, ou como apelo à modernidade em nome de novas “forças sociais”, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios. No sentido elaborado pelo autor, os movimentos sociais não seriam “heróis coletivos”, nem mesmo demarcariam acontecimentos dramáticos, pois seriam parte do sistema de forças sociais da sociedade, disputando a direção de seu campo cultural; ou seja, os movimentos são as forças centrais da sociedade por serem sua trama. As lutas proporcionadas pelos movimentos sociais não caracterizam propriamente elementos de recusa, marginais à ordem, mas, ao contrário, de reposição da ordem. Touraine chega a postular que a sociologia contemporânea seria o estudo dos movimentos sociais, pois se trataria de um objeto de análise que resgata o papel do ator social.

ANOTE

Os movimentos sociais são frutos da vontade coletiva de atores sociais. Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social, de independência, ou como apelo à modernidade em nome de novas forças sociais, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios.

Segundo Rios (1986), para que se possa caracterizar um movimento social, não bastaria a conscientização de problemas comuns por parte de um grupo social, como ocorreria no caso da defesa de interesses de um bairro, ou da conservação ecológica de um parque. A formação de um movimento social

exige uma participação ativa e uma interação constante, que levam, numa fase posterior, a certo grau de estruturação e organização, sendo todo o processo permeado por ideologias que geram uma estratégia e um programa de ação e que se podem estender além das fronteiras nacionais e até mesmo além de uma área cultural.

Nesse sentido, um movimento social depende de um contexto ou conjuntura de formação, constituição, organização e consolidação, não podendo, portanto, ter uma data de criação, embora possa eleger fatos marcantes como expressões significativas do movimento. Como afirma Rios (1986), a estruturação de um movimento social comporta aspectos ideológicos, organizacionais e psicológicos. Na fase inicial, os movimentos sociais podem assumir forma religiosa milenarista, forma utópica ou forma teórica; depois passam a assumir caráter propriamente social, quando buscam uma mudança institucional concreta. Para além de ideias, é necessário o surgimento de grupos de atores sociais inspirados pela vontade de introduzir tais ideais e implantá-las na sociedade. Os movimentos sociais podem partir de pequenos grupos, núcleos ou estruturas muito simples e atingir uma diversificação e uma complexidade extremas, como seria o caso do movimento trabalhista, do movimento sindical, do movimento feminista.

O caráter propriamente propositivo dos movimentos sociais parece bastante claro nas análises do sociólogo espanhol Manuel Castells (2002), autor com grande influência nas produções sobre movimentos sociais brasileiros em décadas anteriores. Segundo este autor, os movimentos sociais constituem ações coletivas propositivas que resultam – na vitória ou no fracasso – em transformações nos valores e instituições da sociedade.

Movimentos sociais são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. (...) Não existem movimentos sociais ‘bons’ ou ‘maus’, progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos (CASTELLS, 2002: 20).

Castells (2002) entende os movimentos sociais são sujeitos centrais na dinâmica da era da informação, que surgem a partir da resistência social a diversas questões, por exemplo, a globalização, a reestruturação do capitalismo,

a degradação do meio ambiente, agindo de forma a transformar códigos culturais. Os agentes participantes dos movimentos sociais dão voz a projetos de identidade e são mobilizadores de símbolos e significados. Contudo, o autor destaca os movimentos sociais podem se tornar radicalismo, quando estes se limitam a serem movimentos locais e com objetivos efêmeros, conduzindo as pessoas a se reagruparem em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, locais e nacionais, o que aponta para o surgimento de movimentos sociais agressivos e violentos.

Gohn (2003, p. 31-2) traçou um panorama dos movimentos sociais, apontando dez eixos temáticos, tais como eles se teriam apresentado na trajetória dos movimentos sociais no Brasil: (1) lutas e conquistas por condições de habitação na cidade, nucleadas pela questão da moradia; (2) mobilização popular em torno de estruturas institucionais de participação na estrutura político-administrativa da cidade; (3) mobilizações e movimentos de recuperação das estruturas ambientais, físico-espaciais, equipamentos e serviços coletivos; (4) mobilizações e movimentos contra o desemprego; (5) movimentos de solidariedade e apoio a programas com meninos e meninas de rua; (6) mobilizações e movimentos dos sem-terra; (7) movimentos etnoraciais; (8) movimentos que envolvem questões de gênero; (9) os diversos movimentos rurais; e (10) movimentos contra políticas neoliberais e efeitos da globalização.

Os mais diversos movimentos sociais passam a ser objeto de estudo quando do próprio surgimento da Sociologia. Segundo Scherer-Warren (1987, p. 12), a expressão *movimento social* surgiu por volta de 1840, quando Lorenz von Stein defendeu a necessidade de uma “ciência da sociedade” que se dedicasse ao estudo dos movimentos sociais, tais como o movimento de proletários franceses e o comunismo e socialismo emergentes. Como demonstrou Rios (1986), no século XIX, chamavam-se movimentos sociais os movimentos de tendência anarquista, comunista, socialista ou sindical que visavam a organizar a classe operária, dando-lhe poder de barganha na conquista de vantagens e benefícios, ou conferindo-lhe um papel definido numa nova ordem social, eliminando o caráter dependente dessa classe ou inviabilizando sua exploração pela classe patronal.

No século XX, a temática passa a ser abordada no universo dos processos de mudança social, tendo inicialmente por base a teoria do conflito social; mas, no decorrer do século, esse debate se complexificou, abordando perspectivas

baseadas na mobilização de recursos, na mobilização política, nas oportunidades políticas, nos ciclos de protestos.¹

Para Gohn (1997a), os movimentos sociais representam o conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto à construção de uma nova sociabilidade humana, o que significa, em última análise, a transformação das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade vigente. Entre as análises mais antigas sobre os movimentos sociais, destacam-se as que abordam o movimento operário.

Os “novos movimentos sociais”, por sua vez, compreenderiam, segundo a autora, os movimentos das mulheres, os ecológicos, contra a fome, pela paz, dos negros, dos homossexuais, dos jovens, distanciando-se do caráter classista que se configurava nos movimentos sindicais e operários do mundo do trabalho. Ainda de acordo com Gohn (1995, p.121), “os novos movimentos sociais se contrapõem aos ‘velhos’ movimentos sociais em suas práticas e objetivos”.

Os chamados novos movimentos sociais passaram por uma exclusão analítica pela via das análises marxistas. Essa exclusão ocorria em razão do pressuposto de que os movimentos sociais não apresentavam os antagonismos de classe comuns à sociedade industrial, centrados no conflito entre capital e trabalho; por exemplo, aos movimentos religiosos, indígenas, quilombolas e às “rebeliões” populares, que ao longo dos períodos colonial, monárquico e republicano se formaram por composição étnica, social e ideológica (quais sejam, índios, negros, caboclos, agricultores, escravos, ferreiros, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, barqueiros, liberais, elites políticas), faltariam atributos que embasassem uma polarização em classes antagônicas, tal como requeria a perspectiva marxismo ortodoxo.

ANOTE

A formação de um movimento social exige uma participação ativa e uma interação constante, que levam, numa fase posterior, a certo grau de estruturação e organização, sendo todo o processo permeado por ideologias. Contudo, um movimento social não é uma organização no sentido de assumir caráter de institucionalidade.

¹ Embora mobilização de recursos, mobilização política, oportunidades políticas, ciclos de protestos caracterizem diferentes perspectivas na compreensão dos movimentos sociais, não abordaremos tal classificação neste texto. Para aprofundar o debate neste sentido, veja a obra completa de GOHN (1997a).

A partir da década de 1970, novas teorias dos movimentos sociais desalojaram a teoria marxista da posição de principal quadro de referência para o estudo dos conflitos sociais, permitindo abarcar com maior complexidade as análises sobre os movimentos sociais.

Durante os anos de 1920 a 1960, predominou na Sociologia norte-americana a abordagem das ações e dos comportamentos coletivos. Segundo Gohn (1997a, p. 328), Herbert Blumer utilizou a expressão *movimento social* para desenvolver uma teorização sobre movimentos sociais gerais e específicos, descrevendo sua estrutura e seu funcionamento, refletindo sobre o papel de lideranças, tratando de movimentos de mulheres, de jovens, pela paz, entre outros.

Os estudos específicos sobre movimentos sociais, até 1960, ressaltavam uma preocupação centrada nas lutas operárias e sindicais, ou seja, a luta de classes, também com perspectiva essencialmente marxista. Cabe destacar que o conceito de movimento social era utilizado em acepções amplas, envolvendo grandes períodos históricos e denominavam-se dessa forma também guerras, movimentos nacionalistas, ideologias radicais, ideologias libertárias. Entretanto, os estudos crítico-marxistas associavam o conceito de movimento social à questão da reforma ou da revolução. O paradigma teórico mais amplo era o dos processos de mudança e transformação social, fundamentada na análise da realidade social, tendo como sujeito principal do processo a classe trabalhadora. Os estudos empíricos tratavam em sua grande maioria do movimento operário e camponês, bem como dos sindicatos e dos partidos políticos (GOHN, 1997a, p. 330).

Na metade do século XX, surgiram estudos sobre novos movimentos sociais, tais como, por exemplo, os dos direitos civis nos Estados Unidos em 1950, os dos estudantes em vários países europeus em 1960 e, a seguir, os das mulheres pela paz, contra a guerra no Vietnã. Nas décadas de 1970-1980, desenvolveu-se uma nova fonte de estudos sobre movimentos sociais, apresentando novos atores, novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres. Estes se articulavam com clérigos, intelectuais e políticos de esquerda para gerar ações coletivas.

Para Tarrow (1994), os movimentos sociais surgiram, a partir do século XIX, como expansão da atividade política, defendendo interesses próprios, a fim de provocar mudanças institucionais, mediante formas de organização e atuação não-convencionais, quais sejam, passeatas, atos de violência, protestos, mobilizações.

LEMBRE-SE

Os agentes participantes dos movimentos sociais dão voz a projetos de identidade e são mobilizadores de símbolos e significados.

As ações dos movimentos sociais estiveram relacionadas à crítica das condições socioeconômicas predominantes. Os movimentos sociais tradicionais, como o movimento sindical ou o movimento operário, propunham modificar relações de dominação enraizadas na sociedade capitalista, sugerindo a construção de sociedade baseada na organização coletiva e no desenvolvimento das potencialidades humanas numa certa direção não-capitalista. Processos e ações coletivas caracterizados enquanto movimentos sociais tiveram seu apogeu na década de 1960, tais como liberalismo, direitos humanos, ambientalismo, feminismo. Nesse sentido, os movimentos sociais deveriam assumir um caráter societal, condição analítica que, portanto, transpõe ações localizadas.

Manuel Castells (2002) afirma que os sujeitos principais da era da informação são os movimentos sociais. Tais movimentos surgem a partir da resistência comunal à globalização, à reestruturação do capitalismo, à formação de redes organizacionais, ao informacionalismo desenfreado, ao patriarquismo, agindo de forma a transformar códigos culturais. Os agentes participantes dos movimentos sociais dão voz a projetos de identidade e são mobilizadores de símbolos e significados. Para Castells, contudo, pode ocorrer um enfraquecimento dos movimentos sociais, quando estes se limitam a movimentos locais e com objetivos efêmeros, que tendem a desaparecer com o tempo; essas mudanças conduzem as pessoas a se reagruparem em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, locais e nacionais, o que aponta para o surgimento de movimentos sociais agressivos e violentos.

As ações coletivas nos chamados “novos movimentos sociais” estão mais relacionadas às dimensões da identidade, embora não se tenha perdido o sentido de crítica às condições socioeconômicas predominantes. Em geral, as práticas dos novos movimentos sociais não se aproximam da proposição de um projeto social que proponha alterações substanciais nas relações sociais capitalistas e não se voltam necessariamente para a transformação das formas de dominação política e econômica. Esse paradigma dos novos movimentos sociais sugere uma visão de movimento social voltada para a identidade em si, expressando uma preocupação estrita com os atores sociais e distanciando-se de uma con-

cepção de movimento social fundada no conflito de classes e num projeto mais amplo de transformação da sociedade e das relações sociais como um todo.

A ação coletiva, no entendimento de Melucci (1989), resulta de propostas, recursos e limites, ou seja, de uma orientação proposta, construída por significados de relações sociais, num sistema que envolve tanto oportunidades como constrangimentos. Segundo Melucci (2001), um movimento social não se limita a manifestar um conflito, mas o leva para além dos limites do sistema de relações sociais a que uma ação coletiva se destina, visto que o movimento social se refere à ação social dos homens na história. Portanto, os movimentos sociais são processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito. Esse autor distingue movimentos sociais enquanto fenômeno coletivo de classe social, de outros tipos de ação coletiva, pois, se os primeiros operam num nível sistêmico, os segundos, embora tenham presente uma identidade coletiva e um conflito, podem não quebrar os limites de compatibilidade com o sistema social.

Na visão de Gohn (1995, p.44), a expressão *novos movimentos sociais* pode ser assim conceituada:

Expressão cunhada na Europa, nas análises de Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz, etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e objetivos, ou seja, se contrapõem ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho.

Os novos movimentos sociais passaram a ser interpretados a partir de algumas características, entre as quais se pode citar: (a) a construção de um modelo teórico baseado na cultura; (b) a negação do marxismo como único campo capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e da ação coletiva da sociedade contemporânea; (c) a eliminação do sujeito histórico redutor da humanidade, e a criação do novo sujeito coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra a discriminação de acesso aos bens da modernidade; (d) a política ocupando o centro da análise e sendo totalmente redefinida; (e) a análise dos atores sociais, pelos teóricos dos novos movimentos sociais, prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pelas identidades coletivas criadas no processo de estruturação dos movimentos sociais.

Scherer-Warren (1996, p. 49-50) assim se expressa a respeito dos novos movimentos sociais:

Almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, os partidos e os aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Segundo este mesmo autor, a emergência dos novos movimentos sociais no final dos anos 1970 apreende alguns elementos básicos em seu discurso que constituem a base de sua identidade e sua organização: democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade, respeito à individualidade, identidade local e regional, liberdade individual associada à liberdade coletiva. Segundo a autora, a nova identidade social nutre-se do sentimento de exclusão e de injustiça, que está diretamente relacionado com a geração de novos direitos, de categorias sociais em processo de conformação, ausência de autoridade discriminada e de hierarquia de funções, relações afetivas e contraprestação de serviços na comunidade. Tais elementos aparecem nas manifestações e nas novas formas de mobilização social a partir da segunda metade da década de 1970. Portanto, são movimentos portadores de um discurso que valoriza a participação ampliada da base, por via da instalação de mecanismos de democracia direta.

REVISÃO

As seguintes perguntas auxiliarão você a verificar se o fenômeno que está analisando é um movimento social.

- (1) Quais são os atores sociais envolvidos no movimento social?
- (2) Como e quando surgiu o movimento social analisado?
- (3) Com qual contexto sociopolítico econômico se conformou o movimento social?
- (4) Como está organizado o movimento social?
- (5) O que é reivindicado pelo movimento social?
- (6) Quais são as estratégias de luta do movimento social?
- (7) Que tipo de projeto político defende o movimento social?
- (8) Que tipo de mediação é estabelecido no contexto do movimento social?
- (9) Quais resultados são alcançados pelo movimento social?

Já os movimentos sociais dos anos 1980, segundo Ricci (2006, p. 13-16), tinham como características cinco elementos constitutivos em seu ideário: autonomia; adoção de democracia direta; sentimento anticapitalista; relações de poder e processo decisório horizontalizados; sentimento anti-institucionalista. Para esse autor, em virtude da cultura política que articulava os movimentos sociais da década, muitas de suas lideranças recusaram o convite para participar efetivamente de fóruns e canais institucionais, principalmente aquelas oriundas da prática católica. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 1980, as vitórias eleitorais municipais dos partidos de oposição geram um novo apelo político, visto que muitos dos prefeitos eleitos nesse período não eram apenas apoiadores dos novos movimentos sociais, mas militantes destacados. Ao ingressarem no comando do poder executivo local, levavam consigo outras lideranças populares, além de dois compromissos básicos: a inversão de prioridades orçamentárias, aumentando os investimentos em áreas carentes; e a criação de mecanismos de gestão participativos, envolvendo a população no processo decisório. Embora os instrumentos criados inicialmente não garantissem uma unidade conceitual interna, criavam um impasse para os movimentos sociais: ao contrário da prática política assentada na democracia direta, os governos municipais sugeriam a participação institucional, suscitada pelas agências estatais, desses movimentos na estrutura do Estado. Em suma, rompiam com o código moral que definia a sociabilidade interna dos novos movimentos sociais.

ANOTE

Os movimentos sociais são processos e/ou fenômenos sociais, políticos, culturais e históricos. Podemos entender *movimento social* como uma expressão sociopolítica, que se refere empiricamente à ação coletiva de atores sociais que visam obter respostas para suas demandas, com vistas à mudança ou à preservação de determinadas condições e/ou relações sociais.

Historicamente, pode-se perceber que ocorre uma articulação essencial entre os movimentos sociais e transformações sociais, e isso, nas décadas de 1970 e 1980, especialmente na esfera política, tendo em vista o período de redemocratização do Brasil.

Segundo Ricci (2006, p. 16-17):

A era da participação parece ter chegado ao seu final marcada pela institucionalização precoce. Mais que isso: o processo de redemocratização que deu vazão às múltiplas demandas sociais que, por sua vez, constituíram uma enorme quantidade de movimentos sociais, foi revelando, pouco a pouco, as insuficiências de elaboração desses movimentos, na medida em que vários governos (locais e estaduais) agendaram a construção de uma nova institucionalidade pública, muitas vezes motivada pelas próprias demandas expressas pelas lideranças populares. A cultura política que sustentava e dava identidade aos movimentos sociais impediu-os de tomar para si um tema que parecia estar diretamente vinculado à sua vocação: a gestão pública.

A complexidade social de hoje ampliaria as expectativas e justificativas de novos movimentos sociais, aumentando a importância destes na transformação da sociedade? A esta questão, assim responde Rios (1986, p. 790):

A hipótese de que as sociedades de massa, destruindo e absorvendo os pequenos grupos, tornaria inviáveis os movimentos sociais não parece confirmada na sociedade plural de hoje, onde a todo momento se desfecham movimentos que têm por fim a mudança de uma estrutura institucional ou a introdução de novos valores. Não parece ainda correta a teoria de que, atendidas as necessidades que teriam gerado os movimentos, estes desapareceriam. Nos dias de hoje, assiste-se a uma renovação constante de expectativas. Não é a privação absoluta que gera o descontentamento e provoca os movimentos políticos e sociais, mas a privação relativa, i.e., a percepção das necessidades e principalmente o fenômeno do ressentimento que gera a todo instante novos descontentamentos e novas recomposições sociais.

O conceito de movimento social remete-nos a uma dinâmica social específica por meio da qual os atores sociais envolvidos (sejam indivíduos, grupos informais, organizações) constroem uma autodefinição, ou o que poderíamos entender como uma facção que está do mesmo lado num conflito. Segundo

os autores analisados acima, os movimentos sociais produzem significados em interação informal entre uma pluralidade de atores que, tendo uma identidade coletiva partilhada, se envolvem em conflitos sociais, culturais e/ou políticos. Para Rios (1986, p. 789), os movimentos sociais desempenham funções aparentes e ocultas no processo de mudança e transformação social. As funções aparentes se evidenciam no tipo de recrutamento, nas inovações que apresentam e nos resultados práticos que produzem; menos explícitas seriam as funções de formação de opinião pública.

Os movimentos sociais são fenômenos sociais, políticos, culturais e históricos. Podemos entender movimento social como uma expressão sociopolítica, cuja expressão empírica se refere à ação coletiva de grupos com a intenção de alcançar algumas demandas desses grupos, tendo em vista a mudança ou a preservação de determinadas condições sociais. Alguns movimentos sociais podem ser mais organizados do que outros, mas isso não significa que caracterizam uma organização propriamente dita, como se configurassem uma instituição, pois os movimentos não assumem caráter institucional. Os movimentos sociais, portanto, estariam diretamente vinculados aos atores sociais que deles participam, que de alguma forma se aproximam para ampliar sua capacidade de atingir objetivos, pondo em jogo identidades e valores. Como esses atores sociais possuem interesses diferenciados, muitas serão as pautas e objetivos que os movimentos sociais poderiam buscar.

Todos os movimentos sociais possuem características particulares e condições específicas. Inicialmente, deve-se diferenciar um movimento social de ações isoladas, para que este possa ser caracterizado como movimento social. Também se deve observar o caráter desses movimentos, suas formas das organizações e de mobilização e verificar se possuem uma estrutura funcional. Alguns movimentos já se caracterizam por uma “organização” bastante desenvolvida, ou seja, estão bem estruturados socialmente. Os movimentos sociais podem ser caracterizados como um processo, cuja manifestação pode ser episódica ou sistemática. É importante identificar a duração da ação coletiva, saber se é pontual, local, nacional ou mesmo internacional. Embora possam ter lideranças individuais, os movimentos sociais não se caracterizam pela atuação de um líder, mas expressam a vontade de grupos sociais que constituem os movimentos.

4.2 EIXOS TEMÁTICOS NOS ESTUDOS SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

Todas as questões teóricas acima expostas fornecem elementos analíticos fundamentais para a compreensão da realidade rural, em especial a dos movimentos sociais rurais. Os elementos descritos têm o papel de subsidiar o estudioso – no caso, você – na compreensão de sua realidade local, permitindo estabelecer um diálogo reflexivo mais amplo com aspectos gerais, e não apenas aqueles aspectos vinculados à realidade rural ou à sua realidade local. Além de subsidiá-lo em suas análises, a reflexão teórica possibilita-lhe ampliar sua capacidade de interpretar sua realidade e, ao mesmo tempo, criticar tais conceituações e elaborações teóricas a partir daquilo que você analisa em sua realidade concreta. Nesse sentido, a partir de observações empíricas, você pode ampliar sua capacidade de explicação de um conceito ou teoria, apontando seus limites. Sobre esse tema, você está convidado a ler o texto da Unidade 5.

Para Gilberto Velho (1986, p. 788), a noção de movimentos sociais rurais, mais do que constituir um conceito, remete à delimitação de um amplo campo de questões que se referem a reações coletivas das mais diversas formas, que ocorrem através da história no meio rural, caracterizando, portanto, a expressão do conceito de movimentos sociais na realidade rural. Segundo o autor, algumas vezes se utilizam termos um pouco mais restritos, como movimento social camponês ou movimento de agricultores, embora ainda nestes casos o termo carregue consigo todas as ambivalências envolvidas na própria definição de camponês, agricultor e mundo rural, na cultura sociopolítica que está envolvida nesse debate. Conforme apontam alguns autores (por exemplo, RICCI, 2005), a cultura política rural se traduz numa forte hierarquia social, formalizada em rituais e tradições definidas pela conduta e pelo costume, como no caso de outros grupos sociais. Essa é uma condição importante para pensar os movimentos sociais rurais, como será feito a seguir.

Para Rios (1986, p. 789), as motivações podem variar entre os movimentos camponeses das sociedades tradicionais ou desenvolvidas e os movimentos de agricultores, dependendo da forma como são conceituados. Segundo o autor, os movimentos camponeses seriam protagonizados por indivíduos que não têm a posse da terra e que são explorados por latifundiários que lhes pagam baixa remuneração e não lhes permitem cultivar alimentos; geralmente, lutam por acesso à terra, por sua partilha, ou pelo direito a uma melhor remuneração.

Os movimentos de agricultores, por sua vez, envolvem atores sociais detentores de terra, pequenas propriedades rurais, muitas delas familiares, e tais movimentos visam à obtenção de melhores preços, subsídios, incentivos e crédito, e se voltam contra os especuladores, os intermediários, os donos dos meios de transporte, de armazenamento ou de financiamento.

Segundo Ricci (2002, 2005 e 2006), as condições específicas do campo, no Brasil, conduzem o mundo rural a continuar exótico para muitos analistas, fazendo com que não compreendamos claramente os movimentos erráticos dos movimentos sociais rurais. Para o autor, se nos anos 1980 alguns estudos sugeriam uma novidade social que vinha do campo, rompendo com mandonismos locais, no início do século XXI era perceptível que a novidade se transmutava, revelando ambiguidades. Entre estas ambiguidades, Ricci (2005, p. 1-2) cita algumas:

(a) apesar de o movimento sindical de trabalhadores rurais ser vigoroso na estrutura sindical nacional, os movimentos sociais rurais, com raras exceções, permanecem organizados ao largo da estrutura sindical;

(b) apesar de o movimento social de luta pela terra se constituir em significativo foco de resistência política e social do país, grande parte deles foram se cristalizando em organizações estruturadas e hierarquizadas, alterando paulatinamente seu ideário político e se tornando autorreferentes;

(c) embora muitos dos movimentos sociais rurais sejam oriundos das comunidades eclesiais de base ou similares, ao longo dos anos 1990 as divergências de condução entre agentes pastorais e lideranças sociais rurais tomaram corpo e volume;

(d) não obstante os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável se tenham consolidado como experiências de gestão participativa e de envolvimento de comunidades do país, não conseguiram romper com a ingerência do Poder Executivo local nas suas deliberações.

4.3 ORIGEM E TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

No texto “A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos”, Rudá Ricci (2005) analisa a trajetória sócio-histórica dos movimentos sociais rurais no Brasil, relacionando-os à questão identitária, política e social do meio rural. Conforme explica Ricci, as organizações sociais rurais contemporâneas, que lideraram lutas de resistência política desde meados do século XX, foram marcadas pela ambiguidade. Para o autor, a história recente dos movimentos sociais rurais é tortuosa e errática, uma vez que os movimentos sociais rurais emergentes pareciam anunciar novas práticas políticas e sociais nos anos 1980, mas rapidamente tomaram novos rumos, institucionalizaram-se, alguns se partidarizaram, outros mantiveram o ideário original, porém restrito a pequenos territórios de atuação.

As duas organizações rurais mais importantes dos anos 1950 e 1960 (Ligas Camponesas e Sistema CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) teriam sofrido por tal razão. Criadas nos anos 1950, na região de Ribeirão Preto, as Ligas Camponesas nasceram como Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), mas logo foram qualificadas ideologicamente pelos jornais locais como organizações rurais comunistas (RICCI, 1999, p. 67).

Nascida mediante a disputa e as negociações de cúpula entre lideranças do PCB (Partido Comunista), lideranças conservadoras da Igreja Católica e Ação Popular, a CONTAG foi criada em 1963, tendo como presidente Lindolfo Silva, um alfaiate carioca comunista que desconhecia o cotidiano rural. O PCB, na época, dirigia 21 federações rurais, de um total de 42 existentes. A ambiguidade cultural nesse caso se expressava no fato de a cúpula de esquerda do sistema sindical rural definir como estratégia política a orientação pela defesa restrita da lei e o estabelecimento de acordos entre lideranças sindicais já estabelecidas, compondo laços de lealdade no interior do sistema sindical. Segundo Ricci, essa condição favorecia a emergência do culto aos dirigentes, como administradores e representantes capacitados para liderar e monopolizar qualquer demanda social rural.

Ricci (2005, p. 2) afirma:

No final dos anos 1970 e início dos 1980, esta limitação do sistema de representação político-social do meio rural foi duramente questionada por uma série de movimentos sociais que explodem nas regiões e categorias sociais de fronteira, pouco ou nada assistidas pela legislação ou estrutura sindical vigentes. Este é o caso da luta pela terra (defendida pelo sistema contíguo apenas nos limites do Estatuto da Terra, o que excluía a luta de ribeirinhos, seringueiros, sem-terra e boias-frias), lutas de assalariados rurais temporários e tantos outros segmentos sociais.

Com base nesse contexto, os movimentos sociais rurais que emergem e se expressam nos anos 1980 são, portanto, um campo de dupla resistência política, contra a ordem social que os excluía e contra as organizações formais de representação social que não os acolhia. Tais movimentos passam a assumir caráter autônomo frente aos partidos políticos e estruturas formais de representação.

Ricci (2005, p. 3) explica que o ideário anti-institucionalista projetado nos anos 1980 consolidou forte articulação nacional de movimentos sociais e organizações de apoio às lutas sociais rurais. Contudo, tal ideário não conseguiu elaborar nova institucionalidade nem mesmo políticas públicas mais condizentes com seus interesses, como, por exemplo, a reforma agrária em geral, permanecendo na resistência e na mobilização por pautas mais imediatas, entre as quais assentamentos pontuais e recursos para assentados. A partir das novidades instituídas pela Constituição de 1988, como a possibilidade de formação de organizações para defender os interesses de grupos de atores sociais, até algumas inovações propostas pelos movimentos rurais, baseadas em participação direta dos membros, não conseguiram esgotar sua possibilidade real de substituir a estrutura verticalizada e burocratizada de gestão pública por estruturas mais horizontalizadas e colegiadas, como propunham os movimentos, o que ficou cristalizado, por exemplo, nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

O autor continua afirmando que as dificuldades para a superação do caráter reivindicatório não estavam vinculadas apenas à cultura ou ideário político dos movimentos sociais, mas a uma conjunção de fatores, como o avanço do

agronegócio em áreas tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar, o envolvimento direto de assessores e lideranças de movimentos sociais em administrações públicas progressistas, o aumento da disputa por recursos entre movimentos e organizações populares. Assim, muitos movimentos sociais rurais se institucionalizaram e assumiram nítidos sistemas de controle e hierarquia em seu interior, transformando-os em organizações autorreferenciadas. Como organizações, passaram a locomover-se num cenário de autopromoção, deixando de realizar cursos e atividades de formação abertas, para limitar-se à formação de seus próprios quadros (RICCI, 2005), fato que os conduziu a uma descaracterização em relação à acepção de movimentos sociais.

As experiências desencadeadas pelos movimentos sociais rurais dos anos 1980 foram minimizadas por ações governamentais, por meio de um tipo específico de parceria que tendeu a institucionalizar os movimentos sociais numa dimensão extremamente formal, quase que “oficial”. O que merece destaque é a relação direta entre lideranças de movimentos sociais e governos, consolidando uma relação política e não necessariamente uma nova institucionalidade pública. Por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) parece ser a referência mais direta e exitosa dessa nova relação política, o que se distancia do caráter emancipatório dessas políticas e ações governamentais (RICCI, 2005, p. 3-4).

LEMBRE-SE

As experiências desencadeadas pelos movimentos sociais rurais dos anos 1980 foram minimizadas por ações governamentais, produzido uma forma peculiar de ação que tendeu a institucionalizar os movimentos sociais numa dimensão extremamente formal, quase que “oficial”.

As políticas agrárias foram outra esfera de atuação governamental, mas esta não teve a mesma lógica do PRONAF. Ao contrário, segundo muitos autores, desde os anos 1980, a reforma agrária teria sido afastada da agenda oficial dos partidos e das preocupações centrais da agenda estatal. Comenta Ricci (2005, p. 4):

De política estatal de natureza distributiva que teria como função corrigir distorções na ocupação da terra e natureza da estrutura produtiva rural, a reforma agrária passou a ser con-

siderada como política compensatória ou ação focalizada para debelar tensões em áreas de conflito social; ao longo dos anos 1990, o novo contorno da política agrícola foi se acentuando e descaracterizando os objetivos tradicionais da reforma agrária.

Ricci (2005) revela que os movimentos sociais rurais e, mais especificamente, as organizações rurais de trabalhadores e agricultura familiar têm, nesse contexto, um dilema: ou disputam programas marginais, contentando-se com vitórias mais pontuais e menos vinculadas a um projeto amplo de mudança na sociedade, fato que indica alteração na lógica de fomento ao desenvolvimento da agricultura; ou aumentam o grau de mobilização social e pressão sobre as agências estatais, fortalecendo a pressão por mudanças na sociedade como um todo. Para o autor, foi a primeira destas opções que grande parte dessas organizações adotou.

Em texto mais recente, Ricci (2006, p. 5-6) afirma que, na década de 1990, novos movimentos sociais vão se esboçando, os quais, em sua maioria, são movimentos situados no meio rural e expressam uma prática política que supera traços corporativos que poderiam ser observados em outras épocas.

Os movimentos sociais rurais da última década seriam, para o autor, movimentos que têm como base de articulação o território e a identidade, e não mais a carência específica de terra. Por esse motivo, os movimentos rurais mais recentes ampliam sua base de articulação social, envolvendo populações residentes em grandes áreas, procurando estruturar uma nova institucionalidade pública, expressa em fóruns ou conselhos regionais de desenvolvimento, constituindo estruturas de financiamento autogerenciados (como os fundos rotativos), buscando envolver as agências estatais em suas práticas enquanto aparelhos públicos, ou seja, como instrumentos das populações do território, e não mais como instituições que atendem às populações. As práticas, difusas, heterogêneas, muitas vezes se diferenciam do que se convencionou denominar de parceria com o Estado, pois mantêm a direção sobre as políticas públicas desenvolvidas no território.

A mudança comportamental nos movimentos sociais do século XXI parece residir no afastamento gradativo, nas regiões em que surgem esses movimentos, do aparelho de Estado enquanto elemento regulador das relações sociais e econômicas. Conforme Ricci (2006, p. 7), “o afastamento do Estado

e o aumento de concorrência econômica impelem tais populações a redefinirem – e, muitas vezes, a construírem – novos mecanismos de controle social e gestão pública”.

Ao tratar dos movimentos sociais rurais, Ricci (2005 e 2006) analisa organizações e movimentos sociais rurais como uma forte tendência à institucionalização, aspecto que vai de encontro ao caráter mais emancipatório e reivindicativo, aspecto que seria mais condizente com a mobilização original de um movimento social. A estrutura sindical centralizada, herança da esquerda formadora dos sindicatos, além de estar ligada aos governos, distanciou-se do cotidiano e das lutas sociais do campo e ressignificou os objetivos tradicionais dos movimentos sociais.

Tais configurações geram uma crise das estruturas de representação política no meio rural, o que causa certa confusão quanto ao conceito de pertencimento do trabalhador rural. Dessa forma, a cultura comunitária “não consegue impor-se como alternativa à constante ruptura social e de expectativas futuras” (RICCI, 2005, p.5).

Além da ambivalência da cultura política rural, outros fatores competem para a contenção ou inflexão dos movimentos sociais rurais brasileiros. Conforme sugere Ricci (2005), uma hipótese instigante é a de crise das estruturas de representação política tradicional no meio rural, em virtude de mudanças aceleradas das condições sociais e de trabalho no campo.

A mudança constante da paisagem rural, a crise das relações sociais tradicionais, as mudanças tecnológicas no campo, o *agrobusiness*, a ampliação do acesso à informação, o acirramento da competitividade, a pluriatividade, especialmente de jovens rurais, contribuem para alargar a tensão entre uma identidade tradicional das populações rurais e um panorama inovador e volátil que se coaduna com as bases do imaginário dos atores sociais rurais.

As comunidades rurais vivenciam um momento de “deslocamento de representações” em virtude da flexibilidade da ordem social contemporânea, o que supõe um importante momento de crise nas representações sociais mais tradicionais e de efervescência de novas pautas e debates que considerem a identidade e a valorização das populações rurais, seu imaginário social e suas formas de reprodução social.

4.4 MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

4.4.1 Movimentos de luta pela terra

No Brasil, estudos têm demonstrado que a concentração fundiária é um processo histórico intocável. Nesse contexto, a luta pela terra não pode ser desconsiderada quando se discutem políticas de democratização do acesso à terra. O Estado não tem conseguido desenvolver uma política de reforma agrária efetiva, por muitas razões. Nas últimas décadas, há evidências de que os movimentos sociais de luta pela terra têm impulsionado ações e políticas compensatórias de implantação de assentamentos rurais (FERNANDES; RAMALHO, 2001, p. 239).

Quando você ouve falar em movimento de luta pela terra, logo vem à mente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Embora esse “movimento” seja uma organização sociopolítica importante na discussão sobre a luta pela terra, a perspectiva dos movimentos sociais rurais de luta pela terra é mais ampla do que o MST enquanto movimento organizado. Os movimentos sociais rurais de luta pela terra são anteriores ao MST, muitos deles seculares, e tiveram papel social importante. O quadro 3 apresenta um conjunto de movimentos de luta pela terra que ocorreram no Brasil desde os anos 1970. Você deve perceber que a luta pela terra enquanto movimento social caracteriza algo muito mais amplo que o MST, mas não podemos deixar de considerar que o MST é um importante ator na discussão sobre os movimentos sociais de luta pela terra e que ele tem um papel significativo ao falarmos em movimentos sociais rurais.

Quadro 3 – Movimentos sociais de luta pela terra no Brasil

Movimentos	Estados	Ano de início (aproximado)
Comissão Pastoral da Terra – CPT	MS e PB	1975
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST	RS – SC – PR – SP – MG – RJ – ES – BA – SE –AL – PE – PB – RN – CE – PI – MA – PA – AM – TO – DF – GO – RO – MT – MS	1984

Movimento de Luta pela Terra – MLT	BA	1994
Movimento Sem Terra do Sul do Mato Grosso – MST-SMT	MT	1994
FETAGRI – MS	MS	1996
Coordenação de Associação de Assentados do Mato Grosso do Sul – COAMS	MS	1996
Movimento da Terra – PE/MT	PE	1996
Movimento de Comissões de Luta – MCL	PE	1996
Central de Associações de Assentados e Pequenos Agricultores – CEAPA	AL	1996
FEATEMG	MG	1996
Movimento Camponês de Corumbiara – MCC	RO	1996
Movimento da Libertação dos Sem Terra – MLST	MA – PE – MG – SP	1997
MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra	SP (Pontal do Paranapanema)	1998
MUST – Movimento Unificado dos Sem Terra	SP (Pontal do Paranapanema)	1998

Fonte: FERNANDES (1998), citado por RICCI (2003, p. 19).

O MST surge no final dos anos 1970, em Santa Catarina, e estende-se rapidamente para vários estados do país nos anos 1980, projetando-se nacionalmente nos anos 1990. Segundo Ricci (2006, p. 17-21), o crescimento do movimento demonstrou ser fruto de uma grande capacidade de liderança, baseado num discurso que gerou coesão social entre segmentos que se sentiam marginalizados no meio rural. Suas lideranças se baseavam numa “pedagogia popular”, desenvolvida pela Igreja Católica ainda nos anos 1970, que articulava elementos místicos das práticas religiosas do homem do campo com valores

culturais do mundo rural e elementos de uma disciplinada rigidez organizativa. Para o autor, a força do MST está na capacidade de sustentar esse amálgama entre as dimensões racional e mística.

Ricci afirma que, entre os autores que estudam o MST, se podem encontrar posições distintas em relação à novidade da qual tal movimento seria portador. Autores “otimistas” (por exemplo: GOHN 1997b, FERNANDES, 1998) entendem o MST como uma possibilidade de articulação capaz de elaborar um projeto nacional que se contraponha à institucionalidade pública vigente. Autores “críticos” (por exemplo: NAVARRO, 1997; D’INCAO; ROY, 1995), por sua vez, salientam os impasses de natureza estrutural do movimento, que o impediriam de romper com a lógica política que vigora no mundo rural brasileiro.

Ricci (2006) explica que a capacidade organizativa do MST ganhou novos contornos com a ocupação do Pontal do Paranapanema, oeste do estado de São Paulo, em 1995. A região, foco de uma das principais áreas de terras devolutas do país, seria capaz de assentar 20 mil famílias: entre 1990 e 1996, 2.300 famílias foram organizadas na região pelo MST, provocando sucessivas ocupações de terra; mais de 40 assentamentos foram instalados, fruto da pressão causada por mobilizações.

Destacando a importância do MST, Fernandes (1998) entende que o número de movimentos sociais organizados vem crescendo, mas ele ainda não atende à demanda da luta pela terra. Muitas famílias se mobilizam em movimentos sociais localizados, os quais representam parte considerável da luta. Porém, para o autor, esses movimentos seriam de difícil análise por não possuírem uma estrutura organizacional durante o tempo da luta pela terra. Baseado nesse fato, o autor conclui que o único movimento social de luta pela terra de atuação nacional seria o MST. Deve-se destacar que Fernandes entende o MST como movimento social, baseado em sua estrutura funcional, que o caracteriza quase como uma organização, mas o descaracteriza como movimento social enquanto expressão de grupos sociais.

Navarro (1997), por sua vez, procura apontar as insuficiências do MST enquanto movimento social sem, contudo, destacar sua importância política e social. Para o autor, o movimento adquire feição nacional a partir de 1994, fruto de uma mobilização regional específica e conjuntural: a disputa no Pontal do Paranapanema. Para esse autor, alguns setores dirigentes do movimento adquiriram posturas triunfalistas, desqualificando alianças, incapacitando o Mo-

vimento de vislumbrar estratégias realistas de ação. Dessa forma, haveria, para o autor, a ilusão de um caráter revolucionário do movimento, tendo em vista que a possibilidade de ruptura (do regime econômico e político prevaiente) inexistia no imaginário social dos sem-terra. Em muitos casos, o MST, enquanto organização sociopolítica, apresenta a resistência e a tradição andando lado a lado com a transgressão, o ressentimento e a revolta, condição que o leva ao afastamento social com ações de resistência política, e culmina com saques, ocupações de terra, ocupações de órgãos públicos e a adoção de políticas perigosas.

Na mesma linha de Navarro, D’Incao & Roy (1995, p. 40) revelam que, após a conquista da terra, a busca retórica de construção de relações sociais democráticas no seio das populações beneficiadas começa a dar lugar a clivagens políticas que reproduzem e reconstróem formas de dominação incrustadas nas práticas tradicionais do mundo rural brasileiro. Os autores apontam que técnicos agrícolas estatais tentam impor modelos coletivos de produção; agentes católicos buscam disseminar ideais comunitários; militantes do MST reproduzem palavras de ordem. Contudo, mais profunda e complexa que a tentativa de impor um discurso hegemônico no assentamento seria a reconstrução de preconceitos e diferenciações sociais entre as famílias de assentados; por exemplo, o grupo de famílias coletivistas contra aquele que defende parcelas individuais de produção; as famílias mais tradicionais que desaprovam as mães solteiras. Para os autores, os assentados reproduziam as relações de dominação das quais se queriam libertar os participantes de movimentos de luta pela terra, recriando suas velhas práticas de dominados, tais como a competição, a invalidação dos companheiros, a desconfiança, a dissimulação, a resistência sorrateira, e impedindo a constituição de condições para negociar conjuntamente soluções para os problemas que lhes eram comuns.

Ricci (2006, p. 22) conclui, quanto ao MST, que esse movimento exige uma dupla constatação, que constitui um aparente paradoxo: enquanto movimento social, articulado nacionalmente, denuncia a marginalização social e política de uma multidão que procura inscrever seu direito ao bem comum improdutivo; porém, enquanto organização política, não apresenta uma solução em relação aos mecanismos de tomada de decisão das agências estatais. Na prática, sua ação acaba por eleger como interlocutor o Estado, sem criar alternativas de gestão pública. Daí ser um movimento que oscila entre longas

negociações e a deslegitimação do interlocutor. Por esse motivo, para Ricci, o MST parece articular-se nacionalmente a partir de métodos de mobilização, mas não consegue o mesmo feito em relação ao projeto de sociedade que aspira construir. O impasse estaria, justamente, na incapacidade de formular um projeto de organização social e de gestão pública, ou ainda, na incapacidade de formular mediações políticas entre a luta pela terra e o projeto de sociedade.

4.4.2 Movimentos de mulheres rurais

O movimento das mulheres agricultoras ou mulheres rurais tem como atores diretamente envolvidos as mulheres trabalhadoras rurais. Movimentos dessa natureza tiveram origem no início da década de 1980, quando ocorria uma tendência à tecnificação da agricultura, num contexto em que trabalhos agrícolas se tornavam menos pesados, permitindo maior participação feminina para além das atividades domésticas de apoio. Foi ao mesmo tempo um período em que as mulheres diminuíram o número de filhos e ficaram, por isso, mais disponíveis para o trabalho. Novas condições ampliaram a participação das mulheres no meio rural, proporcionando mudanças ou questionamentos quanto às tradições no meio rural. As mulheres rurais ambicionavam o ajuste e a adequação de suas propostas às demais organizações camponesas, juntamente com o fortalecimento das lutas rurais mais gerais, que constituíam um embate específico por questões denominadas de gênero, no meio rural. A tentativa de inclusão e igualdade nos processos originados e executados nas unidades produtivas e na sociedade trouxe à tona, no contexto rural, a realidade feminina.

Conforme Paulilo (2000, p. 1), vários fatores caracterizam a situação de desigualdade de gênero no meio rural. Merece destaque, por exemplo, o padrão de sucessão nas propriedades rurais, em que as mulheres eram preteridas na herança da terra, a não ser que casassem com um agricultor, embora o Código Civil preveja igualdade entre os herdeiros. Segundo a autora, é comum que, no momento da partilha, se façam arranjos entre os filhos ou parcerias entre irmãos homens e cunhados. No meio rural mais tradicional, como as mulheres tinham menos acesso ao conhecimento e à qualificação, eram subordinadas aos homens, tendo uma participação desigual dentro da propriedade e na divisão das tarefas; normalmente acumulavam tarefas na esfera produtiva, mas estas tinham menor ênfase. Executando trabalhos “menores”, como preparo

da alimentação, limpeza dos estabelecimentos, ordenha, cuidados com a horta e processamento dos produtos agrícolas, não tinham seu trabalho na produção tão valorizado quanto o dos homens.

Paulilo (2000, p. 3) explica que, com o apoio da Igreja Católica, e na esteira de outros movimentos sociais, como o movimento da luta pela terra, o movimento de mulheres rurais se organizou e passou a apresentar demandas vinculadas às questões de gênero. Como exemplo, a autora cita um caso de movimento das mulheres agricultoras que teria tido suas primeiras expressões ainda no início dos anos 1980, em Chapecó-SC, com o objetivo de tomar a direção do Sindicato de Trabalhadores Rurais. Em maio de 1984, no Dia Internacional das Mulheres, o movimento das mulheres organizou uma primeira manifestação pública, da qual participaram cerca de 500 trabalhadoras rurais, número que se ampliou, nos anos seguintes, para mais de 2000 mulheres.

Entre as principais reivindicações dos movimentos de mulheres rurais estava o reconhecimento das mulheres como produtoras rurais e todos os benefícios advindos desse reconhecimento, como o direito à aposentadoria, o salário-maternidade, o trabalho remunerado e o direito a participar na direção de sindicatos, entre outros. Consequentemente, a demanda era uma luta pela independência e pelo direito de participação, inclusive política, na sociedade. A organização das mulheres rurais conformava-se a partir de situações vivenciadas nas pequenas propriedades rurais.

Os movimentos de mulheres rurais defendem pautas voltadas para a questão da mulher rural, tais como salário-maternidade, aposentadoria aos 55 anos para trabalhadoras rurais, auxílio acidente de trabalho, igualdade de direitos entre homens e mulheres rurais, mulheres nas cooperativas e sindicatos, integração social, pensão-viuvez. Movimentos desse gênero sempre enfrentam certa resistência por parte dos órgãos responsáveis e da própria sociedade, razão pela qual é muito importante salientar tais conquistas, principalmente por constituírem um movimento exclusivamente feminino e envolverem outros aspectos, tais como a mulher numa sociedade ainda preconceituosa e o machismo vivo e atuante.

A submissão e a subordinação, por exemplo, até então nítidas em muitas áreas rurais, foram amenizadas. As pautas do movimento de mulheres rurais visavam uma condição de cidadania completa e, em linha direta, a plenitude da mulher rural, bem como seus direitos sociais, previdenciários e trabalhistas.

Dois aspectos importantes que potencializaram os movimentos de mulheres rurais devem ser destacados: primeiro, estruturar um dos setores mais marginalizados da sociedade, a mulher, pobre e da área rural, privada dos mínimos direitos já adquiridos pelos homens tanto na cidade quanto no meio rural; segundo, tratar de forma diferente as manifestações das mulheres rurais nos atos públicos, encontros e atividades, por exemplo, por meio de decorações plásticas e criativas, rompendo com o modo tradicional desse tipo de manifestações, que geralmente são vistas com certa restrição. Alguns resultados obtidos pelo movimento de mulheres rurais foram o assentamento de acampados, a regulamentação da reforma agrária em determinadas localidades e a liberação de créditos para assentados.

4.4.3 Movimento sindical rural

O movimento sindical rural envolve atores sociais com demanda vinculada especialmente às relações de trabalho que se estabelecem no campo. O movimento sindical remonta ao século XIX, iniciando basicamente como expressão dos operários de fábricas que lutavam por melhores condições de trabalho e de salário, tendo, como contraponto desse conflito, os empregadores. A organização sindical, representada pelos sindicatos propriamente ditos, em diferentes categorias, representa organizações sociais mais delimitadas, já com base organizacional definida, como vimos na Unidade 3. Por sua vez, o movimento sindical pode ser considerado como a expressão da ação social de grupos de trabalhadores com vistas a melhores condições de trabalho, salário e emprego, conjunto de pautas que perpassou praticamente todas as categorias sociais profissionais de trabalhadores, inclusive de empregadores.

No Brasil, o movimento sindical iniciou nos primeiros anos do século XX, durante a República Velha, período em que a indústria brasileira dava os primeiros passos, impulsionada pelo desenvolvimento das organizações sindicais já consolidadas na Europa e pela mão-de-obra barata, representada pelos contingentes rurais que gradativamente se concentravam nos grandes centros. Os imigrantes europeus também tiveram importância no processo de formação do movimento sindical brasileiro, pois traziam consigo a ideologia do movimento anarcossindical europeu, que pregava a total liberdade de associação entre os trabalhadores e a atuação na defesa de seus interesses. Nessa fase inicial, ainda

imperava, no Brasil, o pluralismo sindical e eram frequentes as greves em meados da década de 1920.

No governo de Getúlio Vargas, houve a implantação de um modelo de normatização corporativista transplantado da Itália fascista, conhecido como *Carta del Lavoro*, que dava ênfase ao controle estatal dos sindicatos e que tinha no reconhecimento sindical pelo Estado e no sistema confederativo seus principais ícones. A Constituição de 1937 reforçou esse caráter. A partir da Constituição de 1988, o sindicalismo brasileiro ganhou maior liberdade, sendo vedado ao Estado interferir na organização e na administração sindical.

Conforme explica Favareto (2006, p. 30), no Brasil, a reforma agrária e a defesa dos direitos trabalhistas representam as principais bandeiras do sindicalismo rural. Elas unificam as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Favareto (2006, p.27) analisou o novo sindicalismo rural brasileiro, procurando reconstituir as características da base social desse movimento, o perfil dos dirigentes, os temas e as formas de ação. O autor afirma que a principal base social e os principais quadros dirigentes que se firmaram ao longo dos 30 anos de trajetória do movimento sindical rural foram os produtores familiares de diferentes origens, e não os assalariados rurais. Assim, no Brasil, a representação do sindicalismo ocorreu de maneira particular: enquanto na Europa a representação sindical se reuniu em cooperativas ou organizações profissionais e em parte da América Latina essa associação ocorreu mediante movimentos camponeses ou frentes agrárias, no Brasil tais grupos sociais se aglutinaram em torno dos sindicatos. Ainda conforme o autor (p. 30), o movimento sindical brasileiro pode ser situado entre constrangimentos derivados tanto da evolução na qualidade do conflito social agrário como dos arranjos e tensões internos ao próprio campo sindical.

4.4.4 Movimento de jovens rurais

Na sequência deste texto, você vai notar que ainda não é muito clara a expressão de *movimentos de jovens rurais*, embora importantes organizações coletivas tenham alas formadas por jovens agricultores, como, por exemplo, alguns movimentos de luta pela terra e o sindicalismo. Os movimentos de jovens rurais devem ser mais bem compreendidos a partir da própria questão do jovem em geral e, especialmente, do jovem no meio rural. Deve-se destacar que um mo-

vimento de jovens rurais se pautaria por aspectos que diriam respeito ao jovem rural no seio da realidade dos movimentos sociais que ocorrem no campo.

A incorporação de tecnologias no mundo rural a partir dos anos 1970 visava, cada vez mais, uma produção voltada para o mercado, provocando a descapitalização de muitas famílias e uma desestabilização na produção agrícola, bem como a existência de um excesso populacional, onde os filhos cresciam sem alternativas de continuidade no campo. Essa situação afetou a reprodução das relações sociais camponesas, alterou a divisão de trabalho na unidade familiar e ocasionou a busca de mercado de trabalho urbano e o êxodo rural. Nesse contexto, o jovem rural não via tantas perspectivas de continuidade na agricultura e o anseio de permanência e de continuidade mobilizava todos os membros familiares, fazendo com que muitos jovens deserdados se sentissem excluídos de sua condição rural (BERTONCELLO; ROSSI; BADALOTTI, 2007, p. 7).

Segundo Brumer (2006), nos últimos 15 anos tornou-se significativa a quantidade de estudos sobre a juventude, em grande parte decorrentes da maior presença de jovens que reivindicam uma maior visibilidade e a formulação de políticas públicas geradoras de emprego, renda, educação e lazer. Para a autora, ainda que existam dificuldades operacionais para delimitar o início e o fim da juventude, considerando-se os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos envolvidos na definição do termo, há consenso quanto à definição de quem seria jovem em determinada sociedade.

No que se refere à juventude rural, Brumer (2006, p. 2) afirma haver estudos sobre diferentes aspectos, mais dois temas acabam sendo os mais recorrentes: a tendência emigratória, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propiciaria aos jovens; e as características da transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração. Nesse sentido, Brumer sugere estudos que abordem as motivações dos jovens para deixar o meio rural e complementa tal perspectiva com aspectos de gênero.

Para Castro (2005, p.322), a imagem de um jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não seria algo novo, mas faria parte da literatura clássica sobre o campesinato, a qual trata a questão como intrínseca ao processo de reprodução social do campesinato.

Pesquisas realizadas no Brasil (por exemplo: ABRAMOVAY et al., 1998) também revelam a continuidade do processo migratório e a visão relativamente negativa dos jovens sobre a atividade agrícola. Conforme já apontava Seyferth (1985), a busca de empregos remunerados pelos jovens do meio rural como assalariados seria sempre uma forma de obrigação ou de exclusão da herança da terra e da subdivisão da propriedade. Em razão de tais condições, muitos filhos de agricultores acabariam encaminhados para uma profissão assalariada, exatamente porque não existem condições objetivas de “fazê-los colonos de tempo integral”. Segundo Abramovay et al. (1998), era mais frequente a sucessão já estar decidida entre os agricultores consolidados do que entre os agricultores em exclusão ou em transição. Outro aspecto importante anunciado por estes autores foi a constatação de diferenças entre rapazes e moças, dada a existência de um viés masculino nos processos sucessórios, acabando as mulheres por aparecerem como excluídas da herança da terra; elas somente se tornam candidatas à sucessão na inexistência de um filho varão ou na possibilidade de nenhum filho do sexo masculino mostrar interesse pela atividade agrícola.

O estudo de Bertonecello, Rossi e Badalotti (2007) analisou o processo de reprodução social da agricultura familiar, buscando articular as concepções de juventude rural e de movimentos sociais. Segundo as autoras, existe uma realidade do jovem rural que se percebe como agente promotor de mudanças, mas que não se sente reconhecido e valorizado pelos adultos. Como já destacado no decorrer desta Unidade, os movimentos sociais constituem-se de alguns elementos como a ação social e política, as práticas cotidianas, a emergência de atores, a dimensão cultural, a identidade, a autonomia e seus opositores, ou seja, elementos que contribuem para a constituição de atores sociais ou sujeitos da ação, caracterizando, portanto, formas legitimadoras por meio das quais os sujeitos da ação lutam pela transformação no sistema de dominação. Em função das questões que envolvem a realidade do jovem rural, há perspectivas concretas de articulação desses jovens.

Temos referências de grupos de jovens no interior de movimentos sociais maiores, como o Movimento dos Sem Terra. Há grupos de jovens rurais que abordam aspectos relativos à problemática da juventude rural, como foi referido acima, mas também há grupos mais específicos, como os de mulheres jovens rurais. A temática dos jovens rurais, como você deve ter observado, ainda é relativamente incipiente e menos delimitada do que a de outras formas de movimentos sociais rurais destacados nesta Unidade. Contudo, não desconsidera-

mos essa problemática dos movimentos sociais rurais por ser nova. Parece-nos importante sugerir essa perspectiva, embora menos definida, pelo que convidamos você a participar de uma reflexão sobre “movimentos de jovens rurais”.

Encerramos o conteúdo sistemático da disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**, propondo uma série de questões a serem respondidas. Você deve entender que nem todos os aspectos do tema puderam ser abordados neste texto. Nossa intenção foi a de apresentar um quadro amplo de novos conceitos para despertar seu interesse por temáticas que ainda não estão, e que talvez nunca venham a ser, esgotadas. Aproveite a Unidade 5, a seguir, para pôr em prática os novos conhecimentos adquiridos.

4.5 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Você adotará um conceito de movimento social, entre os sugeridos na Unidade, ou outro, que você pesquisará em outros trabalhos. Elerá alguns movimentos sociais rurais ou ações coletivas de sua região, construindo um quadro analítico, como o abaixo, a fim de caracterizar alguns elementos acerca de tais fenômenos concretos, para tentar caracterizá-los, ou não, como movimentos sociais rurais.

Definição de movimento social:		
Dimensões do movimento social	Movimento X	Movimento Y
Contexto de surgimento do movimento		
Caracterização dos atores sociais participantes do movimento		
Pautas do movimento		
Formas de luta e/ou mobilização do movimento		
Alguns resultados obtidos pelo movimento		
Observações interessantes sobre o movimento*		

* Por exemplo, propostas de desenvolvimento rural defendidas pelos movimentos sociais em questão, vinculações políticas desses movimentos.

4.6 BIBLIOGRAFIA

4.6.1 Bibliografia básica da Unidade 4

ABRAMOVAY, R. (Coord.) et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

BERTONCELLO, A.; ROSSI, A. M.; BADALOTTI, R. M. Juventude rural, movimentos sociais e subjetividades: compreendendo estas interfaces no processo de reprodução social da agricultura familiar. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. 25 a 27 de abril de 2007. *Anais*. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/andressa_bertoncello_adriana_may_rossi.pdf>.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 20 a 24 de novembro de 2006. Quito (Ecuador). *Anais*. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdalasru2006/02%20GT%20Anita%20Brumer.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

CASTELLS, M.: *O Poder da Identidade*. In: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, E. G. de. O paradoxo ‘ficar’ e ‘sair’: caminhos para o debate sobre juventude rural. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY JUNIOR, O. *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. São Paulo: INCRASP, 2005.

COHEN, B. *Sociologia Geral*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

DIAS, E. da C. Arqueologia dos movimentos sociais. In: Gohn, M. da G. (Org.). *Movimentos Sociais no início do Século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

D'INCAO, M. C.; ROY, G. *Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

EPSTEIN, B. Political Correctness and Collective Powerlessness. In: DARNOVSKY, Marcy; EPSTEIN, B.; FLACKS, R. (Org.). *Cultural Politics and Social Movements*. Philadelphia: Temple University Press, 1995. p. 3-19.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p.27-44, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a02v2162.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2008.

FERNANDES, B. M. Que reforma agrária? XIV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, 4 a 8 de dezembro de 1998. Disponível em: <www.cpp.inf.br>. Acesso em: 14 jul. 2008.

- FERNANDES, B. M.; RAMALHO, C. B. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 239-54, 2001.
- GOHN, M. da G. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- _____. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997a.
- _____. *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997b.
- _____. *Conselhos gestores e participação sócio-política*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Classes sociais e movimentos sociais*. CFESS-ABEPSS-CEAD-UnB, módulo 02, s/d, p. 36-54.
- HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. *Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro*. Disponível em: <http://www.mulheresnobreasil.org.br/pdf/PMB_Cap4.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2008.
- MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 17, 1989.
- MELUCCI, A. Movimentos sociais, inovação social e o papel do conhecimento. Entrevista a Leonardo Avritzer e Timo Lyra. *Novos estudos*, Cebrap, n. 40, p. 152-166, 1994.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, v. 11, n. 2, p. 86-93, abr./ jun., 1997.
- PAULILO, M. I. S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, UFSC/PPGSP, n. 21, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.sociologia.ufsc.br/cadernos/Cadernos%20PPGSP%2021.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2008.
- RIBEIRO, J. C.. Origem do sindicalismo no Brasil. *Recanto das Letras*, 23 jan. 2008. Código do texto: T829642. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/829642>>. Acesso em: 15 ago. 2008.

RICCI, R. *Terra de Ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

RICCI, R. *Fuga para o futuro: novos movimentos sociais rurais e a concepção de gestão pública*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

RICCI, R. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 54, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

RICCI, R. Movimentos sociais rurais nos anos 90. GIFA – Grupo de Interesse em pesquisa para agricultura familiar / EMBRAPA, 2006. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/ricci.pdf>>. Acesso em: 08 jun 2008.

RIOS, J. A. Movimentos sociais. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV/MEC/Fundação de Assistência ao Estudante, 1986. p. 788-90.

SCHERER-WARREN, I. *Movimentos sociais*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1996.

SEIFERTH, G. *Herança e estrutura familiar camponesa*. Boletim do Museu Nacional (Rio de Janeiro), n.52, 27p, 1985.

TARROW, S. *Power in movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TOURAINÉ, A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977. p. 35-60.

_____. *Palavra e Sangue*. Campinas: UNICAMP, 1989.

_____. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VELHO, O. G. Movimentos sociais rurais. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV/MEC/Fundação de Assistência ao Estudante, 1986. p. 788.

CONHEÇA O SIGNIFICADO DA DISCIPLINA

Francisco dos Santos Kieling, Analisa Zorzi,IVALDO GEHLEN,
Daniel Gustavo Mocelin e Nilson Weisheimer

INTRODUÇÃO

O objetivo desta Unidade é explicitar o significado que perpassa a disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**, do curso superior Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER. Ao reconstruirmos o sentido da disciplina, revelamos o caminho que desejamos que você, estudante, percorra ao longo de seus estudos. Identificar de antemão esse caminho assegura que o esforço que você fará ao longo do percurso não será improdutivo, pois desde o início saberá as consequências das ações propostas.

Para além dos exercícios de aplicação conceitual, sugeridos nas Unidades temáticas, o planejamento da disciplina visa uma prática permanente de reflexão sobre as relações e interações sociais no meio rural. Essa reflexão tem como base de orientação um posicionamento do estudante sobre a participação dos atores nas práticas constituintes dos processos históricos. Busca-se, com isso, estimular os futuros gestores a pensarem como a ação humana pode se articular com a transformação das relações sociais estabelecidas num determinado contexto.

A estrutura temática proposta na disciplina procurou enfatizar que as práticas do futuro gestor de desenvolvimento rural podem ter maior probabilidade

de de êxito quando sustentadas por um adequado conhecimento da realidade social, ou seja, fazendo os alunos reconhecerem que um plano ou projeto de desenvolvimento rural, para ser posto em prática, não pode ser simplesmente imposto a uma comunidade, mas deve considerar as especificidades históricas e socioculturais locais e regionais. Uma parte dos conhecimentos e ferramentas necessários para o planejamento de ações de desenvolvimento é oferecida pela Sociologia. Porém, esses conhecimentos e ferramentas precisam ser apropriados e adequados às particularidades locais para resultar em propostas inovadoras adequadas aos desafios conferidos por conjunturas regionais muito particulares. Parte dos subsídios para imaginar tais possibilidades é uma síntese entre o conhecimento teórico oferecido na disciplina e a realidade local em que o futuro gestor de desenvolvimento rural vai atuar.

Para efetivar essa prática pedagógica, é necessário compreender que não é suficiente apenas reproduzir a definição dos conceitos. A disciplina oferece teoria, conceitos e algumas problematizações sociológicas, mas o estudante precisa aplicá-las, trazendo o conhecimento que detém da realidade local. Com esse tipo de exercício, é possível obter avanço sobre as teorias apresentadas, de modo a se produzir um novo conhecimento, capaz de impactar qualificadamente os projetos dos futuros gestores e planejadores de desenvolvimento rural. Assim, em vez do aluno reproduzir o conhecimento formalizado nos textos, ele deve desenvolver, com o auxílio das teorias e dos conceitos selecionados, um novo conhecimento teórico-empírico, construído a partir da investigação de aspectos da sua realidade local. Ao percorrer essa trajetória, o estudante será capaz de elaborar um conhecimento diferente daquele até então apreendido de forma abstrata, posto que esse novo saber estará sintonizado com a realidade local. Assim, o estudante desenvolverá sua percepção sobre os fenômenos sociais que permeiam o contexto específico em que atuará para o desenvolvimento rural sustentável.

Assim sendo, a proposta da disciplina foi sugerir um caminho que permitisse a construção de um olhar mais apurado, por meio de conceitos teóricos, da pesquisa empírica e da reflexão sobre a realidade local, demonstrando que, para produzir conhecimentos que fundamentem práticas contributivas para a superação de condições sociais adversas, faz-se necessário constituir diálogos com as realidades e os sujeitos do desenvolvimento.

No decorrer desta Unidade, abordaremos três pontos que o ajudarão a compreender alguns pressupostos e compromissos que estarão em diálogo ao

longo da disciplina. Esses pontos transcendem a disciplina, de modo que você poderá aproveitá-los ao longo de sua vida acadêmica e profissional.

O primeiro ponto refere-se a uma reflexão sobre o processo individual de construção do conhecimento. Ao longo de nossa vida, lidamos com uma ampla variedade de saberes que concorrem entre si sobre o entendimento que temos a respeito do mundo que nos cerca. Para nos posicionarmos sobre eles, é necessário refletir sobre o processo constituinte e os pressupostos de cada uma dessas formas de saber. A resposta a essas reflexões depende da resposta a uma questão anterior: como se constrói o conhecimento?

O segundo ponto trata de forma sucinta e didática da esquematização do método científico. Como já sabemos, o método estabelece o procedimento básico para a construção do conhecimento. A partir dele, as diversas ciências e as novas teorias são construídas e permitem novos e qualificados entendimentos sobre o mundo.

O terceiro ponto aproxima a reflexão realizada sobre o processo de construção do conhecimento (primeiro ponto), ou seja, a reflexão epistemológica, e a discussão do método científico (segundo ponto), ou seja, o saber-fazer científico, do aspecto prático que se pretende dar à disciplina. A compreensão dos conteúdos teóricos de cada um dos módulos da disciplina depende da execução das tarefas relacionadas a esse ponto.

ANOTE

A epistemologia é a denominação que damos ao processo relacionado ao estudo do conhecimento. Portanto, quando nos referimos à reflexão epistemológica, estamos propondo a reflexão sobre as diferentes maneiras de conhecer uma determinada realidade social. No caso desta disciplina, enfocamos o processo de construção do conhecimento tendo como base alguns conceitos e teorias que visam explicar essa realidade; também damos atenção especial à própria realidade social, ou seja, enfocamos os dados empíricos que encontramos na realidade que queremos estudar e explicar.

A construção de conhecimentos que possibilitem práticas transformadoras nas realidades locais dependerá (a) do reconhecimento de que o conhecimento da realidade está acessível a todos os sujeitos sociais e é fundamental para a produção de práticas inovadoras; (b) da adequada apropriação do método científico por gestores e planejadores interessados em contribuir em processos de desenvolvimento rural sustentáveis; e (c) do engajamento individual e coletivo na apropriação de conhecimentos formalizados a partir de outras realidades, com o intuito de construir novos conhecimentos e práticas inovadoras que respondam às possibilidades e necessidades locais.

5.1 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Antes de tudo, é importante destacar um posicionamento sobre a participação dos sujeitos nas práticas constituintes dos processos históricos. Para isso, buscamos responder à seguinte questão: a ação individual contribui para mudar as relações sociais estabelecidas num determinado contexto?

Por um lado, a resposta negativa a essa questão traz como consequência prática o reconhecimento da inutilidade da ação humana. A história, por sua vez, seria o cenário da ação de elites e contra as quais nada pode ser feito na direção da democratização econômica, política e social, da promoção da cidadania e da emancipação humana.

Por outro lado, a resposta afirmativa à questão nos leva à ação. Mas essa ação só surtirá efeitos desejados quando sustentada por um adequado conhecimento da realidade que nos cerca. Uma parte do conhecimento proposto aos futuros planejadores e gestores de projetos de desenvolvimento rural é oferecida pela Sociologia, mas ela precisa ser apropriado e adequada às particularidades locais para resultar em propostas inovadoras condizentes com os desafios impostos por conjunturas regionais, que são desconhecidas pelos teóricos analisados ao longo da disciplina.

Essa síntese entre o conhecimento teórico social oferecido na disciplina e a realidade local em que você vive é o que desejamos que você seja capaz de realizar ao final da disciplina.

A construção desse processo de conhecimento é explicada a partir da teoria construtivista. A matriz de produção do conhecimento conhecida como construtivismo foi elaborada a partir da crítica a dois modelos específicos: o empiricismo e o inatismo.

A teoria do conhecimento **empiricista** parte do pressuposto de que todo conhecimento é resultado direto da experiência. A teoria do conhecimento **inatista**, por sua vez, parte do pressuposto de que o indivíduo já dispõe de predisposições inatas, individuais, para conhecer determinados campos de saber. Essa capacidade natural estaria ligada a aspectos genéticos.

Conforme mencionado anteriormente, a teoria do conhecimento **construtivista** pretende ser uma superação positiva das duas teorias anteriores. Enquanto uma posiciona o indivíduo como objeto do conhecimento (empiricismo) e a outra situa o indivíduo como sujeito do conhecimento (inatismo), o construtivismo indica que o conhecimento é produzido a partir das relações que o sujeito trava com o mundo à sua volta.

As interações estabelecidas entre os sujeitos e o mundo que os cerca, a partir das ações conscientes ou não dos indivíduos envolvidos nesse processo, são responsáveis pelo conhecimento produzido coletiva e individualmente. Essa teoria não privilegia nem o polo do sujeito, nem o do objeto, como responsáveis pela produção do conhecimento. Esse conhecimento é produzido por meio das interações estabelecidas individual e socialmente.

Conforme essa teoria, as vivências anteriores dos indivíduos condicionam o modo como nós construímos os novos conhecimentos. Um tipo novo de conhecimento nunca é inteiramente assimilado a partir do zero. As experiências anteriores garantem ao sujeito condições de construir pré-noções sobre temas novos. Essas pré-noções são qualificadas pelos novos conhecimentos teóricos, refletidos a partir da experiência anterior, o que tende a produzir práticas qualitativamente superiores àquelas anteriores à reflexão teórica e empírica.

A consequência prática dessa teoria do conhecimento para nossa disciplina é a de que não cabe aos professores e tutores a produção do conhecimento dos estudantes sobre organização social e movimentos sociais rurais locais. O papel deles concentra-se na mediação entre os conhecimentos teóricos selecionados sobre essa temática – seus conceitos e teorias explicativas – e os estudantes.

O conhecimento sobre a teoria garante ao professor e ao tutor uma parcela de responsabilidade nesse processo coletivo de conhecimento. As temáticas: estratificação e mobilidade social; atores sociais, identidades sociocultural e socioprofissional; associações, cooperativas e sindicatos; movimentos sociais rurais de luta pela terra, das mulheres agricultoras, dos jovens agricultores e sindicais, foram propostas pelos professores.

Considerou-se que, para a compreensão dos fenômenos sociais locais ligados à organização social do mundo rural, esses assuntos seriam fundamentais. A partir dessa constatação, foram selecionados textos básicos e complementares com a intenção de subsidiar os estudantes para a apropriação teórica dos temas tratados.

Dessa forma, a contribuição dos professores e tutores fica limitada à atribuição de leituras e à mediação entre essas teorias por meio das problematizações realizadas nos fóruns de discussão e a nas atividades propostas.

E o papel do estudante, qual seria?

O estudante não tem apenas a função simples de leitura, entendimento e resposta às perguntas feitas. Essa é parte das tarefas que esperamos dos estudantes. Mas, enquanto os professores e tutores se deslocam até você com

a teoria e algumas problematizações, esperamos que você venha a nós com o conhecimento da realidade local.

A relação que queremos construir não depende apenas de nós. Depende, sim, de nossa disposição e da de você de sairmos de nossas posições anteriores uns em direção aos outros, de modo a produzir um novo conhecimento capaz de impactar qualificadamente os projetos dos futuros gestores e planejadores para o desenvolvimento rural.

Mas esse conhecimento da realidade local que queremos como contribuição dos estudantes do PLAGEDER não é um conhecimento qualquer. É um conhecimento produzido ao longo da disciplina – por meio dos fóruns e das atividades – a partir das reflexões teóricas propostas. Portanto, queremos construir junto com você um conhecimento sociológico sobre a realidade local.

E de que forma faremos isso? A resposta a essa questão será dada nos próximos dois pontos.

5.2 O MÉTODO

No primeiro ponto, vimos que a teoria do conhecimento que inspirou a concepção da disciplina, o construtivismo, indica que o conhecimento é produzido a partir de interações entre sujeitos cognoscentes (que conhecem) e objetos de aprendizagem.

Vimos também na apresentação que o foco da disciplina é o conhecimento científico sobre a realidade social das localidades rurais que condicionam processos de transformação e potencializam práticas inovadoras. Esse assunto já acumula uma quantidade razoável de conhecimento produzido em diversos contextos e a partir de diferentes teorias.

Pensando em aproximar as teorias discutidas em cada um dos módulos com a realidade local do estudante do PLAGEDER, oferecemos subsídios e problematizações que permitirão a você, estudante universitário, sujeito do conhecimento, ser um produtor de novos saberes. Para que isso ocorra da melhor forma possível, é importante ter o controle sobre os procedimentos constituintes desse novo saber, cuja base é o método científico.

Uma apresentação sintética e esquemática do método científico é o que propomos neste ponto do texto. Conforme reconhecido por ampla bibliografia sobre metodologia, um sujeito-pesquisador de uma determinada área de conhecimento, a partir de suas experiências pessoais específicas, de seu posicio-

namento social e político e de suas problematizações teóricas, propõe uma nova investigação. Constrói, para isso, um projeto de pesquisa.

Para executar a investigação proposta, o pesquisador mune-se de teorias e conceitos que produzem explicações sobre o assunto, numa etapa que é conhecida como revisão da bibliografia, ou pesquisa bibliográfica. No caso da disciplina, elas estão sintetizadas nos textos básicos e complementares disponibilizados na biblioteca digital.

A partir dessas teorias, o pesquisador, imerso numa determinada realidade, faz uma pergunta que permita, após ser respondida, conhecer teoricamente essa realidade. Essa parte é conhecida como formulação da problemática, ou problema de pesquisa.

Essa pergunta está pautada pela teoria estudada. Mas, inevitavelmente, está marcada pelas experiências que conduziram esse pesquisador ao momento atual de suas reflexões, sejam elas vivências vinculadas ao trabalho prático, cotidiano, ou exigências formais, acadêmicas.

Dessa forma, fica evidente que a subjetividade do pesquisador impacta sua curiosidade científica. Isso não significa, no entanto, que a subjetividade possa assumir o comando da investigação. As teorias existentes e o controle metodológico devem servir como controles que garantam que o trabalho de produção do conhecimento não se transforme em produção e reforço de preconceitos.

Ao realizar uma pergunta teórica à realidade, o pesquisador precisa visualizar as tarefas que precisam ser cumpridas para que a resposta seja obtida. Traçar esse panorama de atividades nada mais é do que estabelecer os objetivos gerais e específicos da investigação.

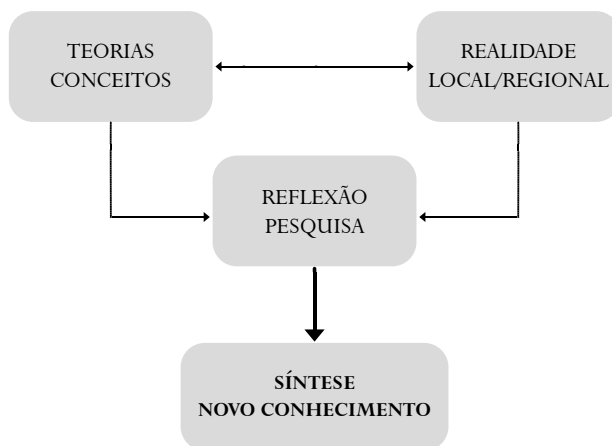
Esses objetivos indicam o que o pesquisador precisa fazer para que seja obtida a resposta à pergunta formulada. A operacionalização prática desses objetivos resulta nas tarefas de pesquisa: desde a revisão bibliográfica, passando pela coleta de dados e análise das informações, até a escrita do relatório final e artigos de divulgação. No caso de nossa disciplina, a produção das atividades de cada módulo.

Cumpridas essas etapas da pesquisa, chega-se ao momento da verificação da proposta original de investigação, com a resposta à problemática sendo construída a partir da reflexão entre as teorias estudadas e a investigação empírica realizada.

Esse momento possibilita a formulação de um novo conhecimento sobre a realidade pesquisada. Esse é um saber novo, que está em diálogo com as teo-

rias pré-existentes utilizadas para a compreensão da realidade local, mas que é resultado da síntese elaborada num determinado contexto sobre determinadas condições. Como cada realidade tem sua particularidade, esse conhecimento será inovador a partir do momento em que consiga enfatizar essas peculiaridades locais e propor novas questões que possibilitem o avanço da teoria sociológica. Observe o esquema abaixo:

Figura 5 – Processo de produção do conhecimento



Fonte: Elaboração dos autores.

Esse esquema sintetiza a proposta de operacionalização da disciplina. Os professores oferecem uma seleção de textos que contemplam enfoques teóricos sobre cada um dos temas abordados na disciplina. A partir dos debates nos fóruns, entre os estudantes e tutores, e da realização das atividades de cada módulo, você se apropria das teorias estudadas, trazendo à discussão aspectos ligados a esse conhecimento, mas relacionados com sua região.

O resultado dessa relação de ensino-aprendizagem é uma reflexão teorizada sobre uma determinada realidade. Desse processo, resultará uma síntese entre o conhecimento teórico, abstrato, e os dados empíricos que você buscou na realidade local – ou seja, um conhecimento teorizado sobre a realidade de sua região. A maneira de operacionalizar esse método e o sentido que isso terá em seu aprendizado ao longo da disciplina será o foco do próximo ponto.

5.3 PROPOSTA PARA A PRÁTICA DE ESTUDO E PESQUISA DA DISCIPLINA

Essa terceira parte esclarece o que esperamos das atividades realizadas ao longo da disciplina. Conseqüentemente, esse ponto situa-se após a discussão sobre a construção do conhecimento e sobre o método científico. O texto está organizado de modo a: (1) mostrar que a construção do conhecimento não é monopólio de uma minoria esclarecida; e (2) explicitar o modo a partir do qual as explicações científicas são produzidas.

As atividades de cada módulo e o trabalho final da disciplina são propostos visando à reflexão teórica e à aplicação do método, de modo a torná-lo produtor do conhecimento social sobre a realidade investigada por você.

Espera-se que as discussões teóricas realizadas nos fóruns de cada módulo possibilitem uma boa apropriação das teorias e dos conceitos expostos nos textos básicos. A partir dessas teorias (revisão bibliográfica), os professores propõem alguns caminhos para a reflexão sobre a realidade local. Essas propostas, em geral, estarão formuladas em forma de perguntas (problemática). A partir delas, será solicitado que algumas tarefas sejam cumpridas (objetivos específicos). Feito esse percurso, pede-se que você reflita sobre a teoria oferecida pelos textos com base nas tarefas de pesquisa cumpridas (síntese). O relato sobre esse processo fará com que você reflita e identifique na realidade local fenômenos teorizados a partir de outras realidades (relatório de pesquisa).

Em vez de reproduzir o conhecimento formalizado nos textos por meio de uma série de exames, você terá desenvolvido, com o auxílio das teorias, um novo conhecimento teórico-empírico construído a partir da investigação da realidade local. Ao percorrer esse trajeto, você terá construído um conhecimento teórico diferente daqueles até então dominados e, mais do que isso, esse novo saber estará sintonizado com a realidade local. Assim, você desenvolverá sua percepção sobre os fenômenos sociais que atravessam este contexto específico. Esse novo saber permitirá que, no futuro, sejam levadas em conta essas particularidades nos projetos elaborados individual e coletivamente para o desenvolvimento rural sustentável.

Por fim, sugerimos algumas práticas que ajudarão você a ter um bom aproveitamento ao longo da disciplina:

- (1) É fundamental a leitura e a sistematização dos textos básicos.
- (2) De acordo com a disponibilidade de tempo, leia também os textos de apoio e os complementares.
- (3) As dúvidas que surgirem das leituras dos textos devem ser discutidas nos fóruns dos módulos. Esse espaço deve ser aproveitado por todos, ele é a sala de aula da disciplina e, ao mesmo tempo, um caderno coletivo. Ele estará à disposição para consultas sempre que necessário.
- (4) Realize as atividades de cada módulo. As atividades de cada etapa da disciplina fazem com que você se aproprie adequadamente dos conteúdos e faça com bastante tempo as reflexões propostas.

Esses passos garantem uma apropriação segura dos conhecimentos, e você terá, ao final da disciplina, uma razoável familiaridade com essa discussão. Isso, pragmaticamente, será de vital importância para que você possa ser aprovado nesta disciplina.

EM SÍNTESE

Uma das intenções principais deste texto foi indicar que a construção de conhecimentos teóricos sobre o mundo é resultado dos esforços de muitas pessoas que estão em diálogo com realidades particulares. A partir de duas formas de conhecimentos prévios, o teórico e o prático, é possível construir novos saberes sobre a realidade específica que desejamos conhecer para executar projetos locais de desenvolvimento.

Nesse processo, são fundamentais a ação, a reflexão e o diálogo para a construção do conhecimento e de processos de desenvolvimento. A ação se faz na investigação sobre uma determinada realidade social, com a intenção de obter um entendimento adequado sobre ela, de modo a embasar futuras intervenções. A reflexão se dá a partir da análise dos dados dessa realidade investigada, mediados pelos conceitos e teorias estudados. O diálogo permite que o retorno do conhecimento adquirido sobre uma dada localidade, aos habitantes desta, leve à constituição de processos de transformação social que não sejam monopólio de um grupo, mas incluam o debate com os sujeitos locais das transformações, a fim de incentivar ações efetivas de desenvolvimento rural.

Para produzir conhecimentos que contribuam para superação de condições sociais adversas, faz-se necessário constituir processos de diálogo com os sujeitos que vivenciam essas condições e que participarão dos projetos de desenvolvimento. Assim sendo, propomos nesta disciplina um caminho que permita a apropriação teórica e a construção do conhecimento por meio da pesquisa empírica e da reflexão sobre a realidade local. O retorno, aos sujeitos locais, do conhecimento produzido por você e o estabelecimento de um diálogo que permita qualificar cada vez mais esses novos saberes é tarefa para a sequência do curso e dos projetos em que você vier a trabalhar

5.4 APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO

Escolha um dos aspectos da realidade rural trabalhadas nas Unidades 3 e 4 (por exemplo: sindicato; cooperativa; associação; movimento mulheres rurais; movimentos sociais do campo; movimento do sindicalismo rural; movimento de luta pela terra) e desenvolva um texto crítico relacionando a organização/movimento escolhido com pelo menos um dos conceitos trabalhados nas Unidades 1 e 2 (estratificação social, desigualdade social, atores sociais, identidade sociocultural, identidade socioprofissional).

O trabalho consiste na elaboração de um ensaio de discussão teórico-prática, com base nos conceitos analisados, no qual você deverá argumentar de forma consistente e sintética a relação desses conceitos com o aspecto da realidade escolhido, ou seja, uma das organizações mencionadas acima. O trabalho pode ser feito com base em um aspecto de sua realidade local, municipal ou regional, desde que você relacione esse aspecto com a discussão teórico-conceitual proposta na disciplina.

Procure produzir uma reflexão crítica, ou seja, dialogue sobre os aspectos da realidade escolhida, mostrando como esta pode ser analisada com base nos conceitos selecionados ou como os conceitos selecionados seriam limitados, ou não, para analisar este ou aquele aspecto da realidade escolhida.

5.5 BIBLIOGRAFIA

5.5.1 Bibliografia básica da Unidade 5

BECKER, F. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. In: _____. *Educação e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 15-32.

_____. Ensino e pesquisa: qual a relação? In: BECKER, F.; MARQUES, T.B.I. (Org.). *Ser professor é ser pesquisador*. Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 11-20.

FREIRE, P.; SHOR, I. O que é “método dialógico” de ensino? O que é uma “pedagogia situada” e Empowerment. In: SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 121-46.

VIRGÍNIO, A. S. *Porque pesquisar*, 2000. Disponível em: <www.alexandrevirginio.slg.br/artigos.htm>. Acesso em: 1 abr. 2008.

SISTEMATIZAÇÃO DO CONTEÚDO

Tópicos temáticos da Disciplina

UNIDADE I

- Estratificação e Mobilidade social
- Dinâmica social
 - Posições sociais (hierarquizadas)
 - Desigualdade

UNIDADE II

- Atores sociais
- Identidade sociocultural
 - Identidade socioprofissional
 - Diferença e alteridade
 - Cidadania e sobreposição identitária

UNIDADE III

- Organização social e associativismo rural
- Cooperativas
 - Associações
 - Sindicatos

UNIDADE IV

- Movimentos sociais rurais
- Contexto e trajetória dos MS
 - Movimento de luta pela terra
 - Movimento de mulheres
 - Movimento sindical rural
 - Movimento de jovens

Dimensão estrutural e de contextualização:
Mapeamento das condições socioeconômicas e a dinâmica social rural. Os segmentos sociais têm acesso diferenciado aos recursos e historicamente há mudanças em posições, condições de vida e prestígio social. A realidade como ela está dada.

Dimensão subjetiva e identitária:
Os atores sociais se reconhecem enquanto tal como diferentes dos outros, percebem seus interesses e dão sentido a sua vida, através de valores e hábitos internalizados. A realidade como ela é percebida comunitariamente.

Dimensão associativa e de organização:
Os atores sociais agem/atuaem para fortalecer sua condição no mundo e melhorar suas condições e oportunidades de vida, criando diferentes formas de cooperação.

Dimensão reativa e ideológica:
Os atores sociais interpretam o mundo e se enxergam numa situação de injustiça ou de ameaça à sua condição, portanto, se empenham em mudá-lo aderindo a uma causa, pela qual lutam.

DESIGUALDADES E MUDANÇAS EM EVIDÊNCIA

DIFERENÇAS EM VALORES EM EVIDÊNCIA

DESAFIOS E OPORTUNIDADES EM EVIDÊNCIA

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS EM EVIDÊNCIA



Ação Social: Para Max Weber “A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros). Os ‘outros’ podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (‘dinheiro’, por exemplo, significa um bem destinado à troca, que o agente aceita no ato de troca, porque sua ação orientada pela expectativa de que muitos outros, porém desconhecidos e em número indeterminado, estarão dispostos a aceitá-lo também, por sua parte, num ato de troca futuro)”. “Nem todo tipo de ação é ação social no sentido aqui adotado. A ação externa, por exemplo, não o é, quando se orienta exclusivamente pela expectativa de determinado comportamento de objetos materiais. O comportamento interno só é ação social quando se orienta pelas ações dos outros.” (...). “Nem todo tipo de contato entre pessoas tem caráter social, senão apenas um comportamento que, quanto ao sentido, se orienta pelo comportamento de outra pessoa.” (...). [E essa ação social] “como toda ação, pode ser determinada: “(1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; “(2) de modo racional, referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; “(3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; e “(4) de modo tradicional: por costume arraigado”.

Referência: WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: EDUNB, 2000. v. 1, p.13-5.

Associação: É uma organização resultante da reunião entre duas ou mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica, para a realização de um objetivo comum.

Ator Social: Os atores sociais manifestam interesses sociais, econômicos, políticos, culturais, etc., de forma articulada, geralmente expressos por meio de formas perceptíveis, legítimas e, em geral, regidas por legislação, normas, estatutos ou regimentos. Outras vezes a manifestação coletiva dos atores sociais não é regida burocraticamente – como, por exemplo, um movimento social ou mesmo o comportamento dos que ocupam uma mesma posição na estratificação social –, mas deve obedecer a uma ética consensualmente aceita. Os atores sociais ocupam diferentes posições sociais (estratos), que expressam desigualdade social. Suas atitudes são regradas por valores éticos compartilhados; mas, simultaneamente, eles também vivenciam valores culturais específicos ou identidades que expressam as diferenças. Conceituar sociologicamente ator social implica identificá-lo numa relação alterativa, validada pelo(s) outro(s) e situá-lo(s) numa realidade social mediada por relações e por concepções de mundo, por estilos de vida, por atividades, pela natureza, pela religião, enfim, pela realidade complexa que os cerca.

Cooperativa: É uma sociedade de, no mínimo, 20 pessoas, com personalidade jurídica regulada pela Lei n. 5764/71; associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por intermédio de uma empresa coletiva e democraticamente controlada.

Corrupção: Do latim *corruptio*. Corrupção é o ato ou efeito de corromper; decomposição, putrefação; devassidão, depravação, perversão, suborno. Corrupto é o que sofreu corrupção, foi estragado, infectado, é devasso ou depravado. Corruptor é o que corrompe, que suborna, que perverte, que deprava, enfim, que induz a um comportamento antiético, imoral, desleal ou ilegal. “Quando o governo não tem transparência em sua administração, é mais provável que haja ou que incentive essa prática; não existe país com corrupção zero, embora os países ricos democráticos tenham menos corrupção, porque sua população é mais esclarecida acerca dos seus direitos, sendo assim mais difíceis de enganar”.

Referência: <<http://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/o-que-corrupcao.htm>>

Ver conceito de corrupção em: <<http://www.kanitz.com.br/veja/corrupcao.asp>>.

Desigualdade social: As desigualdades são entendidas como produtos da distribuição diferenciada de recursos socialmente valorizados, tais como conhecimento, renda monetária, propriedade, prestígio e poder político (conforme definição expressa no texto-base da Unidade 1 desta disciplina).

Estilo de vida: Estilo de vida é a forma com a qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas. O que define os elementos que compõem o conjunto simbólico a que se chama de estilo de vida é, basicamente, sua (dos elementos) distância em relação às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos (BOURDIEU, 1983). Para Pierre Bourdieu, “às diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência” (p. 82).

Referência: BOURDIEU, P. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 82-121.

Estratificação social: Estratificação social é um recurso heurístico que auxilia no estudo das desigualdades entre pessoas e grupos em uma dada sociedade ou em uma parte dela, permitindo identificar a posição que cada grupo e/ou indivíduo ocupa na estrutura social, de acordo com um critério estabelecido teoricamente (conforme definição expressa no texto-base da Unidade 1 desta disciplina).

Estrutura Social: Dado que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação, isto é, por uma série de deveres, direitos (privilégios) recíprocos, aceites e praticados entre eles, a estrutura social refere-se à colocação e à posição de indivíduos e de grupos dentro desse sistema de relações de obrigação. Em outras palavras, o agrupamento de indivíduos de acordo com posições que resultam dos padrões essenciais de relações de obrigação constitui a estrutura social de uma sociedade.

Ética: Do grego *ethiké*, por meio do latim *ethica*. Na Filosofia, ética é o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada socieda-

de, seja de modo absoluto. Ético: diz-se de categorias e valores utilizados na descrição e análise realizadas pelo observador, e que não correspondem necessariamente àqueles que vigoram na sociedade ou cultura em estudo. (O termo passou a ser empregado na Antropologia por analogia com seu uso original na Linguística). A ética consiste em um conjunto de valores que orientam a vida dos cidadãos em suas relações e ações sociais. Por isso, pode-se falar em *ética profissional*, *ética política* ou, simplesmente, *comportamento ético*. Quem define se algo é ou não ético é o observador, o analista, o eleitor, o julgador, enfim, o “outro”. Ver três textos disponíveis na internet sobre o conceito de ética em geral e de ética profissional:

Referências:

<<http://tpd2000.vilabol.uol.com.br/etica1.htm>>

<<http://www.ufrgs.br/bioetica/etica.htm>>

<<http://www.ufrgs.br/bioetica/eticprof.htm>>

Hierarquia: É a graduação de autoridade correspondente às várias categorias de funcionários ou membros de uma organização, instituição ou igreja; ordenação de elementos. A expressão. *Hierarquia social* refere-se às posições que as pessoas assumem dentro de suas classes ou entre as classes.

Indicador: É um fator objetivamente observável e mensurável que permite o confronto com a realidade. Por exemplo: se queremos identificar a estratificação de uma determinada localidade por meio da estrutura fundiária, podemos optar pelo indicador *tamanho da propriedade*. Assim, é possível verificar como fica a distribuição de terra nesta localidade. Ver no texto básico da Unidade, na seção 1.2.1, **O que é estratificação social**.

Referência: QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. van. *Manual de investigação em Ciências Sociais: trajetos*. Lisboa: Gradiva, 1995.

Karl Marx: “Karl Heinrich Marx, intelectual alemão, economista, considerado um dos fundadores da Sociologia e militante da Primeira e Segunda Internacional, foi o fundador de uma das grandes teorias que iria influenciar os séculos XIX e XX. Encontra-se a influência de Marx também em várias outras áreas, tais como Filosofia e História. Autor do *Manifesto do Partido Comunista*, teve participação como intelectual e como revolucionário no movimento operário. Atualmente, é bastante difícil analisar a sociedade humana sem uma referência, em

maior ou menor grau, à produção de Karl Marx, apesar das polêmicas causadas por suas teorias. Marx foi herdeiro da Filosofia alemã, sendo considerado, ao lado de Kant e de Hegel, um de seus grandes representantes. Foi um dos maiores pensadores de todos os tempos, cuja produção teórica tem a extensão e a densidade de um Aristóteles, de quem ele era admirador. Marx foi diretamente influenciado por Ludwig Feuerbach, que já anunciava uma visão invertida de Hegel, a inversão materialista do hegelianismo. Dizia que Hegel tinha posto o homem de “ponta-cabeça” e explicava seu “materialismo contemplativo” (termo do próprio Marx) com a afirmação de que a “maçã” é anterior à “ideia de maçã”. Marx evoluiu a partir dessa ramificação do hegelianismo, que já superava o idealismo revolucionário dos Jovens Hegelianos, de cujo movimento participou. Seu pensamento, engajado nas lutas proletárias, edificou-se na base de uma grande síntese de três fontes: a Economia Política inglesa, o Socialismo (ou Sociologia) francês e a Filosofia alemã”.

Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Marx>.

Max Weber: “Maximillian Carl Emil Weber, intelectual alemão, jurista e economista, é considerado um dos fundadores da Sociologia. Foi irmão do também famoso sociólogo e economista Alfred Weber. Sua esposa foi a socióloga e historiadora de direito Marianne Schnitger. Era o mais velho dos sete filhos de Max Weber e sua mulher Helene Fallenstein. O pai, protestante, era uma figura autocrata. A mãe, uma calvinista moderada. A mãe de Helene havia sido uma huguenote francesa, cuja família fugira da perseguição na França. Max Weber foi, juntamente com Karl Marx, Vilfredo Pareto e Émile Durkheim, um dos fundadores da moderna Sociologia. É conhecido sobretudo por seu trabalho sobre a Sociologia da Religião. De importância extrema é sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905). Trata-se de um ensaio fundamental sobre as religiões e a afluência de seus seguidores. Subjacente a Weber está a realidade econômica da Alemanha do princípio do século XX. Significativo é também o ensaio de Weber sobre a política como vocação. Nele, o autor postula a definição de Estado que se tornou essencial no pensamento da sociedade ocidental: o Estado concebido como a entidade que possui o monopólio do uso legítimo da ação coercitiva. A política deverá ser entendida como qualquer atividade em que o Estado tome parte e da qual resulte uma distribuição relativa da força”.

Ver: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Max_Weber>.

Mobilidade Social: Mobilidade social é o movimento de indivíduos e grupos de um estrato social a outro, de uma posição de classes ou *status* a outro, ou mesmo de uma ocupação ou profissão a outra. Em qualquer desses casos, a mobilidade social implica o deslocamento entre posições socioeconômicas diferentes.

Movimento Social: Conforme o sociólogo Bruce Cohen (1980), um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns dos elementos das sociedades mais amplas, assumindo, portanto, um caráter respectivamente conservador ou transformador (conforme uma das definições formuladas no texto-base da Unidade 4 desta disciplina).

Referência: COHEN, B. *Sociologia Geral*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.

Patrimônio: A palavra latina *patrimonium*, da qual se originou *patrimônio*, referia-se à herança paterna; aos poucos, adquiriu o significado de “bem familiar”, “dote” ou “dotação”. Registra o Dicionário Houaiss (2001), entre as definições de patrimônio: “bem, ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida num determinado lugar, região, país, ou mesmo para a humanidade, que passa(m) por um processo de tombamento para que seja(m) protegido(s) e preservado(s). (*A floresta da Tijuca é uma dos mais notáveis patrimônios do Rio de Janeiro*). (*Ouro Preto é uma das cidades históricas brasileiras tombadas pelo patrimônio da Unesco*)”. “A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo *patrimônio* para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos” (FONSECA, 2005, p. 58.). O conceito de patrimônio é fundamental na agricultura familiar, pois por meio dele se pode compreender o modo de vida das famílias de agricultores, alguns de seus valores e até mesmo suas reações frente às mudanças sociais. Por exemplo, uma fonte de água pode ser um importante patrimônio para uma família cabocla; a mesma fonte pode ser um problema ou um estorvo para um produtor do tipo empresário capitalista. Uma vaca pode ser mantida numa propriedade por muito mais tempo do que a racionalidade produtiva recomenda, porque é definida pela família como patrimônio, pois é parte de sua história por ter alimentado com seu leite uma criança ou outros animais da propriedade. O termo é usado também em

expressões como *patrimônio moral*, *patrimônio cultural*, *patrimônio intelectual*, *patrimônio natural*, *patrimônio da comunidade* e assim por diante.

Referência: FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Brasília: Iphan, 2005.

Prestígio: Entre os sentidos da palavra *prestígio*, o Dicionário Houaiss (2001) registra: “**2** *fig.* poder de atração; sedução, fascinação, encanto; **3** grande influência exercida por pessoa ou coisa sobre outra(s) pessoa(s); **4** reconhecimento das qualidades de algo ou alguém; admiração, respeito; **5** preferência por alguma coisa; predileção; **6** SOC valor sociocultural positivo atribuído a uma coisa, a um indivíduo ou a um grupo, que faz com que estes se imponham aos demais, os quais adotam uma atitude de subordinação”. O sentido em que a palavra deve ser entendida depende do contexto em que ela se encontra.

Sindicato: Organização de representação dos interesses de um grupo social, especificamente de trabalhadores.

Sociedade: Em Sociologia, uma sociedade é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade. A sociedade é o objeto de estudo das ciências sociais, especialmente da Sociologia. Uma sociedade é uma rede de relacionamentos entre pessoas. Uma sociedade é uma comunidade interdependente. O significado geral de sociedade refere-se simplesmente a um grupo de pessoas que vivem juntas numa comunidade organizada. Em certas ocasiões, também são chamadas de sociedade pessoas de várias nações unidas por tradições, crenças ou valores políticos e culturais comuns.

Sociologia: Segundo Weber (2000, p. 3): “Sociologia significa: uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”.

Referência: WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: EDUNB, 2000. v. 1, p.3.

NOTAS SOBRE OS AUTORES

Ivaldo Gehlen é Bacharel em Ciências Sociais pela PUCRS (1975); Mestre em Sociologia pela UFRGS (1983); Doutor em Sociologia pela Université de Paris X – Nanterre, França (1991). É professor Titular no Departamento de Sociologia da UFRGS e atua no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS. Pesquisa e ensina na área de Sociologia Rural, principalmente sobre: Movimentos Sociais no Sul do Brasil, Atores sociais, Desigualdade e Diferenças Sociais, Formação Social do Meio Rural. No PLAGEDER, é professor da disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**.

Daniel Gustavo Mocelin é Doutor em Sociologia e Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor adjunto do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, onde é pesquisador, atuando no campo das relações de trabalho e emprego, teoria sociológica, sociologia do conhecimento, organizações sociais e movimentos sociais. No PLAGEDER, é professor da disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais** e tem atuado também como orientador de trabalhos de conclusão de curso.

Nilson Weisheimer é Graduado em Ciências Sociais (2001); Mestre (2004) e Doutor em Sociologia (2008) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É Professor do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), tendo estudado os Jovens na Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. É membro do Grupo de Pesquisa Estruturas e Processos Sociais Agrários do CNPq. Ministrou disciplinas de Metodologia Científica, Sociologia Clássica e Contemporânea, Sociologia do Trabalho; do Esporte, da Juventude, da Agricultura e Rural. Dedicou-se a pesquisas relacionadas às Políticas Públicas, Desenvolvimento, Agricultura Familiar, Relações de Gênero, Juventudes e Projetos Profissionais. No PLAGEDER, foi professor na disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**, na primeira edição do curso.

Analisa Zorzi é Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde cursa o Doutorado em Educação. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia

Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, políticas públicas, PRONAF, empoderamento. É membro do Grupo de Pesquisa Estruturas e Processos Sociais Agrários do CNPq. Atualmente é professora da Universidade Federal de Pelotas atuando nas linhas de pesquisa Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e para o Meio Rural; e Gênero e Agricultura. No PLAGEDER, foi tutora a distância na disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**.

Décio Souza Cotrim é Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1989); Especialista em Desenvolvimento Rural no CPDA-UFRRJ; e Mestre em Desenvolvimento Rural no PGDR/UFRGS. Atualmente cursa o Doutorado em Desenvolvimento Rural no PGDR/UFRGS. Principais temas de trabalho e pesquisa: Enfoque Sistêmico, Pesca Artesanal, Metodologias Participativas, Extensão Pesqueira, Agroecologia e Piscicultura. No PLAGEDER, foi tutor a distância na disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**.

Francisco dos Santos Kieling é Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e Mestre em Sociologia na UFRGS, onde cursa o doutorado em Sociologia. Foi professor de Ciências Humanas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Sociologia das Desigualdades, e Professor da Universidade Federal de Pelotas. No PLAGEDER, foi tutor a distância na disciplina **Organização Social e Movimentos Sociais Rurais**.

